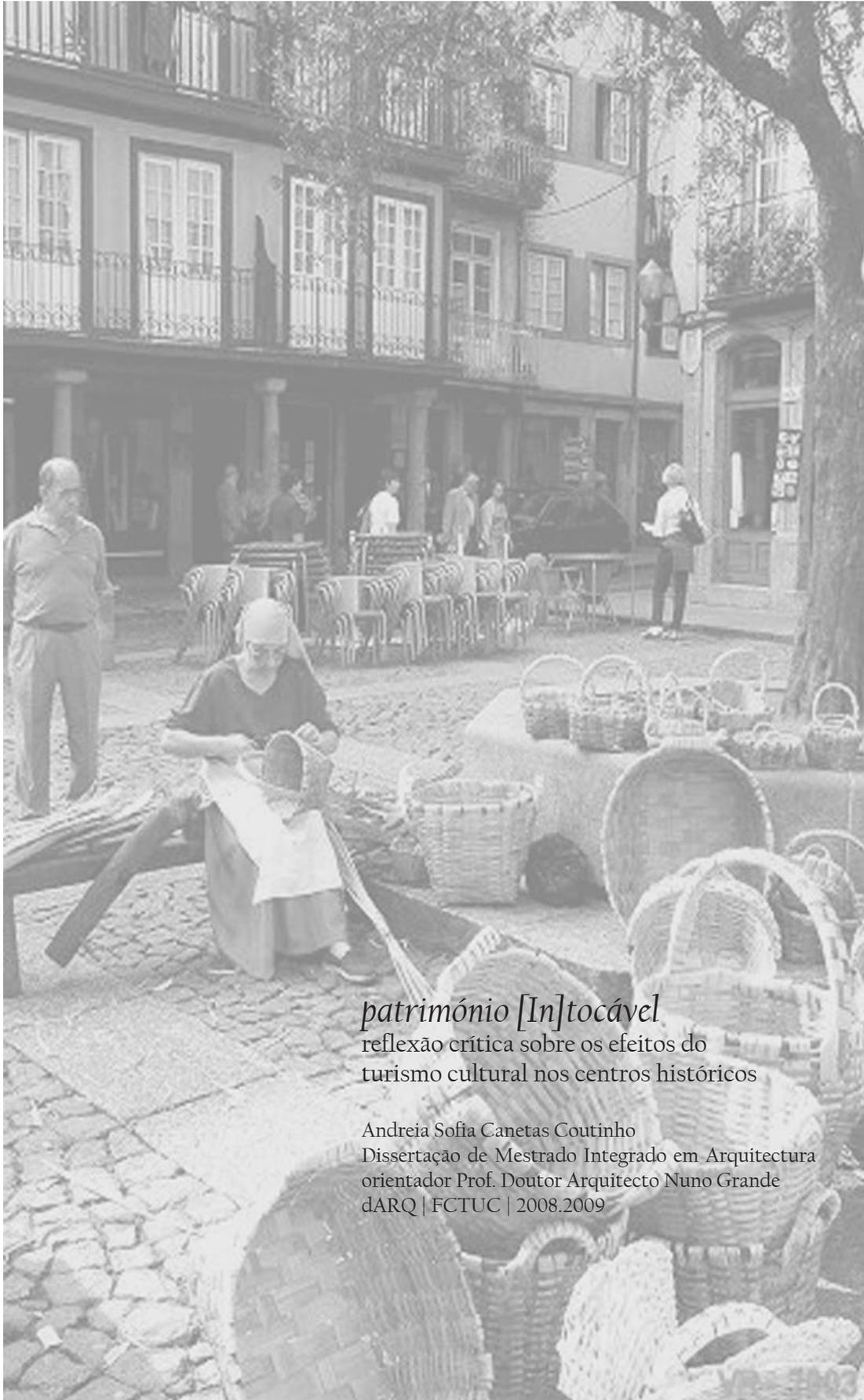


Património [In]tocável

*Reflexão crítica sobre os efeitos do
turismo cultural nos centros históricos*



Andreia Sofia Canetas Coutinho
Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura
Orientada por Prof. Doutor Arquitecto Nuno Grande
Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências
e Tecnologia | Universidade de Coimbra | Agosto 2009



património [In]tocável
reflexão crítica sobre os efeitos do
turismo cultural nos centros históricos

Andreia Sofia Canetas Coutinho
Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura
orientador Prof. Doutor Arquitecto Nuno Grande
dARQ | FCTUC | 2008.2009

agradecimentos...

à minha família que fez de mim o que hoje sou...

ao Prof. Arq. Nuno Grande pelo apoio e orientação desta dissertação...

aos amigos com quem me cruzei nos *corredores* do dARQ e de Coimbra e com quem partilhei todos os momentos da minha vida académica...

e aos '*que levo comigo p'ra vida*'...

património [In]tocável

reflexão crítica sobre os efeitos do
turismo cultural nos centros históricos

Índice

1	Introdução
	1 Património
7	Ao longo do tempo
23	Cartas que protegem e valorizam o património
31	A contribuição italiana
37	A convenção da Unesco
	2 Turismo
49	Ao longo do tempo
53	<i>Grand Tour</i>
55	A cidade pré-moderna e o <i>flâneur</i>
59	Paisagem natural como fuga à cidade industrializada
61	O pós-guerra e as férias pagas
63	O pós-modernismo e o pós-turismo
67	Campanha por férias reais
69	O pós-turista

3 Património [In]tocado pelo turismo

79	Turista Global, Turista Cultural
83	Recuperar património para o turismo
	<i>Identidade</i>
89	Património, espelho de identidade
91	Património e Identidade, vida e morte
95	Centro histórico como peça do <i>puzzle</i> cidade
	<i>Activação e Autenticidade</i>
99	Valor de uso vs Valor económico
103	Tradição como consumo e espectáculo
105	Encontro de bens e tradições
109	Autenticidade e conforto
	<i>Imagem da cidade</i>
113	Turismo Visual
115	Estetização dos centros históricos
117	Destradicionalização da imagem
119	Reconversão simbólica e funcional
121	Concorrência inter-cidades
127	Capital Europeia da Cultura

4 O caso Português

137	Estado Novo, valorização do património nacional
141	GTL e IPPAR, como protegem os centros históricos
147	Casos de estudo e contradição
149	Óbidos
153	Guimarães
167	Conclusão
177	Bibliografia



Introdução

Introdução

Falar de património está hoje na moda e defendê-lo tornou-se uma necessidade geral, quer a nível arquitectónico, quer político, quer moral. A classe política tomou consciência do seu valor e soube aproveitar-se do seu efeito mediático condicionando-o ao turismo. Com efeito, os monumentos e malhas históricas contam hoje com múltiplos protectores e investidores, tanto a nível local, quanto nacional ou mesmo internacional. E quando estes falham, o apoio dos *media* e mesmo das próprias populações acabam por produzir resultados na salvaguarda do património histórico.¹

Entende-se o centro histórico como uma reserva cultural, para que a cidade e o homem recordem continuamente o seu passado. No entanto, este espaço deve cumprir a necessidade de se incorporar nos requerimentos da realidade urbanística de hoje, e não apenas corresponder à procura turística. Espaço, portanto, especialmente protegido, que deveria diferenciar-se do resto da cidade, sem contudo deixar de se ligar aos limites que se avizinham; não deve assim, transformar-se numa ilha patrimonial que se isola da cidade que dela nasceu. Como escreve o arquitecto José Aguiar:

*“Os centros históricos são espaços que remetem para uma imagem romântica e pitoresca que se expressa numa arquitectura doméstica e humilde, expressiva e cheia de significados. Perante os sentimentos que passam, o ideal mais imediato, tanto por parte dos promotores como por parte da população, é o de expulsar toda a inovação espacial arquitectónica que neles se insira, mantendo a coerência formal e acima de tudo, a nostalgia.”*²

Porém, será este *ideal mais imediato* que defende José Aguiar, a medida mais correcta a tomar na preservação dos centros históricos? Irá essa negação do presente, parar toda a cidade histórica no tempo, impedindo que esta evolua; e por conseguinte, conduzir a uma perda de identidade da mesma? Ou deve a cidade evoluir com o tempo, escolhendo o que deve ou não perdurar intacto?

Património [In]tocável procura levantar a discussão sobre a presente recuperação e futuro dos centros históricos, enquanto espaços de prestígio que espelham a realidade cultural dos seus habitantes; entendendo que neste ponto e tentando preservar a autenticidade destes espaços, os investidores turísticos lutam por um *património intocado*. Mas nesta mesma exploração e nos efeitos que causa

nos conjuntos históricos encontra-se a falha maior. Procurando uma cristalização e encenação da imagem dos tempos de outrora, o turismo tenta obter um património mais consumível. Porém, com esta paragem no tempo, o centro histórico estagna, perdendo a sua identidade e autenticidade, tornando-se num mero objecto de culto. Para que tal não venha a suceder, é imprescindível tomar partido por um *património tocável*.

Tentando compreender a evolução do conceito de *património histórico e urbano*, o *capítulo 1*, regressa à antiguidade procurando as suas bases ideológicas. Contudo, apenas com as obras de Riegl e de Giovannoni, já no século XX, encontra a verdadeira preocupação com o património urbano, a dita *arquitectura menor* que serve de contexto ao património monumental. A entrada neste século, marcada pelo período da arquitectura modernista e das suas ideologias de uma cidade totalmente planeada sobre uma *tábua rasa*; levantaram a preocupação crescente com a malha histórica das cidades.

Estes conjuntos históricos testemunham formas de ocupação, distribuição de volumes edificados e enquadramento paisagístico singular, assim como uma qualidade arquitectónica ímpar, que os destaca da cidade que os envolve. Deste modo, é imperativo preservá-los, negando que o homem apague a sua memória. Já na década de 70, amparado por uma cultura globalizada, o património histórico encontra os critérios que o tornaram classificável e reconhecível como Património da Humanidade pela Unesco.

Se bem que a Unesco tenha sido a grande responsável por esta globalização da imagem dos centros históricos; também o *turismo cultural* tem uma palavra a dizer. O *capítulo 2* procura as origens deste tipo de turismo que tanto influenciou o presente e o futuro do património. Sendo que as primeiras viagens se fizeram em busca de melhores condições de vida de trabalho; e que longe em 3000 a.C. se conhecem as primeiras viagens turísticas às pirâmides do Egipto; já no século XVIII, a viagem transforma-se em prática cultural com o *Grand Tour*. O turismo cultural parece assim, ser um sucessor do *Grand Tour*; massificado após a queda do Muro de Berlim, e influenciado por uma cultura de globalização e consumo. Este procura na visita do património histórico e urbano, o objecto principal da viagem; nele tentando encontrar uma imagem conservada de uma identidade e tradição cultural e arquitectónica.

Como, por vezes, o turismo cultural representa um papel fundamental no investimento e gestão do património urbano, acaba por ser sobrevalorizado; o que muitas vezes, conduz a recuperações e reabilitações estratégicas a fim de se conquistar um produto mais consumível e mercantilizável enquanto objecto e enquanto imagem. Os *efeitos* de um *turismo cultural* crescente sobre o *património urbano* são o objecto de debate do *capítulo 3*; destacando-se assim essas consequências em três factores

essenciais do património: a sua repercussão na *identidade* arquitectónica e social, espelho da sua cultura e tradição; na falta de *activação* destes conjuntos, que estagnaram como espectáculo pronto a ser consumido, e que perderam a sua *autenticidade*; e por último, o fenómeno do turismo globalizado aliado a uma cultura visual, formando uma nova *imagem da cidade* estetizada.

O *capítulo 4*, que encerra esta dissertação, reflecte o mote da nossa motivação; pois aquando de uma viagem pelo país, visitamos alguns centros históricos, que pela sua arquitectura popular notável, pelo leque aberto de tipologias e características formais, quer pelo seu ambiente mítico, nos provocaram algum encantamento e curiosidade. Desta forma, e depois de entendido o fenómeno a nível global, pensamos ser interessante traçar as linhas do que sucedeu em Portugal. Com a entrada do século XX e as políticas de valorização de uma imagem nacionalista do Estado Novo, a recuperação dos centros históricos sofrem um congelamento numa imagem pictoresca, reveladora de um país tradicional; que apenas algumas décadas mais tarde, pela mão dos Gabinetes Técnicos Locais, encontrou uma reabilitação respeitosa tanto pela arquitectura, quanto pela população. Evocam-se assim dois centros históricos, que penso serem antagónicos, na forma como foram reabilitados e hoje vividos: se por um lado a *vila de Óbidos*, recorre a uma imagem estagnada no tempo que agrada ao olhar turístico, principal fonte de recursos deste lugar; por outro, *Guimarães* encontra pela reabilitação do G.T.L., uma cidade histórica renascida na nossa era, que vive e dá vida aos que nelas habitam.

Património [In]tocável entende que o cruzamento do turismo e da arquitectura é legitimado no momento em que os temas para além de serem comuns, se verificam fortemente marcados por questões como a autenticidade, a memória ou mesmo a construção cultural. O turismo torna-se um fenómeno de influência incontornável na discussão da cidade, e a partir do momento em que potencia a sua dinâmica económica e cultural, passa a fazer parte da agenda de quem decide o seu desenvolvimento. Apesar da experiência turística caracterizar-se como uma vivência isolada da realidade do lugar, a partir do momento em que o fenómeno do turismo tem influência directa no seu desenvolvimento, essas duas dimensões, antes paralelas, passam a cruzar-se. E mais se cruzam, quando a mobilidade se generaliza e a sociedade se globaliza.

notas

¹ SALDANHA, Nuno – *Património: A metáfora do tempo* In COELHO, Maria João Pinto – *Património mundial*, p.26.

² José Aguiar, *Dificuldades na conservação e reabilitação do património urbano português* In *Sociedade e Território*, p.24-35.



Património | 1

FRANÇOISE CHOAY ALEGORIA DO PATRIMÓNIO

Neste livro, a autora trata a noção de monumento e de património histórico na sua relação com a história, a memória e o tempo, analisa os excessos deste novo «culto» e descobre as suas ligações profundas com a crise da arquitectura e das cidades.

70 ARTE & COMUNICAÇÃO

4| capa de *Alegoria do Património* de Françoise Choay.

Património | 1

Ao longo do tempo

“Passado: o que uma nação tem de mais sagrado, depois do futuro.”¹

Françoise Choay, na sua obra *“Alegoria do Património”* elabora uma distinção entre monumento e monumento histórico. Sendo que o primeiro é construído desde o princípio sob esse desígnio, de objecto comemorativo e imortal; enquanto que o segundo necessita de sobreviver enquanto objecto comum para no devido momento ser celebrado e considerado objecto monumental de testemunho histórico a conservar.²

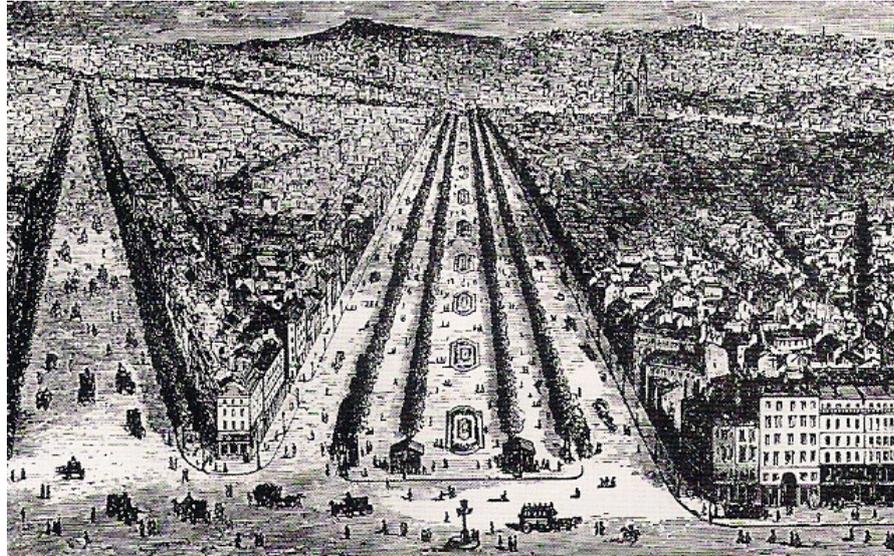
Olhando para trás na história da humanidade, encontram-se relatos de admiração dos vestígio do passado mesmo antes do nascimento de Cristo; em Egínia, a 210 a.C., o grego Atalo I ordenou, que nesse mesmo local, fossem levadas a cabo as primeiras escavações arqueológicas que se conhecem.³ No entanto, este interesse por culturas precedentes parece ter amenizado durante um largo período temporal que chega até à Idade Média, no qual se perderam inúmeros vestígios históricos devido a guerras de conquistas de território e implantação de novos regimes e culturas, o que levava muitas vezes à destruição de todas as edificações que nestes espaços tinham sido outrora levantadas. Ainda que por vezes, a admiração ou simples respeito por feitos dos povos passados pudessem poupar algo da sua história, os poucos objectos que sobreviviam, ganhavam novos contextos e utilidades respondendo às necessidades dos seus novos habitantes. Esta nova apropriação, entende que os edifícios e espaços públicos ganham uma nova vida conquistada pelo novo uso, porém perdem o significado para que outrora haviam sido levantados.

antiguidade

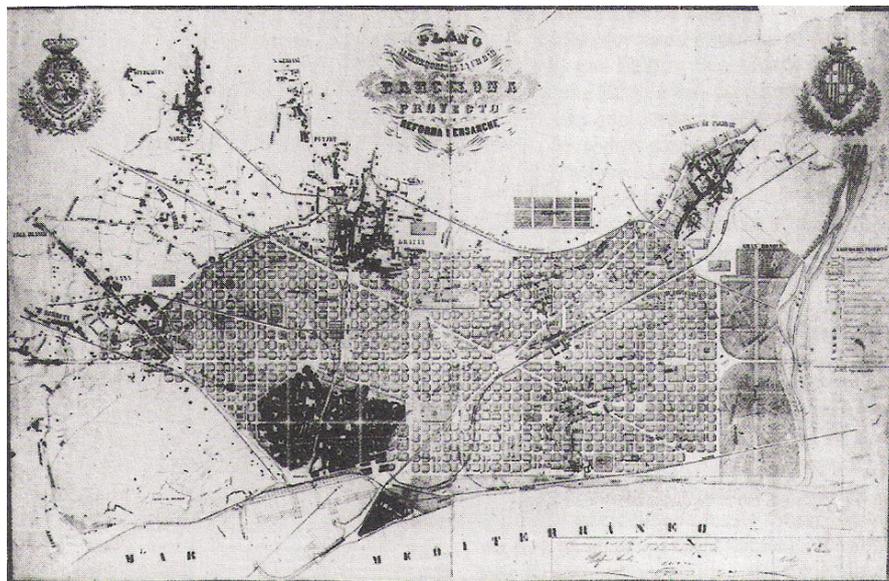
A reutilização utilitária, partindo da sua salvaguarda que serve de base a uma reinserção dos edifícios num novo ciclo da vida e cultura da cidade, que terá lugar desde o Renascimento ao final do século XVIII; constitui uma visão que valoriza o edifício antigo, não apenas pelo poder que este representa, mas também pela importância que este assume enquanto edifício único integrado num todo que conta o seguimento da história.

renascimento

O crescimento das cidades no século XIX foi influenciado pela burguesia mais



5| Boulevard Richard Lenoir, Paris, baseado no plano de Haussmann, 1861-1863.



6| Cerdá,projecto para a expansão de Barcelona, 1858. A cidade velha aparece a preto.

forte económica e politicamente; desta forma, os edifícios, assim como as cidades, passaram a espelhar o estilo de vida e os símbolos de poder da alta sociedade. A manifestação sobre o tecido histórico de maior impacto reside no plano de Haussmann⁴ para a cidade de Paris. Confrontado com a sua água poluída, falta de saneamento, insuficiente número de espaços abertos e parques, as habitações miseráveis e o tráfego congestionado, Haussmann sobrepôs a luz da razão sobre o significado, a ordem sobre o caos, com o intuito de libertar o tecido urbano para facilitar manobras militares. A mando de Napoleão, o barão mune-se de régua e esquadro, rasgando largas e modernas avenidas sobre os quarteirões antigos e pitorescos da antiga Paris, projectando um urbanismo totalmente racionalista, desconsiderando o aspecto histórico. A antiga cidade medieval, com as suas ruas estreitas de traçado urbano apinhadas de gente, é cortada e destruída por grandes eixos e contornada por um anel viário que culminava no Arco de Triunfo, na tentativa de fazer renascer uma imagem imaculada, iluminada e emancipada de Paris, desconsiderando e arrasando todo o tecido urbano histórico.⁵

*plano de
Haussmann
Paris*

Nos anos que se seguiram, outras cidades *receberam a regularização* que já havia sido praticada em Paris, como é o caso de Viena, onde as fortificações aí demolidas deram espaço à construção de uma boulevard cénica, a Ringstrasse, construída entre 1858 e 1914. Os monumentos que aí se encontravam perdidos pela via de enorme amplitude, provocaram críticas, da qual se destaca a de Camillo Sitte, como à frente poderemos entender.⁶

Contemporâneo a Haussmann, ainda na década de 50, mais precisamente em 1859, surge a necessidade de um plano de expansão para a cidade de Barcelona, que é atribuído a Ildefonso Cerdà.⁷ O grande problema levantado pelo autor, era o de a cidade estar ainda limitada pelas muralhas antigas, que nesse momento, perdido o seu uso militar, nada mais fariam que impedir o crescimento da cidade. Desta forma, e contrariamente ao que Haussman tinha feito na cidade Parisiense; o catalão procura um diagnóstico dos problemas da cidade, visando a sua cura e renascimento a partir da cidade histórica. Mantendo os limites da cidade histórica intactos faz com que estes se cosam a um novo e reticulado tecido urbano, perfeitamente multiplicável, apenas cortada por duas avenidas mais largas que se destacariam digonalmente perante a malha, fazendo assim nascer a nova cidade racional, sem nunca perder a relação com a cidade antiga. Estas duas estratégias de renovação e expansão da cidade resumem a problemática da cidade oitocentista, caracterizada pela explosão demográfica, pelos avanços da industrialização e pela crescente necessidade da cidade constituir a imagem do poder da burguesia.⁸

*plano de
Cerdà
Barcelona*

Françoise Choay, em *A Alegoria do Património* opõe de forma clara várias doutrinas de conhecidos intelectuais e teorizadores tomadas a partir da década de 20

Plate II.



Part of the Cathedral of St. Lo Normandy.

7| Desenho de pormenor de catedral de John Ruskin.



8| capa de *Las Siete Lámparas de la Arquitectura* de John Ruskin.

do século XIX e das percursões que estas, mais ou menos intervencionistas, teriam perante a constituição e construção das cidades industriais. Assim, a autora defende que quer o urbanismo procurasse a destruição, quer a preservação dos centros urbanos antigos, ocupou-se essencialmente em conceder-lhe a sua identidade conceptual. Procurando uma dialéctica entre a história e a historicidade destes espaços, Choay levanta três figuras da cidade antiga: a *memorial*, a *histórica* e a *historial*.⁹

John Ruskin¹⁰, teórico britânico do século XIX, simbolizava uma nova concepção de salvaguarda do património arquitectónico, um anti-intervencionismo radical, sendo o autor que mais se aproxima da figura *memorial*. Para ele cada edifício tem uma história própria e única - uma alma que deve ser naturalmente cuidada e não pode, sob qualquer pretexto, ser alterada através de artifícios exteriores. Para Ruskin, a ruína, a sua memória ou significado emotivo são mais valiosos que qualquer reutilização ou reconstrução que possa existir sobre estes elementos, “*as marcas do tempo sobre eles fazem parte da sua essência.*”¹¹ Para este autor não nos é permitido tocar os monumentos:

*figura
memorial*

“*Nós não temos o mínimo direito de o fazer. Eles não nos pertencem. Eles pertencem, em parte, aos que os edificaram, em parte ao conjunto de gerações humanas que nos seguirão.*”¹²

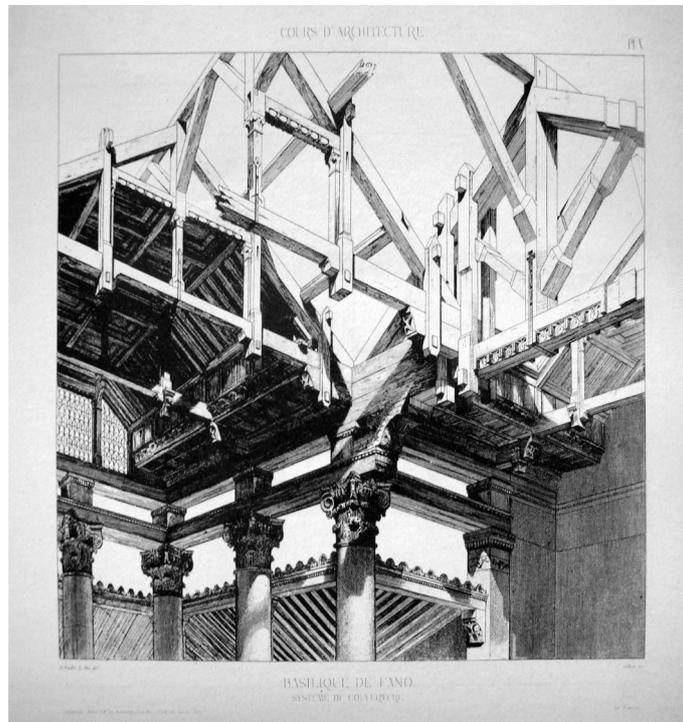
John Ruskin

No tratado que escreveu “*The seven lamps of architecture*”(1846), tratando apenas de arquitectura e não de cidade, expõe as linhas de pensamento por que se guia, chegando a conclusões tão extremas que por vezes não deixam margem para debate. Como o caso da sua definição de restaurar:

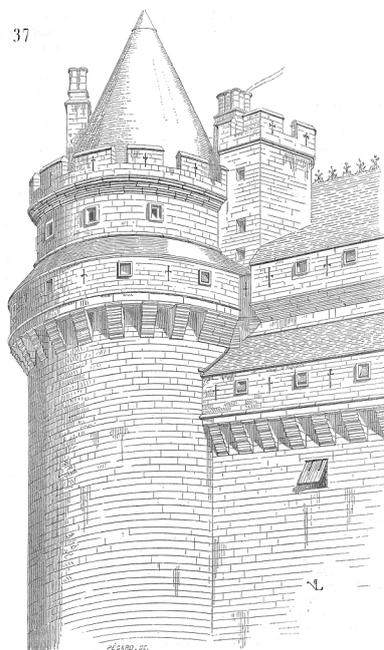
“*(...) nem o público, nem aqueles que têm a seu cuidado os monumentos públicos, compreendem o verdadeiro significado da palavra restauro. Significa a destruição mais completa que um edifício pode sofrer; a destruição da qual não se poderá salvar a menor parcela; a destruição acompanhada de uma falsa descrição do monumento destruído.*”¹³

Porém, a sua visão romântica e idealista, trouxe algo inovador ao século XIX, permitiu em plena revolução industrial pensar no carácter único e insubstituível de qualquer obra e levantar a questão da fé que tinha na perenidade da arquitectura enquanto arte. O mesmo sucedeu com as palavras de Morris¹⁴, que num registo mais moderado defendeu também a autenticidade e unicidade de cada obra. Para ele:

“*Preservar os edifícios antigos significa conservá-los no próprio estado em que nos foram transmitidos, reconhecíveis por um lado, enquanto relíquias históricas, e não como as suas cópias e, por outro lado, enquanto obras de arte executadas por artistas que teriam sido livres para trabalhar de outra forma se assim o tivessem desejado.*”¹⁵



9| Desenho de pormenor construtivo da Basílica de Fano de Viollet-le-Duc.



10| Desenho de pormenor do castelo de Pierrefonds de Viollet-le-Duc.

Na década de sessenta do século XIX, período simultâneo às intervenções de Haussmann em Paris, surge em Inglaterra a preocupação de Ruskin com as intervenções que afectam o tecido das cidades antigas. Esta posição provém por um lado, da sua ideologia de protecção da memória dos monumentos e edifícios antigos; e por outro, do valor e do papel que o próprio atribui à arquitectura doméstica, argumentando que aqueles que edificavam e vivenciavam a cidade ao longo do tempo, embora não conscientes, fizeram com que a cidade representasse o papel de monumento. Ruskin evoca a capacidade unificadora de cidades como Veneza, Génova, Florença em que a continuidade e contiguidade das suas modestas habitações são tão importantes como a soma dos edifícios mais singulares. O valor mais importante prende-se com o respeito pelo passado, com a preservação e manutenção do património tal como nos foi deixado. Ruskin “*ao querer viver a cidade histórica no presente, (...) encerra-a, de facto, no passado e deixa escapar a cidade historial, a que está envolvida no futuro da historicidade.*”¹⁶

Ruskin, ao prever a padronização planetária das grandes cidades que começam nesta altura a ser construídas, demonstra a sua preocupação, aliada à de Morris, nem tanto pela conservação dos tecidos históricos, mas sim pelo combate da sobrevivência da cidade ocidental pré-industrial.

A figura *histórica* surge na leitura da cidade pré-industrial como objecto do passado e em que o processo de urbanização que transforma a cidade é assumido em toda a dimensão e positividade.

Encontramos assim, opondo-se à visão de Ruskin, a política intervencionista de Viollet-le-Duc¹⁷, em que as suas intervenções tinham sempre como princípio base, um profundo estudo científico e arqueológico, tentando alcançar a objectividade necessária para a reconstrução através do conhecimento e equilíbrio desses factores. A atitude de Viollet-le-Duc, em tudo contrária à de Ruskin e Morris, revela-se tão ou mais arriscada que a anti-intervencionista dos seus anteriores; pois o intelectual francês não ambiciona restituir a historicidade única de cada edifício, mas sim devolver ou completar o sentimento histórico de uma época ou estilo, através do confronto de dois mundos, um presente dado e um passado inapropriável.

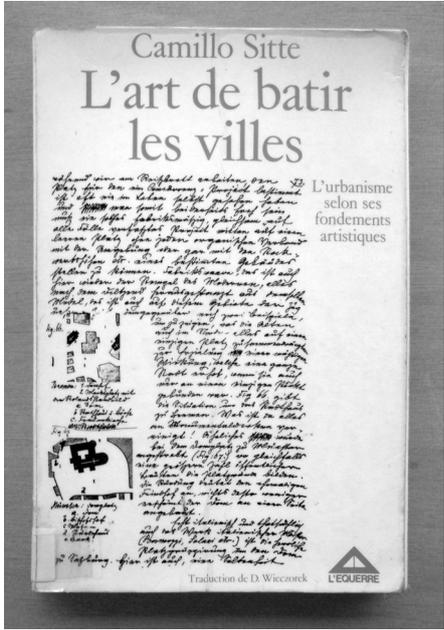
*figura
histórica*

Viollet-le-Duc

Deu sempre grande importância ao inquérito *in situ*, ao levantamento e desenho fotográfico, ao conhecimento dos materiais, das técnicas locais e da individualidade e originalidade de cada artista: “*(...) é necessária uma descrição minuciosa, uma completa renúncia a todas as ideias pessoais, e nos novos problemas, quando seja necessário acrescentar novas partes ainda que nunca tenham existido; é necessário situarmo-nos no lugar do arquitecto primitivo e supôr o que ele faria se voltasse ao mundo e tivesse diante de si o mesmo problema.*”¹⁸

É importante perceber o contexto intelectual em que surge a obra deste autor.

15 *património [In]tocável*



11| capa de *L'art de bâtir les villes*:
L'urbanismo selon ses fondements artistiques de Camillo Sitte.



12| Ringstrasse, Viena.

Nesta época, os monumentos em França reflectiam um avançado estado de degradação; justificando assim a posição tomada em reconstituir muitas vezes as formas e a imagem dos monumentos, salvando-os do seu desaparecimento. Desta forma, Choay relembra que a reconstrução do castelo de Pierrefonds foi encarada por le-Duc como um *brinquedo descomunal*¹⁹, sendo hoje acusado por alguns críticos como tendo sido uma antecipação das *Disneylands*.

No que diz respeito à leitura da preservação da cidade, não a dissocia do seu contexto social, mental e técnico; concedendo à área antiga, um racionalismo histórico; e contrariando o “a-historicismo” do movimento moderno que acreditava em começos absolutos. Viollet-le-Duc concede à cidade antiga um papel fundador, mas desmistifica-a; pois percebendo que a cidade industrial ao ganhar um novo espaço e escala incompatíveis com os tecidos antigos, desafia-os numa luta quase perdida pela sua sobrevivência.

Com apenas uma geração de diferença, surge, com um racionalismo comum a Viollet-le-Duc, o arquitecto e historiador vienense Camillo Sitte.²⁰

O rasgo da Ringstrasse em Viena, provoca uma reacção forte do arquitecto, que escreve em 1889, *Der Städtebau nach seinen künstlerischen Grundsätzen (O Urbanismo segundo os seus fundamentos artísticos)*, defendendo o envolvimento dos principais monumentos na construção da avenida. Compara, criticando, a cidade aberta que se constrói em fins do século XIX com o núcleo histórico medieval e renascentista:

Camillo Sitte

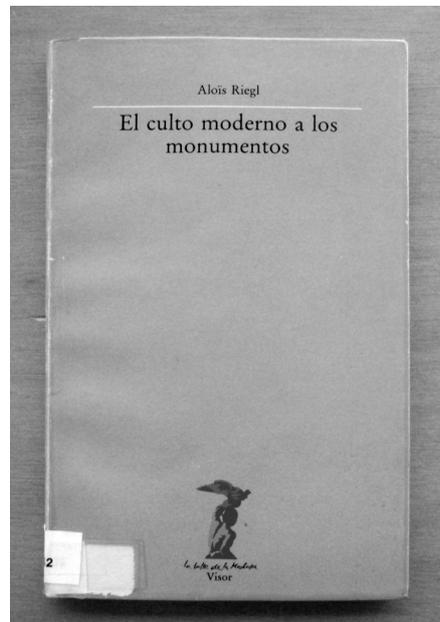
*“Durante a Idade Média e o Renascimento, as praças públicas eram frequentemente usadas para finalidades práticas(...)elas constituíam uma entidade com os edifícios que as rodeavam. Hoje servem no máximo de lugar para estacionar veículos e não têm nenhuma relação com os edifícios que as dominam... Em suma, falta actividade precisamente naqueles lugares em que, antigamente, elas eram mais intensas: perto das estruturas públicas.”*²¹

Sitte demonstra a cidade pré-industrial como pertencente ao passado, embora assumindo, ao mesmo tempo, a positividade e dimensão da historicidade no processo de urbanização da cidade contemporânea. Uma visão oposta à de Ruskin, mas igualmente distante das práticas de Haussman, onde a cidade acabaria prescrita pela industrialização. Sitte mostra ter consciência e aceita a necessária alteração espacial proveniente da sociedade industrial.

Três décadas antes de surgir o movimento moderno, com os CIAM e Le Corbusier *à cabeça*, Sitte estuda a cidade presente e futura e revê no confronto com a cidade antiga a dignidade e o valor histórico que esta deve representar. Sitte



13| Grand Place, Bruxelles. 2006.



14| capa de *El culto moderno a los monumentos* de Alois Riegl.

apresenta um triunfo claro, a constatação da baixa ou falta de qualidade estética que as metrópoles do futuro ameaçam apresentar se comparadas com as cidades antigas. O desenho e arquitectura da cidade pós-industrial, gira exclusivamente em volta do processo científico, e das suas dimensões técnicas e económicas, um espaço onde parece não existir lugar para o prazer estético. São a escala, a dimensão e a extensão da cidade os principais factores que marcam o desenho da cidade, e esses tornaram-se, cada vez mais, questões racionais, meramente técnicas.

Sitte levanta ainda, uma ramificação muito importante da figura *histórica*, a questão *museológica*; em que defende que a cidade antiga, enquanto objecto único, precioso para a arte e para a história, tende a transformar-se em peça de museu ou mesmo em *cidade-museu*, em que os edifícios são vistos como peças de arte expostas numa galeria a céu aberto. “Ao tornar-se histórica, ela perde a sua historicidade.”²²

Aquando do projecto da cidade de Bruxelas, Sitte conseguiu salvar a praça maior do plano “*haussmanizado*” a que esta seria sujeita; e não se limita a conservá-la, mas restaura-a e reconstitui partes que haviam desaparecido, procurando dar-lhe uma nova função e vida relacionada com a cidade que a envolve.²³ Rejeita assim a sua possível museificação; atitude que mereceria o aplauso de Viollet-le-Duc e a desaprovação de Ruskin.

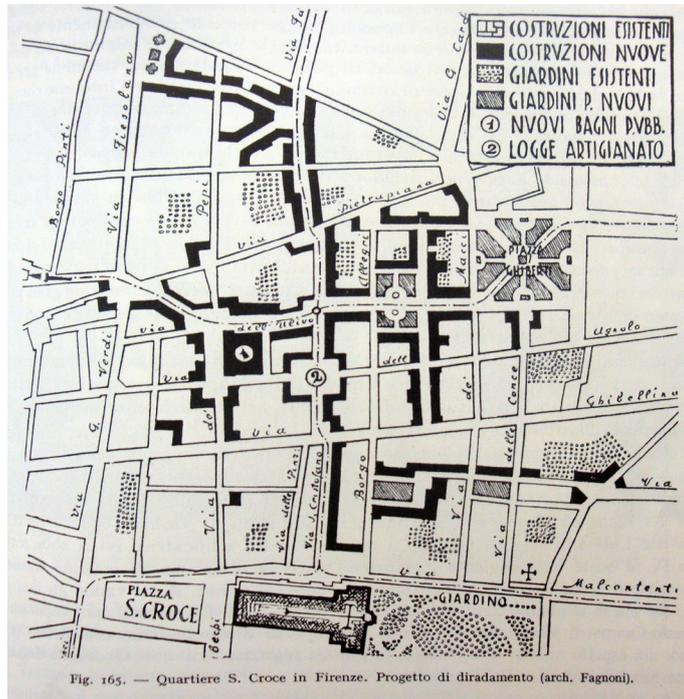
*figura histórica
museológica*

Poucos anos depois de Sitte ter levantado a questão da museificação do património, o historiador de arte vienense Alois Riegl²⁴, levantou uma crítica profunda relativa ao conjunto de atitudes e comportamentos sobre os monumentos históricos; tendo esta surgido aquando da sua nomeação, em 1902, como Presidente da Comissão Austríaca dos Monumentos Históricos, em que ficou encarregue de preparar uma nova legislação para a conservação dos monumentos. Um ano mais tarde é publicado *O Culto Moderno dos Monumentos*²⁵, que viria a transformar para sempre a forma de apropriação do monumento histórico.

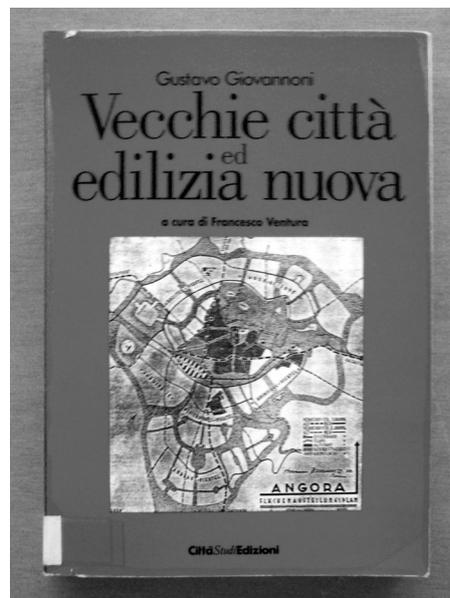
Alois Riegl

A sua obra, atribui aos monumentos um novo significado, considerando-os como objectos sociais e filosóficos. Para tal, formula uma análise estruturada em dois valores distintos: o da *rememoração*, ligado ao passado e à memória; e o da *contemporaneidade*, pertencente ao presente. E a estes, acaba por acrescentar o valor da *antiguidade* que diz respeito à idade do monumento e às marcas do tempo sobre este, aproximando-se dos valores de Ruskin. Porém, há uma diferença entre estes dois críticos que é necessário ter em conta; enquanto que Ruskin impõe uma concepção moral a uma sociedade que caminhava para um sentido oposto; Riegl trabalha sobre uma constatação, para ele, “o valor da antiguidade do monumento histórico não é um desejo, mas uma realidade.”²⁶

Compreende ainda o necessário valor da utilização desses espaços, que defende



15| Desenho de estudo urbano de um quarteirão do centro de Florença por Gustavo Giovannoni.



16| capa de *Vecchie città ed edilizia nuova* de Gustavo Giovannoni.

ser o que os distingue da ruína arqueológica; defendendo que o valor da utilização, o valor da arte e o valor histórico, embora insolúveis, não podem ser descurados; e uma boa adaptação destes conceitos traduzirá uma vivência perdurada do monumento.

Concluindo, Riegl mostrou que na viragem do século XX, a conservação do monumento histórico havia conquistado o seu estatuto disciplinar. Esta reflexão traduz-se na procura de uma nova delimitação espaço-temporal dos monumentos; e assim, Riegl defende pela primeira vez, que a sua área tipológica deve incluir a arquitectura menor e o tecido urbano. Sendo que esta malha ligada ao património, ganhando a importância devida, rejeitaria uma prática de museificação que começavam a desenhar-se.

A terceira e última figura que Choay aponta à cidade antiga é a figura *historial*, que diz ser a síntese e superação das anteriores. Em 1931, dois anos antes da elaboração da Carta de Atenas no IV CIAM, nasce a obra “*Vecchia città ed edilizia nuova*” de Gustavo Giovannoni²⁷, que sintetiza e supera as figuras precedentes, concedendo aos centros urbanos antigos um valor de utilização e um valor museológico, em simultâneo; integrando-os numa concepção geral de organização da cidade.

Giovannoni é o primeiro a designar o tecido histórico da cidade como *património urbano*, tomando a cidade como *um momento em si mesma*, mas que ao mesmo tempo representa um tecido vivo. A sua doutrina eleva a arquitectura menor, aquela que mais tarde Rossi chamaria de “*Arquitectura da cidade*” (1966), a uma nova concepção de monumento colectivo. Argumenta que separar os monumentos singulares das suas envolventes significa, muitas das vezes, mutilar o próprio edifício; defendendo por isso que existe uma relação essencial de diálogo entre a arquitectura monumental e o seu contexto, que deve ser mantida, e que no momento da restauração, a estrutura, a morfologia, a paisagem e a imagem urbana são factores fundamentais a respeitar.

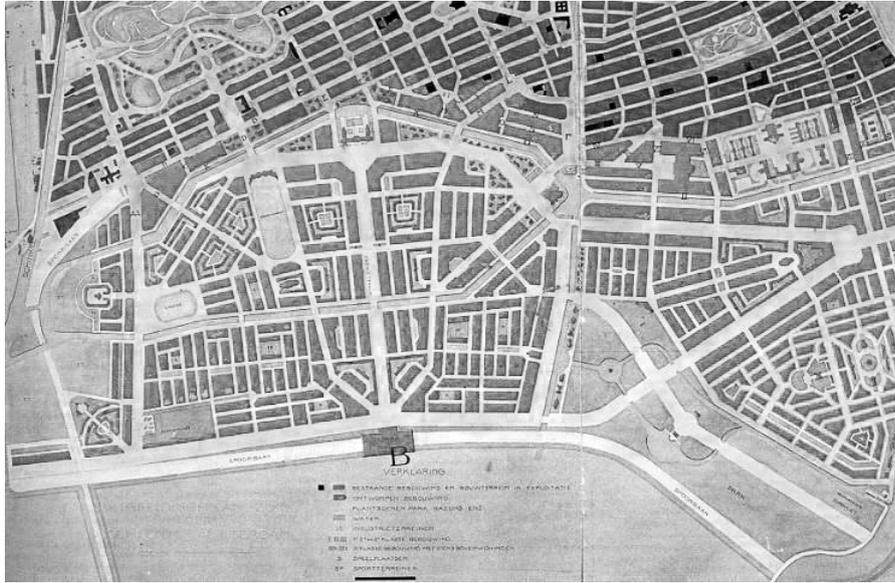
Em “*Vecchia città ed edilizia nuova*”, defende o papel inovador das novas redes de transporte e comunicações, fazendo uma analogia às infra-estruturas de escala urbana que Viollet-le-Duc e Sitte haviam levantado. Estuda ainda a cidade segundo o comportamento humano; focando-o como motor de urbanização, em que o indivíduo precisa de parar, de se encontrar e de habitar. Desta forma, divide a cidade em dois espaços e ritmos: por um lado, “*a sala das máquinas, de movimento febril, vertiginoso e ardente*” e por outro, “*os salões e os espaços domésticos*”.²⁸ Atribuindo estes últimos, como espaços de lazer, aos bairros antigos das cidades. Concedendo-lhes uma actualidade que Viollet-le-Duc não havia encontrado; defendendo mesmo que a sua escala tornava-os aptos para esta nova função.

Giovannoni funda ainda uma doutrina da conservação do património urbano fundamentada em três grandes princípios: em primeiro que “*qualquer fragmento urbano*

*figura
historial*

*Gustavo
Giovannoni*

21 *património [In]tocável*



17| Plano da reabilitação da cidade de Amsterdão, plano *Zuid*, 1928.



18| O primeiro CIAM, fotografia de grupo em frente à Chapel of Chateâu La Sarraz, 1928.

*deve ser integrado num plano de ordenamento (piano regolatore); em segundo que “o conceito de património histórico não poderia designar um edifício em singular no exterior do contexto edificado no qual se insere. A própria natureza da cidade (...) resulta dessa dialéctica entre a ‘arquitectura maior’ e o que a rodeia.”; e por último que os centros históricos “pedem princípios de preservação e restauro” que “transpostos para as dimensões do fragmento e do centro urbano, eles têm por objectivo essencial preservar a escala e a morfologia desses conjuntos.”*²⁹

Por fim, Giovannoni personificou um movimento integrador, reconhecendo os devidos valores dos momentos anteriores, compreendendo a antinomia entre Viollet-le-Duc e Sitte, e o valor social que Ruskin e Morris haviam levantado; integrando-os numa visão totalmente moderna da cidade, confirmando a antecipação das políticas de protecção desenvolvidas mais tarde por toda a Europa e objectivadas em 1964 na conhecida Carta de Veneza.

Para a gestão urbana desenvolvida no século XIX não existe hipótese de proceder a um tratamento diferente do centro histórico para os bairros mais recentes. Os elementos antigos são assimilados nos novos, criando uma dinâmica geral. A excepção seria feita pelos monumentos históricos que até à data, era os únicos que se mantinham por consentimento geral. Apenas em 1928, se conhecerá a conservação total de um centro histórico aquando do plano de ordenamento da cidade de Amsterdão.³⁰

A entrada do século XX mostrou que apesar de importantes e pertinentes, as visões de autores individuais não eram suficientes para criar uma doutrina de salvaguarda dos centros e monumentos históricos; sobretudo após os efeitos do Movimento Moderno na transformação das cidades. Era urgente alargar o debate internacionalmente, procurando abordar, sistematizar e fixar princípios sobre o tema do património histórico e urbano em cartas doutrinárias, como foram os casos das célebres Carta de Atenas e Carta de Veneza.

Cartas que protegem e valorizam o património

Somos hoje confrontados com o valor da imagem mediática dos centros históricos levantada como produto cénico a que a classificação patrimonial tende a subordinar os seus destinos, em declarada oposição ao sentido original do termo *património*, que aparece ligado à ideia de herança e de transmissão legal de gerações em gerações. A necessidade de recuperar estes valores levou a sucessivas tentativas de delimitar o que pode ser transmissível às gerações seguintes como símbolo de identidade cultural.³¹

²³ *património [In]tocável*

A CARTA DE ATENAS

A quarta reunião dos urbanistas e arquitectos que, de todo o Mundo, deram a sua adesão aos C. I. A. M. (Congressos Internacionais de Arquitectura Moderna) realizou-se em 1932 a bordo de um navio, em cruzeiro pelo Mediterrâneo e tendo Atenas como porto de destino.

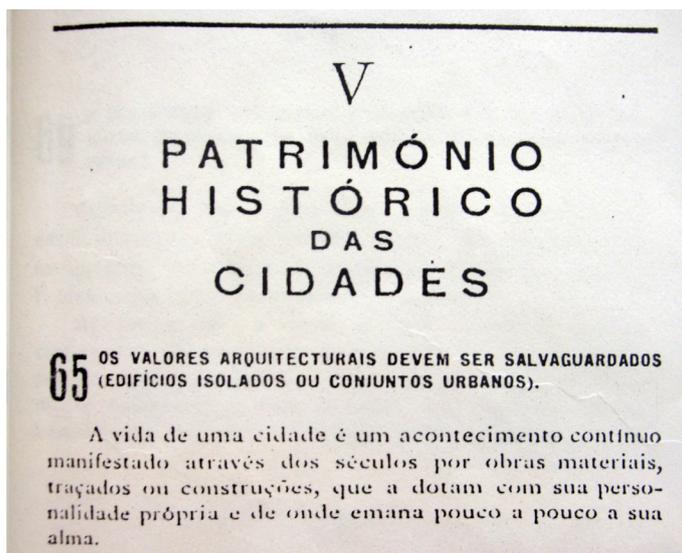
Dessa reunião, em que se levou a cabo o trabalho extenuante de analisar trinta e três cidades de dezeto países, sob os mais diversos aspectos, através de plantas, gráficos, etc., resultou um documento notável, cuja publicação iniciámos neste número.

Trata-se das conclusões tiradas dessa análise e das medidas de ordem geral propostas para fazer face ao lamentável estado de coisas a que se chegou nos núcleos urbanos, em matéria de condições de vida.

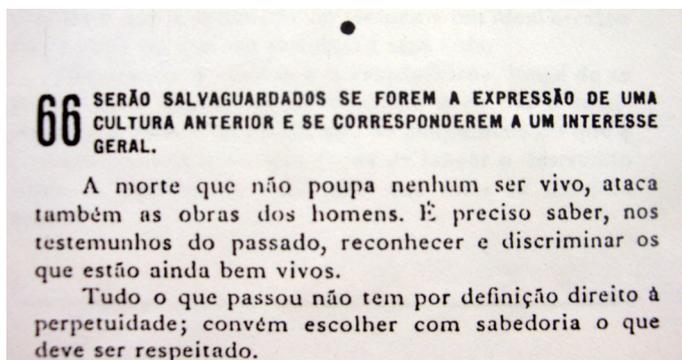
Já vão decorridos mais de quinze anos desde a elaboração da «Carta de Atenas» e a sua actualidade e o seu interesse apparecem cada vez maiores.

«A Carta de Atenas», como se diz numa recente publicação francesa de onde traheámos o respectivo texto e os comentários com que o grupo C. I. A. M.-FRANÇA o fez acompanhar — «abre todas as portas ao urbanismo dos tempos modernos». É uma resposta ao presente caos das cidades. Nas mãos das autoridades, pormenorizada, comentada, esclarecida sufficientemente, é o instrumento com o qual o destino das cidades será refundido.

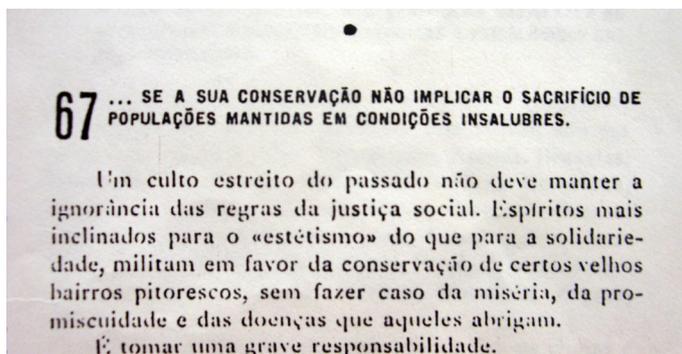
19| Carta de Atenas.



20| Carta de Atenas, ponto 65.



21| Carta de Atenas, ponto 66.



22| Carta de Atenas, ponto 67.

Na procura de regras que orientassem o reconhecimento e consequente valorização do património histórico das cidades europeias, foram constituídos documentos ao longo do século XX que fixaram as ideias base transformadoras do conceito de património histórico e artístico.

Realizado em 1933, o IV Congresso Internacional da Arquitectura Moderna, sob a alçada de Josep Luís Sert, presidente da organização e de Sigfried Giedion, secretário e cronista do encontro- a bordo do cruzeiro Patris II, na rota Marselha-Atenas-Marselha - redigiu-se a Carta de Planificação da Cidade, também conhecida por Carta de Atenas, cujo princípio doutrinário se pode compreender nas seguintes passagens:

“ Nem tudo o que é passado tem, por definição, direito à perenidade; convém escolher com sabedoria o que deve ser respeitado. Se os interesses da cidade são usados pela persistência de determinadas presenças isignes, majestosas, de uma era já encerrada, será procurada a solução capaz de conciliar dois pontos de vista opostos: nos casos em que se esteja diante de construções repetidas em numerosos exemplares, algumas serão conservadas a título de documentário, as outras demolidas; em outros casos poderá ser isolada a única parte que constitua uma lembrança ou um valor real; o resto será modificado de maneira útil. Enfim, em certos casos excepcionais, poderá ser aventada a transplantação de elementos incómodos por sua situação, mas que merecem ser conservados por seu alto significado estético ou histórico. (...) O emprego de estilos do passado, sob pretextos estéticos, nas construções novas erigidas nas zonas históricas, têm consequências nefastas. A manutenção de tais usos ou a introdução de tais iniciativas não serão toleradas de forma alguma. (...) Tais métodos são contrários à grande lição da história. Nunca foi constatado um retrocesso, nunca o homem voltou sobre seus passos. As obras-primas do passado mostram-nos que cada um existe como trampolim para a sua imaginação, à totalidade de recursos técnicos de sua época. Copiar servilmente o passado é condenar-se à mentira, é erigir o “falso” como princípio, pois as antigas condições de trabalho não poderiam ser reconstituídas e a aplicação da técnica moderna a um ideal ultrapassado sempre leva a um simulacro desprovido de qualquer vida. Misturando o “falso” ao “verdadeiro”, longe de se alcançar uma impressão de conjunto e dar a sensação de pureza de estilo, chega-se somente a uma reconstituição fictícia, capaz apenas de desacreditar os testemunhos autênticos, que mais se tinha empenho em preservar. ”³²

Carta de
Atenas
IV CIAM

Neste congresso deveriam ser apresentadas a debate 33 cidades esquematizadas de igual forma, facilitando a sua comparação e possibilitando conclusões mais ajustadas. Revelando as verdadeiras preocupações dos CIAM, procura-se uma resposta racional e científica perante a questão da distribuição funcional moderna das cidades; tendo sido encontrados quatro factores que resultariam em quatro áreas funcionais: a laboral, a residencial, a de lazer e a de circulação; a conjugação destas quatro proposições funcionaria como um organismo funcional.³³

68 ...SE FOR POSSIVEL REMEDIAR A SUA EXISTÊNCIA DESVAN-
TAJOSA POR MEDIDAS RADICAIS, POR EXEMPLO O DESVIO DE
ELEMENTOS VITAIS DE CIRCULAÇÃO, OU MESMO O DESLOCA-
MENTO DE CENTROS CONSIDERADOS ATÉ AQUI COMO IMU-
TÁVEIS.

O crescimento excepcional duma cidade pode criar uma situação perigosa conduzindo a um beco sem saída de que não nos livramos sem alguns sacrifícios.

O obstáculo não poderá ser suprimido senão pela demolição. Mas desde que esta medida acarrete a destruição de verdadeiros valores arquiteturais, históricos ou espirituais, mais vale, sem dúvida, procurar outra solução.

Em lugar de suprimir o obstáculo à circulação, desviar-se-à a própria circulação ou, se as condições o permitirem, far-se-à uma passagem sob um túnel.

Enfim pode-se também deslocar um centro de actividade interna e, transplantando-o para outro local, mudar inteiramente o regime circulatório da zona congestionada.

A imaginação, a invenção e os recursos técnicos devem combinar-se para desatar os nós que parecem mais inextricáveis.

23| Carta de Atenas, ponto 68.

69 A DESTRUIÇÃO DOS BAIRROS MISERÁVEIS À VOLTA DOS MO-
NUMENTOS HISTÓRICOS DARÁ OCASIÃO A CRIAR SUPERFÍCIES
VERDES.

Admite-se, em certos casos, que a demolição de casas insalubres e de bairros miseráveis em volta dum monumento histórico destrua um ambiente secular. É uma coisa lamentável mas inevitável.

Aproveitar-se-à a situação para introduzir superfícies verdes. Os vestígios do passado ficarão banhados por um novo ambiente, talvez inesperado, mas certamente tolerável, e com o qual, de qualquer forma, beneficiarão largamente os quarteirões vizinhos.

24| Carta de Atenas, ponto 69.

70 O EMPREGO DE ESTILOS DO PASSADO, SOB PRETEXTO DE
ESTÉTICA, NAS CONSTRUÇÕES NOVAS ERIGIDAS NAS ZONAS
HISTÓRICAS, TEM CONSEQUÊNCIAS NEFASTAS. O MANTIMENTO
DE TAIS USOS OU DA INTRODUÇÃO DE TAIS INICIATIVAS NÃO
SERÁ TOLERADO SOB NENHUMA FORMA.

Tais métodos são contrários à grande lição da história. Nunca se verificou um retrocesso, nunca o homem pisou duas vezes o mesmo passo.

25| Carta de Atenas, ponto 70.

Este IV CIAM revela-se importante para a história da consagração do património histórico, porque além da questão acima referida, foi ainda levado o espaço da cidade histórica a debate, procurando respostas sobre como esta deveria ser interpretada e trabalhada. Esta discussão lançou princípios que iriam estar na base da conservação e restauro dos monumentos, muito embora toda a problemática que diria respeito à escala urbana tivesse sido completamente ignorada. Aquando do final do congresso, Le Corbusier havia ficado encarregue de escrever a acta do encontro; porém, o seu relatório rapidamente se transformou em cartilha, fazendo com que uma síntese de discursos se transformasse numa doutrina. Assim nasce o documento ao qual se dará o nome de Carta de Atenas. Esta releva a preocupação de que em nenhum caso, a prática do pitoresco pela continuidade estética da sua arquitectura deve ter primazia sobre o uso e activação do espaço construído, que parece prever antecipadamente o que sucederia com a cristalização de muitos centros antigos a partir dos anos 70.

Apesar deste tratado ter sido um marco importante no entendimento e salvaguarda do monumento histórico, apresenta este objecto como adormecido no tempo, sem qualquer relação com o contemporâneo, diminuindo assim o seu valor. Entende-se que o movimento moderno na Carta de Atenas propõe uma resolução de convivência com o passado em que o passado não é mais do que isso mesmo.

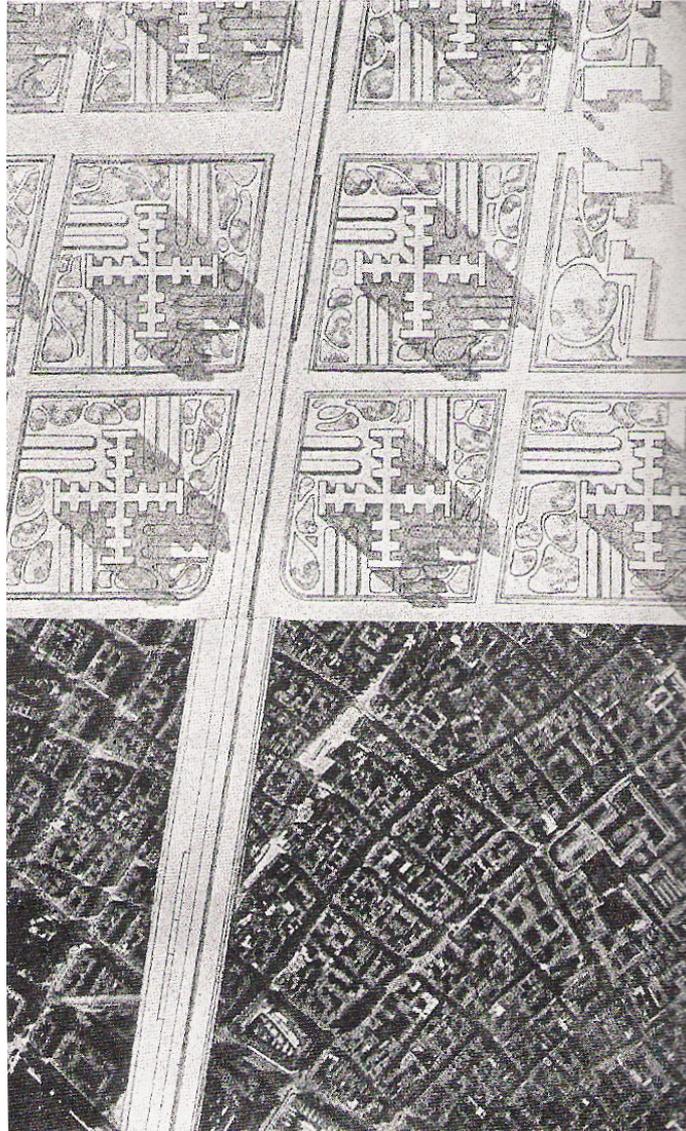
Em 1951, o VIII CIAM, realizado na cidade britânica de Hoddesdon, teve como principal tema o *Coração da Cidade*. Manifestando a sua doutrina, o congresso declarava a cristalização do legado histórico das cidades por entender que este há muito tinha perdido o ser valor de gerador de tecido urbano. Defendiam que cada bairro necessitava de um centro cívico moderno, onde se pudesse desenvolver a maior parte das actividades, tanto culturais quanto comerciais. Sert, ainda como presidente dos CIAM, sustentava que a chave da cidade moderna residia numa organizada solução do centro, não coincidindo este com o urbano histórico.³⁴

O penúltimo e já controverso IX CIAM, em Aix-en-Provence, foi tomado por novos e irreverentes arquitectos como o casal Alison e Peter Smithson, Aldo van Eyck ou Jacob Bakema. Estes começaram por criticar o formalismo da Carta de Atenas, reclamando que fosse introduzido o conceito de *identidade* e que se tomassem novos princípios estruturais do crescimento urbano. Estas novas propostas, e possivelmente a atitude rebelde com que estas foram introduzidas, levaram arquitectos como Le Corbusier, Ernest Rogers e Walter Gropius a proporem aos novos arquitectos que organizassem o X CIAM, sob o tema de *Habitat Humano*, congresso que se viria a revelar-se como a última edição doutrinária destes encontros.³⁵

VIII CIAM

Três décadas depois do IV CIAM, em Maio de 1964 no II Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos dos Monumentos Históricos é redigida a Carta

IX CIAM



26| “Esta é a acção proposta pelo ‘Plano Voisin’ de Paris: em baixo, os bairros antigos que se projectou destruir; em cima, os que se projectou construir em seu lugar.” Le Corbusier citado por Françoise Choay - *Alegoria do Património*, p.160.

de Veneza que surge na sequência da explosão demográfica, do desenvolvimento das cidades industriais e da consequente degradação dos centros históricos, quebrando radicalmente a tradição de considerar o monumento como objecto individual. Vejamos alguns dos artigos fundamentais:

“Artº 1º - A noção de monumento histórico engloba a criação arquitectónica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que são o testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Esta noção estende-se não somente às grandes criações mas também às obras modestas que adquiriram com o tempo um significado cultural.(...)”

Carta de Veneza

Artº 5º - A conservação dos monumentos é sempre favorecida pela sua afectação a uma função útil à sociedade: tal afectação é pois desejável mas não deve alterar a disposição ou a decoração de edifícios. É dentro destes limites que se devem conceber e que se pode autorizar as adaptações exigidas pela evolução dos usos e dos costumes.

Artº 6º - A conservação de um monumento implica a conservação de um enquadramento à sua escala. Quando subsiste o enquadramento tradicional, este deverá ser conservado, e qualquer construção nova, qualquer distribuição e qualquer arranjo susceptível de alterar as relações de volume e cor, devem ser prescritos.

Artº 7º - O monumento é inseparável da História da qual é testemunho e também do meio em que está situado. Por conseguinte, a deslocação de todo ou de parte de um monumento não pode ser tolerada, a não ser no caso em que a salvaguarda do monumento o exija, ou quando razões de um grande interesse nacional ou internacional o justifiquem.”³⁶

Por último, em 1987, é redigida a Carta Internacional das Cidades, que vem articular três pontos: as *cidades*, os *monumentos históricos* e os *valores a proteger*, dando assim continuidade ao mote lançado pela própria Carta de Veneza.³⁷ Deste modo, defende que uma cidade deverá evoluir no tempo e no espaço a fim de salvaguardar equilíbrios e harmonias materiais e espirituais. Porém, o que de maior valor reside neste último documento é a importância que atribui à ideia da protecção das cidades históricas ser considerada uma actividade que deverá associar não só as políticas económicas e sociais de desenvolvimento como o planeamento (nacional, regional e local) à própria protecção dos monumentos históricos. Sugere uma nova compreensão da complexidade do espaço urbano como veículo que, ao transportar e conter um conjunto animado de referências e histórias, demonstra a capacidade do sistema assimilar e articular o tempo no espaço.

Carta Internacional das Cidades

Cada vez mais se reconhece que a cultura patrimonial não reside no edifício singular, nem no conjunto edificado, mas na relação constante entre o tipo de espaço público e a tipologia edificada. Porém continuam a notar-se intervenções que podem ser apenas consideradas operações de elevado charme visual em que os marcos patrimoniais



27 | Centro histórico de Florença.

são alvo de intervenções individualizadas, ainda que de carácter monumental, para a valorização pontual da imagem da cidade. No entanto, a valorização das cidades históricas só pode ser verdadeiramente encarada quando consideramos o espaço urbano como peça fundamental, produto de uma intervenção global e integrada.

A contribuição italiana

A Itália, talvez pelo seu incomparável número de centros antigos face aos restantes países da Europa, ou mesmo pela qualidade patrimonial legada pelo Império Romano, foi o país que mais esforços orientou na salvaguarda dos monumentos e malhas históricas.

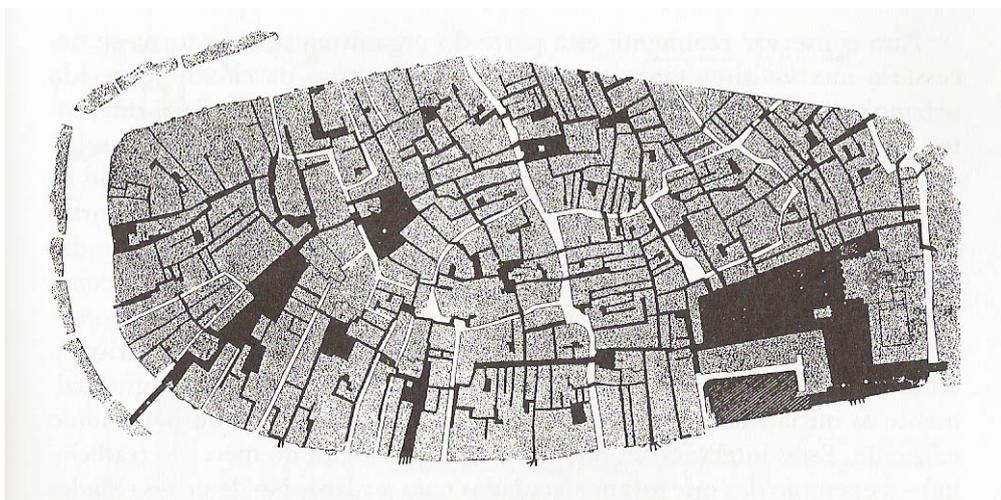
Na década de 50, os centros históricos, edificados antes da revolução industrial, constituíam grande parte do património monumental em Itália, entendendo-se uma luta pela defesa da sua integridade física que foi trazida a debate político. Porém, as leis urbanas eram insuficientes para impedir a sua decadência, em grande parte devido ao desenvolvimento do tecido urbano circundante; o que levou os habitantes a afastarem-se do centro e a estabelecerem-se na periferia.³⁸

As administrações de algumas cidades com centros históricos particularmente importantes e bem conservados que ilustravam uma crescente degradação social elaboraram na início da década de 70 uma nova metodologia para a sua conservação, tanto do cenário físico como dos habitantes. Como diz Leonardo Benevolo:

*“Antes de mais, foi redefinido o âmbito da conservação, que não é apenas um conjunto de objectos físicos – monumentos e obras de arte, protegidas em nome de um interesse específico, histórico ou artístico – mas sim um organismo habitado, aquilo que resta da cidade pré-industrial com a sua população tradicional e que se caracteriza pela qualidade que falta na cidade contemporânea e que é novamente exigida pelo movimento moderno : a estabilidade da relação da população e contexto urbano, isto é, a reconciliação entre o homem e o seu ambiente de que tantas vezes falou Le Corbusier”.*³⁹

*nova
metodologia
conservação*

Para conservar esse *organismo* urbano era necessário intervir, em simultâneo, em todas as zonas da cidade; protegendo-se o tecido original antigo e distinguindo-se os principais edifícios que poderiam ganhar futuramente usos e operações modernos. Os edifícios que haviam sido alterados, não deviam consolidar-se, dando lugar aos equipamentos mais incómodos que dificilmente se ajustariam ao tecido antigo.



28| Planta parcial de Veneza desenhada por Le Corbusier.

Recusou-se limitar o crescimento periférico, reabilitando todo o tecido construído para que este, mesmo ao perder dinamismo, não fosse desertificado. Este conjunto de acções conferem protagonismo a “*este organismo que é já elemento da futura cidade moderna e contém uma alternativa válida para toda a restante cidade e território*”.⁴⁰

Ao longo da década de 60, as orientações de uma nova arquitectura do pós-Guerra são reformuladas e teorizadas por uma nova geração de arquitectos italianos, alunos discípulos de Ernesto Rogers, dando continuidade à sua visão cultural e arquitectónica. Partindo dos conceitos deixados pelo seu mestre, as principais preocupações encontravam-se entre as pré-existências ambientais, a importância da história da cidade, a tradição da cidade europeia, a ideia de monumento e o papel do arquitecto perante a sociedade; temas que testemunhavam a forma de repensar a herança do Modernismo. Entre os seus seguidores, e possivelmente o que mais veio influenciar a cultura arquitectónica contemporânea, encontra-se Aldo Rossi⁴¹; pelas suas críticas que não tratavam apenas de arquitectura, mas também da sua relação com a antropologia, psicologia, política, arte, entre outros.⁴²

*Rogers e os
pressupostos
modernos*

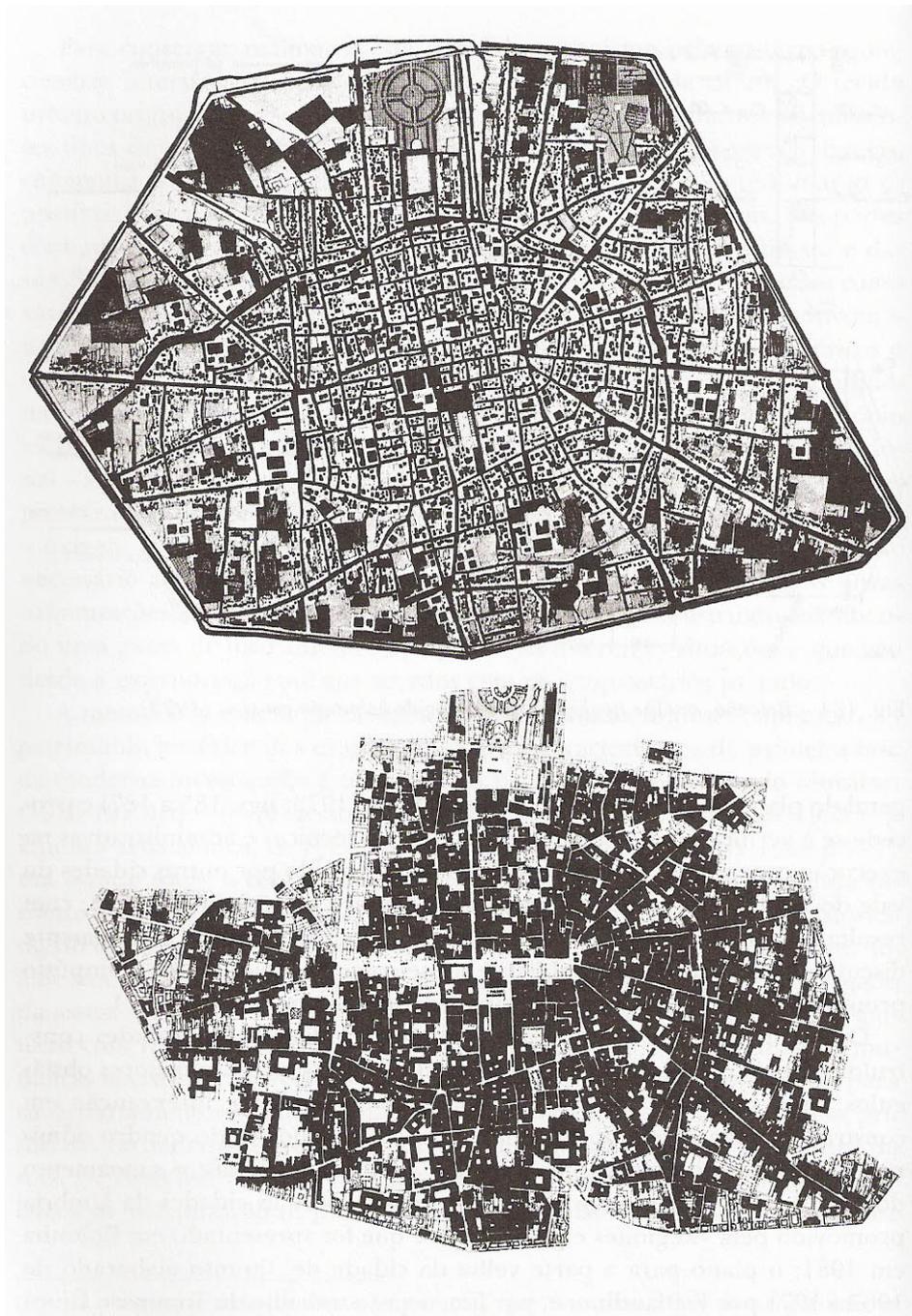
Em 1956, escrevendo os seus primeiros artigos, o autor preocupa-se com a temática da história e da memória. Para ele, o conceito de tradição deveria ser entendido como uma premissa a partir da qual se deveriam alcançar novas tradições; isto é, não desvalorizando a tradição antiga, deviam ser criadas novas tradições ligadas à jovem cidade moderna.

Dez anos mais tarde é publicada a sua obra mais carismática, intitulada *A Arquitectura da Cidade*; nela Rossi procura entender a relação da arquitectura com a cidade e as políticas pelas quais esta se gere, as memórias por ela guardadas e as directrizes sobre as quais a mesma se deve estender.

Rossi entende que a cidade não é um simples aglomerado de edifícios, é a resultante de uma longa história incessantemente reconstruída; o que embora seja uma premissa bem simples de entender, vem romper com muitos conceitos urbanos modernistas construídos sobre uma *tábua rasa*.⁴³

Um dos conceitos desenvolvidos nessa obra e que muito se vem a relacionar com o entendimento da nova vida das cidades históricas reside no facto de Aldo Rossi entender que “*a forma é mais forte que qualquer atribuição de uso e inclusive a máxima precisão arquitectónica favorece uma maior liberdade funcional, uma posterior mudança de destino.*”⁴⁴ Esta teoria é comprovada pela atribuição de novos usos a edifícios históricos, ganhando estes uma nova função e vida. Rossi dá o exemplo do Pallazo della Ragione em Pádua, um edifício municipal do século XIII que servia de câmara municipal, de tribunal e de mercado ao mesmo tempo, mostrando-o como prova que as funções podem adaptar-se ao edifício, embora o inverso seja praticamente

*A arquitectura
da cidade*



29| Bolonha, plano para a conservação do centro histórico. O centro em princípios do século XIX e a área protegida pelo plano de ordenamento de 1969.

impossível.⁴⁵

Outro ponto questionado pelo autor, reside na divisão dos elementos construídos da cidade em dois diferentes tipos: o primeiro compõe-se por monumentos, edifícios e espaços públicos; o segundo, é formado pela área residencial que forma o tecido urbano da cidade. Esta divisão teve enorme influência como instrumento básico na transformação da cidade histórica; visto entender o monumento como matriz que define a imagem da cidade, revendo assim a ideia de monumentalidade estática defendida pelo Movimento Moderno.⁴⁶

*forma
acima da
função*

Rossi, ao redescobrir a cidade histórica, os seus valores e o seu potencial de evolução, deu um contributo incondicional à questão do urbanismo e da salvaguarda dos edifícios e malhas urbanas históricas.

*divisão
funcional das
cidades*

A 1969, promovido pelo Município Bolonhês dominado pelo Partido Comunista Italiano, surge o projecto de reabilitação da cidade de Bolonha; tendo sido proclamado como metodologia aplicável aos restantes centros históricos europeus.⁴⁷

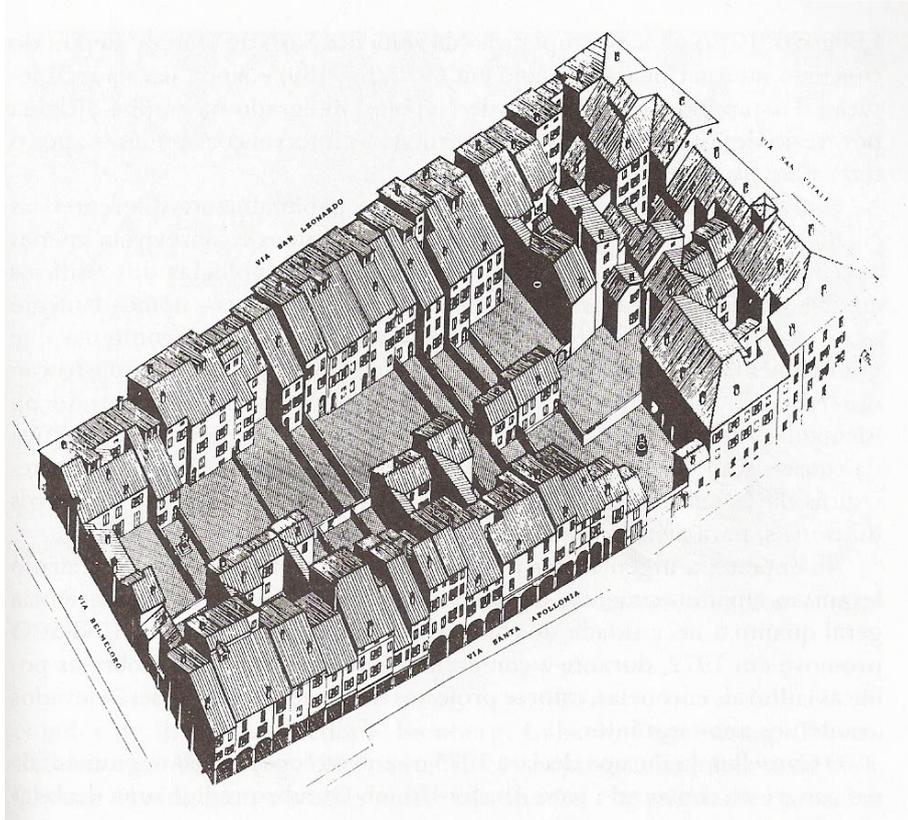
Para desenvolver este projecto, dirigido pelo arquitecto Pier Luigi Cervellati, são utilizados os mesmos princípios básicos que Aldo Rossi havia mencionado em *Arquitectura da Cidade*, como a permanência da tipologia arquitectónica, a distinção entre os edifícios públicos e privados e a retoma da monumentalidade. A sua maior preocupação residia na luta contra a degradação do património construído e dos espaços abertos públicos; assim como a expulsão quase forçada das classes modestas e envelhecidas que nele habitam. Foi elaborado um estudo detalhado da cidade histórica, feito quarteirão-a-quarteirão, em vez de se tomar um pressuposto para toda a malha; o que permitiu uma leitura mais atenta que definiu prioridades no processo de intervenção neste espaço.⁴⁸

*O caso de
Bolonha*

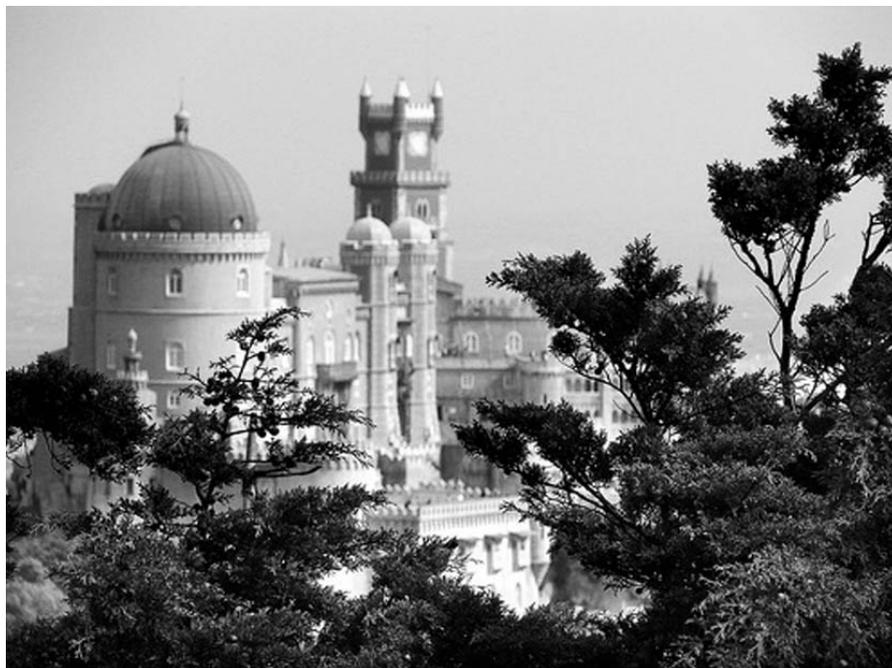
A partir desta leitura puderam sistematizar-se um conjunto de intervenções para modernizar estas áreas, concedendo-lhe melhores condições de habitabilidade mais adequadas à época. Foram ainda eliminados todos os objectos construídos que tinham sido adicionados aos edifícios originais, permitindo recuperar a imagem medieval, que tinha sido perdida pela necessidade de densificação. Além dos acréscimos, foram também alvo de preocupação os espaços interiores, como pátios e hortas, também eles libertados e novamente ajardinados.⁴⁹

A concretização do projecto revelou-se muito lenta pois privilegiou-se a intervenção e a tecnologia artesanal que recuperava fachadas e reabilitava todo o espaço interior. Desta forma, pôde manter-se a imagem da cidade que constituía o principal objectivo desta acção. Porém, a morosidade deste processo permitiu que, aliada à questão arquitectónica, se ligasse a questão social, e que desta forma, se mantivesse a população dentro destas áreas, desfazendo a ideia de gentrificação.⁵⁰

*recuperar a
imagem
medieval*



30| Bolonha, projecto de um dos espaços públicos no interior de um quarteirão estabelecido em 1973.



31| Paisagem cultural de Sintra, Património da Humanidade.

Bolonha constitui assim o primeiro caso de reabilitação de um centro histórico segundo os parâmetros que Aldo Rossi havia enumerado. Mas apesar de ter seguido esses termos e por muito que espelhasse o conceito pelo qual foi levantado, o resultado arquitectónico revelou-se incoerente, uma vez tomada a consciência que a retoma da imagem medieval da cidade se revelava uma operação excessivamente estetizada. Na verdade, essa imagem elevava-se acima da condição temporal e social da época em que se vivia, mantendo-se por isso uma imagem excessivamente patrimonialista. Bolonha ficou por muitos conhecida como a *Disneylândia* do Partido Comunista Italiano.⁵⁰

A convenção da UNESCO

Criada em 1945, a Unesco é a Organização das Nações Unidas referente à educação, ciência e cultura (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization) que tem como principais objectivos culturais: promover a elaboração e aplicação de instrumentos normativos culturais, salvaguardar a diversidade cultural promovendo o diálogo entre culturas e civilizações e por último, promover a experimentação, a inovação, a difusão e utilização partilhada de informação e práticas.⁵² Porém, apenas na década de 70, a Unesco discutiu e redigiu convenções que viriam transformar para sempre o património urbano histórico das cidades em todo o mundo. Como afirma Françoise Choay:

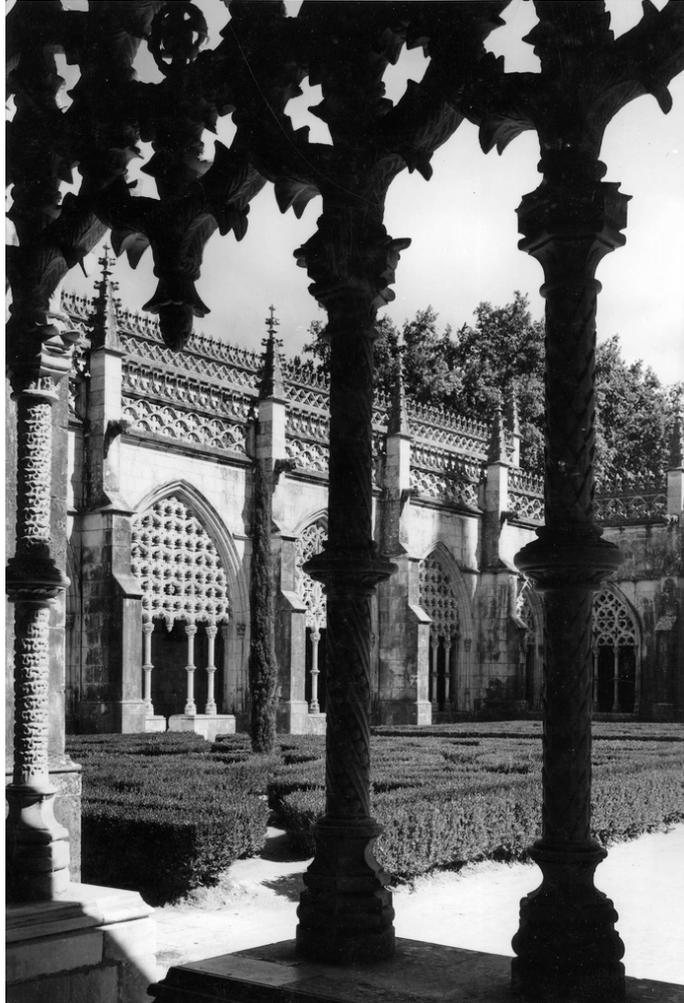
*“A mundialização dos valores e das referências ocidentais contribuiu para a expansão ecuménica das práticas patrimoniais.”*⁵³

Estes valores deram corpo a um conjunto de convenções adoptadas em 1972 pela Conferência Geral da Unesco; que se dirigiam ao conceito de monumento histórico e património cultural universal e do qual faziam parte os *“edifícios singulares, os conjuntos edificados que, devido à sua arquitectura, à sua homogeneidade ou seu lugar na paisagem, são de valor universal excepcional do ponto de vista da história da arte ou da ciência.”*⁵⁴

A convenção formulou, no 4º artigo, que cada Estado tinha o *“dever de assegurar a identificação, protecção, conservação, valorização e transmissão às gerações futuras como património cultural”*; levantando-se ainda a questão de que a proclamação ao ser consentida universalmente, atribuiria responsabilidades da sua manutenção e protecção, não apenas a autoridades locais, mas também à própria Unesco e a entidades internacionais a esta aliadas, que cooperariam a nível *“financeiro, artístico, científico e técnico”*.⁵⁵

*património
de culto*

*convenção de
protecção do
património*



32| Claustro Real do Mosteiro da Batalha, Património da Humanidade.

A *Convenção da Protecção do Património Cultural e Natural* foi adoptada em 1972 e aceite 3 anos mais tarde por vinte e um países espalhados pelos cinco continentes; rapidamente ganhou popularidade, contando nos vinte anos seguintes, com a adesão de cento e doze países à escala mundial. Ao mesmo tempo, a consideração de património histórico vê alargada a sua tipologia, tendo merecido o destaque de Françoise Choay:

*“um mundo de edifícios modestos, nem memoráveis nem prestigiosos, reconhecidos e valorizados por novas disciplinas, como a etnologia rural e urbana, a história das técnicas e a arqueologia medieval, foram integrados no ‘corpus’ patrimonial. Todavia a achega mais considerável(...) deve-se à passagem da barreira da industrialização e à anexação pela prática conservatória de edifícios da segunda metade do século XIX e do século XX.”*⁵⁶

Mas, perante um leque tão vasto de objectos a tornarem-se património, Françoise Choay questiona também a preocupação sobre a existência de, como ela própria levanta, um *complexo de Noé*; em que qualquer objecto de relativo interesse é salvaguardado, podendo vulgarizar-se completamente o termo de *património da humanidade*.⁵⁷

O termo *património da humanidade* indica que um monumento histórico ou urbano deixa de pertencer apenas à comunidade que o acolhe, para fazer parte de uma cultura universal. Desta forma, passa a um património para ser usufruído por todos, mas também defendido e protegido por todos.

No que diz respeito à sociedade e à cultura local, a classificação como Património da Humanidade traria inúmeros benefícios, não só porque esse facto lhe traria prestígio cultural, social e político; mas também porque a ele chamaria inúmeros investimentos a nível local e internacional. Por outro lado e confiando na responsabilidade dos habitantes e identidades locais, esse património, abriria portas a numerosos turistas que ali procurariam dias de cultura e lazer.

Ainda na década de 70, a questão da integração dos conjuntos históricos na cidade e na vida contemporânea foi colocada na cena internacional e a Unesco não ficou alheia a esta situação. Daí que, na cidade de Nairóbi em 1976, fosse redigida uma *Recommandation concernant la sauvegarde des ensembles historiques et traditionnels et leur rôle dans la vie contemporaine*, que é vista até hoje como o documento-chave na defesa de um tratamento não museológico dos tecidos urbanos antigos. Como afirma Françoise Choay⁵⁸:

“(...) pela primeira vez, a conservação viva dos conjuntos antigos é apresentada como um meio de lutar não apenas pela protecção de particularismos étnicos e locais, mas também contra o processo planetário de banalização e de normalizaçãodas

*património da
Humanidade*

sociedades e do seu ambiente.”⁵⁹

O património histórico e urbano, pelo seu valor irreprodutível, constitui desde há algum tempo, um objecto de culto para o turismo, dito por isso *cultural*. Porém, uma exploração exacerbada desta prática pode ter consequências irremediáveis no presente e futuro dos centros históricos. Assim, crê-se importante estudar a evolução das práticas turísticas que construíram *o turista cultural dos dias de hoje*, compreendendo o que o atrai e o modo como reage e interage perante o património.

notas

¹ Victor Hugo citado por CHOAY, Françoise - *A Alegoria do património*, p.120.

² CHOAY, Françoise - *A alegoria do Património*, p.24.

³ Ibidem, p.34.

⁴ *Georges-Eugène Haussmann* (1809 –1891) intitulava-se Barão de Haussmann, foi um urbanista francês, cujo nome ficou associado à reconstrução da cidade de Paris no século XIX.

⁵ STEMSHORN, Max - *Dream city*, p.88.

⁶ CHOAY, Françoise - *A alegoria do Património*, p.191.

⁷ *Ildefons Cerdà i Sunyer* (1815 - 1876) foi um engenheiro, urbanista e político catalão responsável pelo plano de extensão e reforma (*Plan de Ensanche*) da cidade de Barcelona. Formando-se em *engenharia de caminhos* em Madrid no ano de 1841, ficou conhecido como um dos fundadores do urbanismo moderno.

⁸ STEMSHORN, Max - *Dream city*, p.89.

⁹ CHOAY, Françoise - *A alegoria do Património*, p.158.

¹⁰ *John Ruskin* (1819 –1900) escritor britânico e crítico social e de arte, foi também poeta e desenhista. Os seus ensaios sobre arte e arquitectura foram extremamente influentes na sua época e são ainda hoje referenciados. O seu pensamento vincula-se ao Romantismo, dando ênfase à sensibilidade subjetiva e emotiva em contraponto com a razão. Possivelmente a obra que melhor traduz a sua visão da salvaguarda do património histórico foi escrita em 1849, e designa-se *The Seven Lamps of Architecture*.

¹¹ CHOAY, Françoise - *A alegoria do Património*, p.192.

¹² RUSKIN, John – *Las siete lámparas de la arquitectura*, p.216. (tradução livre do autor).

¹³ Ibidem, p.227. (tradução livre do autor).

¹⁴ *William Morris* (1834 - 1896) pintor e escritor de poesia e ficção, foi um dos principais fundadores do Arts & Crafts britânico.

¹⁵ William Morris citado por CHOAY, Françoise - *A alegoria do Património*, p.160.

¹⁶ CHOAY, Françoise - *A alegoria do Património*, p.160.

¹⁷ *Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc* (1814 - 1879) foi um arquitecto ligado à arquitectura revivalista do século XIX e um dos primeiros teóricos da preservação do património histórico. Le-Duc estudou arquitectura na Escola de Belas Artes de Paris, porém interrompeu os estudos devido ao carácter do ensino nessa escola. O seu trabalho foi desenvolvido sobretudo na área de restauro.

¹⁸ Viollet-le-Duc citado por JESUS, João Ferreira Marques – Complementaridade(s): a cidade histórica e a arquitectura/sociedade contemporânea, p.27.

¹⁹ CHOAY, Françoise - *A alegoria do Património*, p.132.

²⁰ *Camillo Sitte* (1843 - 1903) foi um arquitecto e historiador da arte austríaco, director da Escola Imperial e Real de Artes Industriais de Viena. Uma das suas principais obras intitula-se *Construção das Cidades Segundo seus Princípios Artísticos* (*Der Städtebau nach seinen künstlerischen Grundsätzen*), em que, através de uma análise das cidades na história, propõe reavaliar a cidade através de seus espaços existentes, principalmente

suas praças. Françoise Choay atribui a essa obra um desejo de criar polémica contra as transformações de Viena e planeamento da *Ringstrasse* segundo os princípios do Barão de Haussmann.

²¹ Camillo Sitte citado por FRAMPTON, Kenneth – *História crítica da arquitectura moderna*, p.18-19.

²² CHOAY, Françoise - *A alegoria do Património*, p.166.

²³ *ibidem*, p.140.

²⁴ Alois Riegl (1858 - 1905) tirou o curso de Direito, na Universidade de Viena, dedicando-se mais tarde à filosofia e à história. Foi declarado como Professor Catedrático pela mesma universidade em 1897. Um dos escritos de maior projecção e importância foi *O Culto Moderno dos Monumentos* (1903).

²⁵ *O Culto Moderno dos Monumentos* (1903) escrito por Alois Riegl, expõe a prática da conservação dos monumentos austríacos de que fora encarregado, na qual estabelece princípios para a preservação histórica com base em várias categorias de valores dos monumentos, sendo eles: de antiguidade, histórico, de rememoração intencional, de uso, de arte relativa e de novidade.

²⁶ CHOAY, Françoise - *A alegoria do Património*, p.204.

²⁷ Gustavo Giovannoni (1873 –1947) tirou o curso de engenharia civil em 1895 na Universidade de Roma, orientando a sua atividade para duas direcções: uma profissional e uma académica, onde foi professor assistente na Escola de Engenharia de Roma. Dedicou-se mais tarde ao estudo histórico e artístico com particular interesse na história da arquitectura.

²⁸ GIOVANNONI, Gustavo – *Vecchia città ed edilizia nuova*, p.109. (tradução livre do autor).

²⁹ CHOAY, Françoise - *A alegoria do Património*, p.172.

³⁰ BENEVOLO, Leonardo – *O último capítulo da arquitectura moderna*, p.152.

³¹ COELHO, Maria João Pinto - *A iluminação Urbana e Ambiental como instrumento de valorização das cidades históricas e áreas urbanas* In Coelho, Maria João Pinto - *património mundial*, p.17.

³² IV Congresso Internacional de Arquitectura Moderna, *Carta de Atenas*.

³³ MONTANER, Josep Maria – *Depois do movimento moderno*, p.29.

³⁴ *ibidem*, p.30.

³⁵ FRAMPTON, Kenneth – *História crítica da arquitectura moderna*, p.329.

³⁶ II Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos dos Monumentos Históricos, *Carta de Veneza*.

³⁷ COELHO, Maria João Pinto - *A iluminação Urbana e Ambiental como instrumento de valorização das cidades históricas e áreas urbanas* In Coelho, Maria João Pinto - *património mundial*, p.18.

³⁸ BENEVOLO, Leonardo - *O Último Capítulo da Arquitectura Moderna*, p152.

³⁹ *ibidem*, p.153.

⁴⁰ *ibidem*, p.154.

⁴¹ Aldo Rossi (1931 - 1997) foi um arquitecto e teórico italiano. Em 1959 licenciou-se em arquitectura pela Escola Politécnica de Milão. Entre as suas principais obras encontra-se *Arquitectura da cidade*, de 1966, onde analisa o processo de surgimento e transformação da cidade, entre cidades reais de todo o mundo e projectos desenvolvidos em estudos. Em 1990 ganhou o Prémio Pritzker pela sua obra.

⁴² MONTANER, Josep Maria – *Depois do movimento moderno*, p.139.

⁴³ Teoria de Arquitectura, p.782.

⁴⁴ MONTANER, Josep Maria – *Depois do movimento moderno*, p.140.

⁴⁵ Teoria de Arquitectura, p.784.

⁴⁶ ROSSI, Aldo – *A Arquitectura da cidade*, p.56.

⁴⁷ MONTANER, Josep Maria – *Depois do movimento moderno*, p.148.

⁴⁸ *ibidem*, p.148.

⁴⁹ *ibidem*, p.148.

⁵⁰ *gentrificação* é o termo dado à regeneração social de uma área antiga. Esta situação é gerada por um processo de imigração de classes de estrato sócio-económico elevado para bairros em declínio, como é o caso dos centros históricos; onde os edifícios antigos são substituídos por apartamentos de luxo e condomínios fechados, geralmente acompanhados por um projecto de segregação, que expulsa as classes socialmente desfavorecidas desses mesmos territórios.

⁵¹ BENEVOLO, Leonardo - *O Último Capítulo da Arquitectura Moderna*, p154.

⁵² <http://www.unesco.pt/cgi-bin/unesco/unesco.php>. (tradução livre do autor).

⁵³ CHOAY, Françoise - *A Alegoria do Património*, p.183.

⁵⁴ *Convention concerning the Protection of the World Cultural and Natural Heritage* (tradução livre do autor).

⁵⁵ *ibidem.* (tradução livre do autor).

⁵⁶ CHOAY, Françoise – *A Alegoria do Património*, p.184.

⁵⁷ *ibidem.*, p.225.

⁵⁸ *Françoise Choay*, nasceu em 1925, tirou o curso de Filosofia, ficando mais tarde conhecida como crítica das teorias da arquitectura e do urbanismo. Lecciona disciplinas de urbanismo, arte e arquitectura na Université de Paris. As suas obras mais emblemáticas são *A Regra e o Modelo* (1980) e *Alegoria do Património*(1982).

⁵⁹ CHOAY, Françoise – *A Alegoria do Património*, p.238.



Turismo | 2



34| Nomadismo, camelos prontos para a viagem, no Norte do Quênia.

Turismo | 2

Ao longo do tempo

O objecto do turismo, a viagem, sempre foi um elemento de grande fascínio para o Homem; pois através dela, este poderia encontrar, absorver e compreender novas realidades que diferiam da sua. As suas motivações eram variadas, relacionando-se com possíveis trocas económicas, contacto com novas culturas, ou mesmo pelo prazer da descoberta como fuga ao quotidiano.

Entende-se, por intermédio de documentos antigos, que as origens mais remotas de viagens encontram-se ligadas ao negar do sedentarismo do Homem; obrigado a viajar principalmente motivado por melhores condições de vida e contactos comerciais com outros povos, este instituiu o nomadismo. Ainda se têm em conta as viagens por razões de *saúde*, em que os viajantes desde o Império Romano se dirigiam a estâncias termais, para lá tratarem do corpo; e por fim, encontram-se ainda relatos de viagens em busca de *realizações desportivas*, já registado no período helénico com a realização dos primeiros Jogos Olímpicos. Desta forma, se entende que por variadas razões se instigava o fenómeno turístico, muito antes do nascimento de Cristo, que o sociólogo Robert McIntosh defende ter surgido com os babilónios em 4000 a. C. :

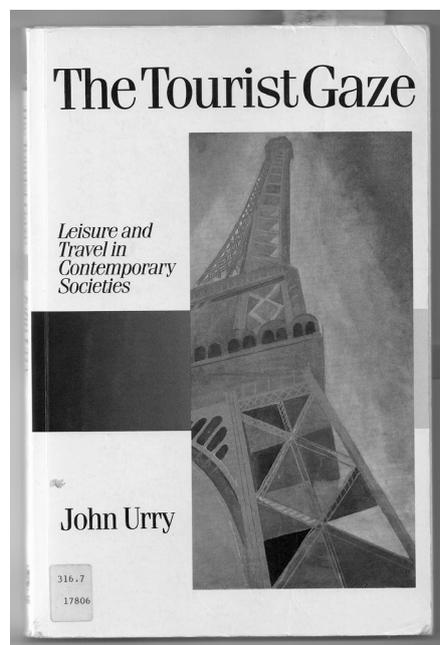
*antiguidade
nomadismo*

*“A invenção do dinheiro pelos sumérios (babilónios) e o auge do comércio iniciaram-se aproximadamente em 4000 a.C., talvez assinalando o começo da era moderna das viagens. Os sumérios foram os primeiros a conceber a ideia do dinheiro e a aplicá-la em transações comerciais (também inventaram a escrita e a roda, pelo que podem ser considerados os fundadores das viagens). O homem podia pagar pelo transporte e o alojamento fora com dinheiro ou por meio de troca de bens.”*¹

O primeiro grande destino turístico que se conhece é o Egipto, que já em 3000 a.C. recebia grande número de viajante que vinham contemplar as pirâmides e os monumentos em volta, chegados ora pelo Nilo em barcos luxuosos ora por carruagens em terra. Já no Império Romano, as viagens para visitar grandes templos



35| Corte Portuguesa em viagem no Brasil.



36| capa de *The Tourist Gaze* de John Urry.

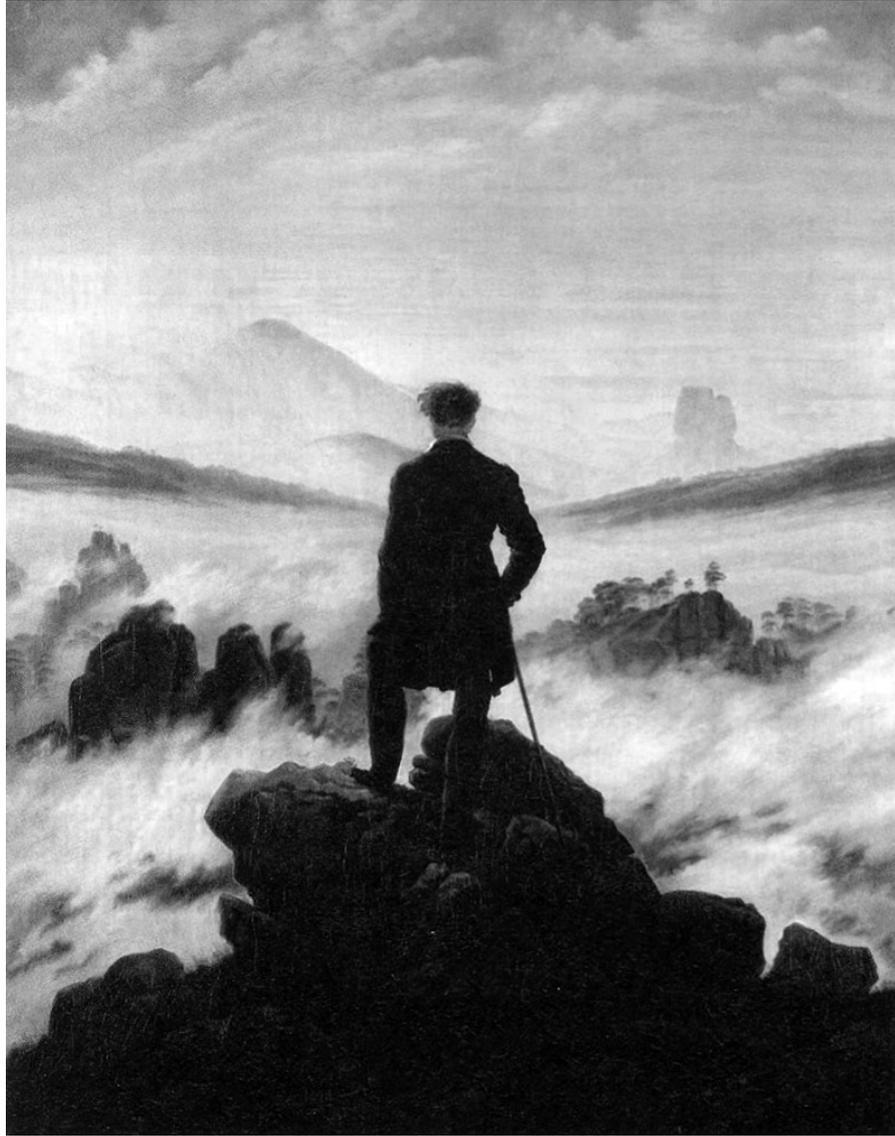
eram motivadas por um grandioso sistema de rodovias protegido pelos homens do Imperador; que se distribuíam ao longo das estradas, formando pequenos núcleos, as primeiras *estações de serviço* onde os viajantes poderiam proceder à troca de animais e abastecimento de água e alimentos ou mesmo pernoitar, dando a possibilidade de se puderem percorrer longas distâncias, em relativo pouco tempo, os escritos dão conta que os viajantes poderiam percorrer até 150km por dia.² Estes soldados defendiam também os viajantes de possíveis pilhagens, garantindo assim a segurança nas viagens a lazer. Uns séculos mais tarde, no governo de Alexandre, o Grande, na região do Éfeso - onde hoje se encontra a Turquia - despertavam os primeiros festivais que atraíam cerca 700 mil visitantes vindos de todo o mundo, prontos a vislumbrarem números inexplicáveis de mágicos, de animais amestrados, de acrobatas e artistas, compreendendo-se assim nessa época o surgimento do turismo de *eventos*.³

Com a queda do Império Romano, e as consecutivas retiradas das tropas dos seus pontos de vigia, as estradas tornaram-se cada vez mais perigosas e passíveis a pilhagens de bandidos, conduzindo a um grande decréscimo das viagens. A questão *religiosa* serviu como motivo de excepção para a continuação da procura turística, sobretudo através das Cruzadas, que organizavam grandes expedições para visitaçã dos templos religiosos da Europa. Ainda a história da arquitectura mostra-nos a existência de palácios e paços perdidos na natureza que serviriam de espaços de lazer da realeza e da alta nobreza, servindo apenas alguns meses por ano, o que define o seu carácter meramente lúdico; pode assim entender-se que longe no tempo se encontra o surgimento do chamado turismo de *lazer*.⁴

No Renascimento, o propósito da viagem começa a ser vista como fonte de conhecimento; porém, esta apenas era praticada por intelectuais mais abatados ou *amparados* por mecenas. São vários os relatos de artistas e arquitectos que viajaram além-fronteiras para países que na altura estariam mais evoluídos culturalmente, para neles adquirirem novos conhecimentos e importá-los para o seu país; além destas trocas culturais, seriam ainda importantes a descoberta da existência de novos povos e etnias.

Os séculos que se avizinham, em pouco iriam mudar o fenómeno da viagem, tendo esta continuado a ser feita por um grupo reduzido de pessoas, e com os mesmos objectivos; como explica o britânico John Urry⁵, críticos e analista do fenómeno turístico. Este resume em *The Tourist Gaze*, o desencadear do estado do turismo; entendendo existirem dois tipos de viagem: o *Grand Tour*, que tem como principal sentido o estímulo da alma pela mão da cultura; e o *veraneio social*, a chamada viagem a banhos, que rejuvenesce o corpo.

*Idade Média**renascimento*



37| *O viajante sobre o mar de neblina*, pintura de Caspar David Friedrich.

Grand Tour

O século XVIII vem mostrar uma grande mudança no fenómeno da viagem, pois esta passa a ser encarada com factor de ascensão social e cultural dos círculos de jovens estudantes, conhecendo-se este fenómeno pelo nome de *Grand Tour*.

Entendendo as deficiências práticas da formação humanista que fomentava a sua própria concepção do mundo e da existência centrada no Homem, e percebendo que os conteúdos teóricos eram insípidos sem uma corrente prática que os provasse, os responsáveis escolásticos focaram na experiência da viagem o que se consideraria a emancipação da jovem elite masculina. A viagem passa a ser vista como extensão do tempo académico, promovendo assim uma associação do que era lido nos livros, mas com base na observação local. Desta forma, a jovem elite masculina aventurava-se em grandes viagens como forma de finalização dos seus estudos, procurando um prolongamento da sua aprendizagem e uma transformação do conteúdo teórico absorvido para resoluções práticas. Como afirma John Urry:

*século XVIII
Grand Tour*

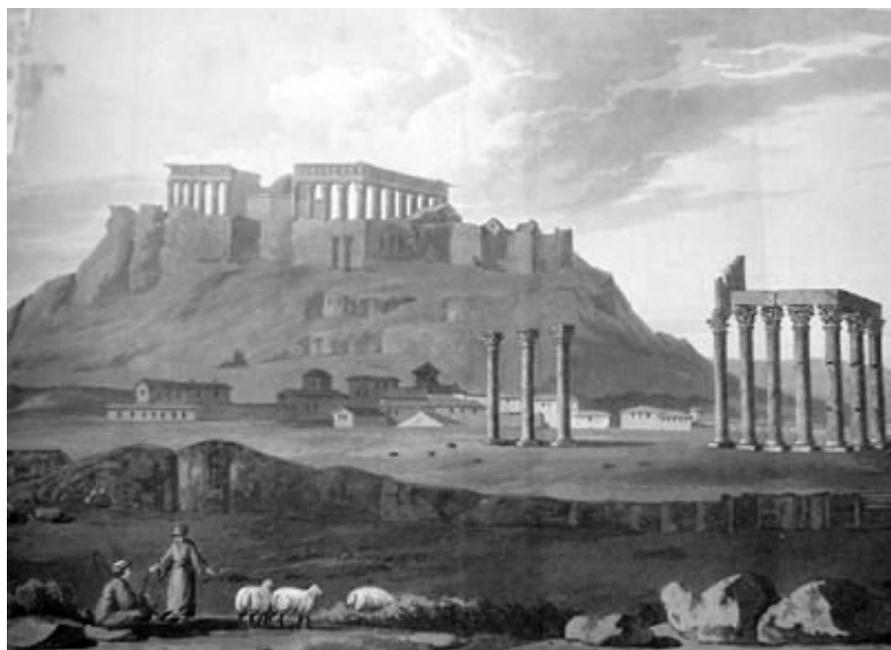
“Durante este período, entre 1600 e 1800, tratados sobre viagens desviaram-se de uma ênfase escolástica sobre o passeio para uma oportunidade para discursar/dissertar, sobre a viagem como uma testemunha ocular. Existia uma visualização da experiência da viagem, ou da exploração do olhar, auxiliada e assistida pelo crescimento dos guias de viagem que promoviam novas formas de observar.”⁶

O verdadeiro *Grand Tour* envolvia essencialmente, além de uma viagem a Paris, um circuito pelas principais cidades italianas — Roma, Veneza, Florença e Nápoles, nessa ordem de importância, entendendo que Roma era o ponto alto, o apogeu do périplo, com o qual o viajante podia dar-se por realizado. Goethe, um poeta alemão vivendo a experiência do *Grand Tour*, confessa ao chegar a Roma em 1786:

rota italiana

“(…) Noutras partes, tem de procurar-se o que é significativo; aqui, ele se impõe sobremaneira, inundando-nos. Caminhando-se, parando aqui e ali, por toda parte descortinam-se à nossa frente paisagens de todos os tipos, palácios e ruínas, jardins e matas, amplidão e exigüidade, casinhas, estábulos, arcos do triunfo, colunas, e, com frequência, tudo junto e tão próximo que se poderia desenhar o conjunto numa única folha de papel. Mil lápis seriam necessários para registrá-lo, de nada nos vale uma única pena! E, quando a noite chega, está-se exausto de tanto contemplar e admirar.”⁷

Os relatos destas viagens deram conta que para alcançar o país italiano, era necessária grande coragem, sendo que as viagens no século XVIII não eram dotadas do conforto e facilidade das de hoje, até porque para muitos jovens esta era a primeira



38| *A journey through Albania, and other provinces of Turkey in Europe and Asia, to Constantinople.* John Cam Hobhouse, 1813.

vez que viam o mar e, para quase todos, a estreia em viagens de barco; por outro lado, deixando Paris para trás, os jovens teriam de se aventurar ou pelas ondas do Mar Mediterrâneo, ou pelas subidas escarpadas dos Alpes.

*adversidades
da viagem*

Por razões variadas, as principais cidades italianas começaram a ser ignoradas e *apagadas* dos roteiros; sendo que, Paris, acabava muitas vezes, por constituir o destino final da viagem de muitos que procuravam a grande metrópole francesa e todas as aventuras e actividades da vida social que esta lhes poderia oferecer, o que fez perder o fundamento idealista deste método. Neste momento a viagem é encarada como instrumento de análise, procurando um discurso crítico acerca do objecto em estudo; este método, constitui a sua maior distinção da prática turística, que em primeira instância procurava o espaço de lazer sobre o do conhecimento.

*Grand Tour
vs turismo*

Perante o culto pela arquitectura de outros tempos, o *Grand Tour* desempenhou um papel muito importante não só no reconhecimento, mas também na descrição e representação visual dos monumentos históricos europeus. Pode até apontar-se nestas viagens o início dos estudos sistemáticos arqueológicos e a formação das primeiras teorias modernas sobre a conservação e preservação dos monumentos. Sob o olhar dos viajantes e dos seus cadernos de viagem, vários monumentos puderam ser identificados e estudados, para, por fim, serem dados a conhecer ao público por meio de obras ilustradas, que constituiriam os primeiros livros de história de arte e arquitectura.

*cadernos
de viagem*

Porém, como demonstra John Urry, nem sempre o propósito do *Grand Tour* se focou na simples visualização dos monumentos históricos; pois em dois séculos, tal como a sociedade, também o interesse dos jovens estudantes se foi alterando:

“O carácter do tour em si mesmo foi-se modificando, desde o anterior ‘clássico Grand Tour’ baseado na observação e representação de galerias, museus e artefactos culturais, para o ‘romântico Grand Tour’ do século XIX que vislumbrou a emergência do ‘turismo cénico’ e uma experiência mais privada e apaixonada da beleza e do sublime.”⁸

Deste modo o *Grand Tour* ao ganhar novos contornos, foi perdendo as suas ideias e motivações originais, o que conduziu lentamente ao seu declínio e consequente transformação em novas práticas turísticas.

A cidade pré-moderna e o flâneur

O século XIX e os princípios da industrialização geraram um sentimento de insatisfação sentido por parte dos intelectuais e artistas, que viram na prática da viagem uma solução de fuga à realidade da vida na cidade; assim a viagem deixava de



39| *'Another year...still standing...'*, o flâneur.

constituir-se como experiencial cultural e pedagógica, para representar uma solução de fuga. Se por um lado, muitos foram os que se entregaram de volta às paisagens naturais; alguns destinaram as suas viagens como forma de vivenciarem a glorificação da cidade pré-moderna e de tudo o que esta poderia oferecer de inovador. Como defende John Urry:

*cidade
pré-moderna*

“Começa no século XIX(...) a preocupação pelo surgimento de novas formas de percepção visual que fazem parte da experiência moderna de viver e visitar novos centros urbanos, particularmente as grandes cidades capitais.”⁹

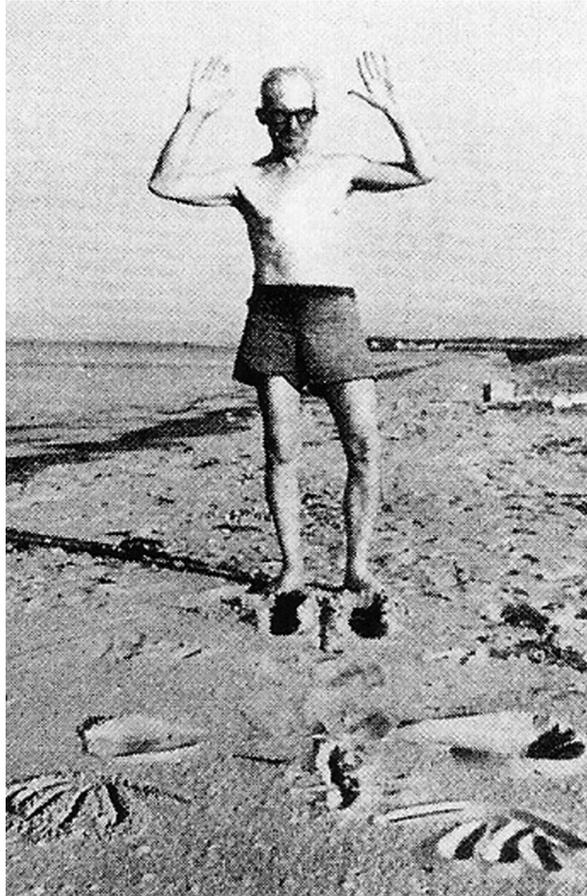
Paris, renovada e iluminada pelo plano de Haussmann, revelava-se nas suas largas avenidas findadas por grandiosos monumentos, como “*artérias num conciso sistema circulatório*”¹⁰ em que “*as boulevards chegaram para estruturar o olhar, aos Parisienses e mais tarde aos visitantes.(...)Grandes vistas foram concebidas para que cada passeio culmine num climax dramático.*”¹¹; retratando uma imagem consumível aos viajantes, uma imagem de propaganda da cidade moderna. Talvez por esse motivo a capital francesa fosse uma das mais visitadas nesta época, em que os viajantes poderiam encontrar avenidas repletas de *boutiques* e *patisseries*, que mostravam através de grandes vidros o motivo da cobiça dos que por aí se passeavam, constituindo o que até hoje conhecemos como *la vie Parisienne*. Mas não eram apenas os objectos nas montras que ali estavam para ser vislumbrados; também os viajantes que pelas avenidas se passeavam, constituíam um objecto social de desejo; passeando os seus melhores trajes, numa forma de encenação para a multidão de desconhecidos que o rodeiam. Este *experiência romântica* como designou John Urry, levantou o interesse de alguns intelectuais da época, entre eles Walter Benjamim que elabora o conceito de *flâneur*, entendendo-o como um sujeito que se deambula pelas avenidas experienciando a cidade pré-moderna, e sentindo-se parte dela, mesmo que de certo modo, a sua identidade se mantenha dissimulada; deste modo, o *flâneur* pode movimentar-se sem recear um relacionamento com os que o rodeiam e a multidão serve o anonimato de quem observa e se deixa ser observado sem complexos.

flâneur

*ver e
ser visto*

“O *flâneur* era o herói moderno, capaz de viajar, de chegar, de olhar, de continuar a passear, de ser anónimo, de estar na zona limite.”¹²

Concluindo, John Urry em *The tourist gaze*, demonstra que o deambulante *flâneur* é um precursor do turista do século XX e em particular de uma das actividades que se tornará emblemática no conceito do turista: a captação da imagem por intermédio da fotografia, que conduz os actos de ser visto e de ser reportado e de ver os outros e reportá-los. Porém, enquanto que o *flâneur* do século XIX se sentia atraído pelos recantos obscuros da cidade, o fotógrafo turístico de hoje é atraído por todo e qualquer



40| Le Corbusier na praia de Long Island em 1946.

objecto, evento ou pessoa; e enquanto isso ele mesmo é objecto do interesse fotográfico de outro; sendo que no exacto momento ele observa e é observado.

Paisagem natural como fuga à cidade industrializada

O surgimento da industrialização marca definitivamente o século XIX, a sua cidade e os seus habitantes; deste modo, o estabelecimento de fábricas no perímetro citadino, e conseqüentemente os efeitos de dano provocados por estas, assim como a tentativa de fuga à era tecnológica e o desenvolvimento da rede e meios de transporte fizeram nascer um fenómeno de movimentação sazonal de regresso às paisagens naturais, como recusa à revolução e à sociedade modernistas; mostrando um fenómeno inverso ao que acima havia sido referido.

Primeiramente, a viagem era realizada apenas pelas classes mais abastadas, mas em poucos anos, massificou-se. Remete a esta época, a generalização da prática do veraneio social, que ainda hoje se revela como o mais comum fruto do turismo de massas.

veraneio social

Os viajantes procuravam nesta época não apenas uma mera fuga ao quotidiano, mas, acima de tudo, uma fuga para um *não-lugar*, para um espaço que não tem relações nem de identidade nem de historicidade, um espaço construído pela sobremodernidade¹³; um espaço onde não fossem levantadas questões culturais nem didáticas; onde os dias fossem passados no culto do corpo, atitude típica de uma sociedade ociosa.

fuga para um não-lugar

De resto, é importante perceber que o objecto de maior desejo nesta época seria o mar, muito devido às propriedades benéficas à saúde que lhe eram atribuídas e ainda ao ar fresco e puro de que estas zonas eram dotadas. Estes interesses ocasionaram o aparecimento de grandes e luxuosas viagens de comboio que ligavam as cidades à costa, assim como as primeiras estâncias turísticas que uniam a frescura da natureza com o conforto dos hábitos citadinos. Apesar destes veraniantes fugirem da cidade sob o pretexto de se sentirem asfixiados pelo ambiente citadino, não descuravam dos seus hábitos cosmopolitas, dos passeios, dos negócios e das soirées, afirmando o seu estatuto social.¹⁴

o mar

É necessário perceber, que até esta época o direito ao turismo reservava-se às classes sociais mais abastadas, como a aristocracia; e à medida que as classes trabalhadores foram ganhando o direito à praia, esta perdeu as características que lhe haviam sido apontadas, como explica Urry:

massificação

“A meados do século XIX as praias medicinais haviam sido substituídas por praias prazerosas,(...) um refúgio construído a partir dos padrões e ritmos da vida do dia-a-dia.

59 *património [In]tocável*



41| *Your Own KdF-Car* poster, 1939.

*Essa zona tinha uma outra característica, de carnaval, aquando a praia se tornou barulhenta e lotada, plena de uma imprevisível mistura social, e envolvendo uma inversão da hierarquia social e dos códigos morais. No carnaval clássico medieval, o corpo grotesco é contraposto ao corpo disciplinado da propriedade e da autoridade; nas férias carnavalescas do século XIX, o corpo grotesco foi vergonhosamente descoberto abrindo-se ao olhar de outros.”*¹⁵

O período que sucede o fim da 1ª Grande Guerra mostra um rápido crescimento das estâncias turísticas à beira-mar, em parte devido à instituição das férias pagas e à massificação do veraneio social; o que acaba por, algumas décadas mais tarde, por ser responsável pela rápida desqualificação da prática popular do turismo de verão.

O pós-guerra e as férias pagas

Com a viragem do século XX, surgem novos conceitos e práticas da viagem, como o *veraneio social* praticado pelas classes abastadas sem que o povo, a classe trabalhadora, tivesse mais que o domingo como descanso semanal. Porém, após a Segunda Guerra Mundial, um certo optimismo político e social ajudou a reconstruir as cidades e as sociedades. Nessa sequência as populações passaram a ter também direito ao lazer pago.

Em 1933, após a derrota sofrida na 1ª Grande Guerra, a Alemanha vivia tempos difíceis; e vê o seu poder político renovar-se, pela ascensão ao poder de Adolph Hitler e do seu regime totalitário. Estes factos fazem com que todos os outros partidos e sindicatos se tornassem ilegais ou mesmo desaparecessem; no entanto, evitando uma possível revolta da classe trabalhadora, o governo decidiu criar a *DAF* (*Deutsche Arbeitsfront*), conhecida como Frente Laboral Alemã.¹⁶ Esta promoveu a criação de muitas outras sub-organizações, entre a que acabou por constituir uma peça chave de propaganda do regime de Hitler, a *Kdf* (*Kraft durch Freude*) que significava Força pela Alegria. O seu conceito, partia de uma sensibilidade de compensação material pelo esforço laboral, tornando acessível a toda a população, três bens que, até aí, apenas eram permitidos às classes mais abastadas: a liberdade de ouvir o rádio (*volkssempfänger*), a obtenção de um carro (*volkswagen*) e o direito a férias pagas.¹⁷

*regime
hitleriano*

*KdF
Rádio, carro
e férias*

Desta forma, o acesso às férias não se tratava apenas de um bem material, mas sim de um serviço prestado pelo Estado, que pretendia que a massificação do turismo provocasse um conjunto de sensações que servissem como propaganda ao regime; assim, a *KdF* mostra-se nas variadas manifestações de publicidade, como notícias e reportagens turísticas, algumas vezes ouvidas pela rádio, outras expostas por meio de fotografias de viagem em galerias ou mesmo por representações teatrais que abordavam

propaganda

61 *património [In]tocável*



42| Turismo de massas à beira-mar.

o tema das férias como principal.

Porém o fenómeno publicitário não era o único objectivo do Estado ao estabelecer o conceito de férias pagas à sua classe trabalhadora; tinha ainda consciência que após as férias os trabalhadores chegariam revigoradas e gratos pelo tempo de lazer, compensando com um maior esforço; no entender Nazi, as férias serviam assim como compensação ao trabalho. ¹⁸

O turismo, nesta época, massifica-se; não só por se ter tornando acessível às classes trabalhadoras, mas também pelo desenvolvimento das rodovias e do tráfego aéreo, e ainda pelo aparecimento dos primeiros *campings* e colónias de férias a preços que os trabalhadores poderiam pagar. A aviação sofreu, neste período, pelo crescente número de usuários, uma grande evolução; tornando as viagens aéreas cada vez mais rápidas e baratas, algo que facilitou as viagens de longa distância, impulsionando o intercâmbio turístico. Como defende John Urry, o final da Segunda Guerra, em 1945, vem ainda melhorar o panorama turístico por trazer consigo uma grande revolução tecnológica, nomeadamente no sector industrial, o que resultaria numa aceleração do poder económico e aquisitivo da população.

campings e colónias de férias

2ª GM

“(...)na segunda guerra foi generalizada a aceitação da visão em que ‘ir de férias’ era favorável a todos, constituindo-se com base do reaprovisionamento de pessoal. As férias tornaram-se quase uma marca de cidadania, um direito ao prazer/ diversão. E através desse direito, desenvolvem-se na Grã-Bretanha uma extensa infra-estrutura providenciando serviços especiais, particularmente nos resorts. Todos tinham conquistado o direito aos prazeres do ‘olhar turístico’ sobre o mar.” ¹⁹

Desta forma, conclui-se que o fenómeno do turismo, tanto nessa época quanto hoje, mantém-se muito vinculado ao culto do lazer e da fuga ao quotidiano laboral, subjugando um propósito cultural. Porém, a massificação do turismo, fez com que também em férias, os veraniantes se comesçassem a cansar de ver sempre os mesmos lugares, as mesmas pessoas e os mesmo costumes; o que viria a provocar uma nova revolução turística, em que os viajantes passariam a voltar-se para novos lugares, novos tipos e interesses de férias.

O pós-modernismo e o pós-turismo

A natureza das sociedades ocidentais sofreu largas modificações a partir dos anos 60, a estruturação social da sociedade ganhou novas formas e com ela novos direitos e interesses. Uma das questões mais interessantes é a de que a cultura passou

a ocupar um lugar central na organização das sociedades actuais, e que, essa imagem traduziria as ideias e gostos de uma condição pós-moderna. O pós-modernismo é, assim, caracterizado por uma dissolução das fronteiras, não apenas entre a alta e baixa cultura, mas ainda nas próprias práticas culturais, como é o caso do turismo, da educação, do desporto e da cultura, e dentro desta temática, da arquitectura. Precisamente sobre o turismo, Urry compreende que o final do século traz a massificação dos meios de comunicação que virão para sempre modificar o objecto e a experiência turística.²⁰

*“O olhar turístico faz intrinsecamente parte da experiência contemporânea, do pós-modernismo, mas as práticas turísticas a que dá origem experimentam nesse momento, uma rápida e significativa mudança. Essa mudança não pode ser separada destas amplas estruturas sociais e culturais que vêm a desenvolver a sociedade.”*²¹

Por um variado número de razões, os *resorts* à beira-mar, que tanto furor haviam feito nas décadas anteriores, sofreram um desgaste de popularidade; até porque com o passar do tempo, eles deixaram de ser excepções para se sujeitarem à banalidade, sendo que as características que os definiam como o acesso *ao sol, à areia e ao mar (sun, sand and sea)*, a permanência nos confortáveis hotéis e o direito ao lazer passaram a ser comuns a todos os estratos da sociedade.²² Como tal, alguns *resorts* desenvolveram algumas habilidades que os diferenciariam e destacariam da concorrência, constituindo-se como centros de espectáculo e consumo, o que os situa como elementos pós-modernos.

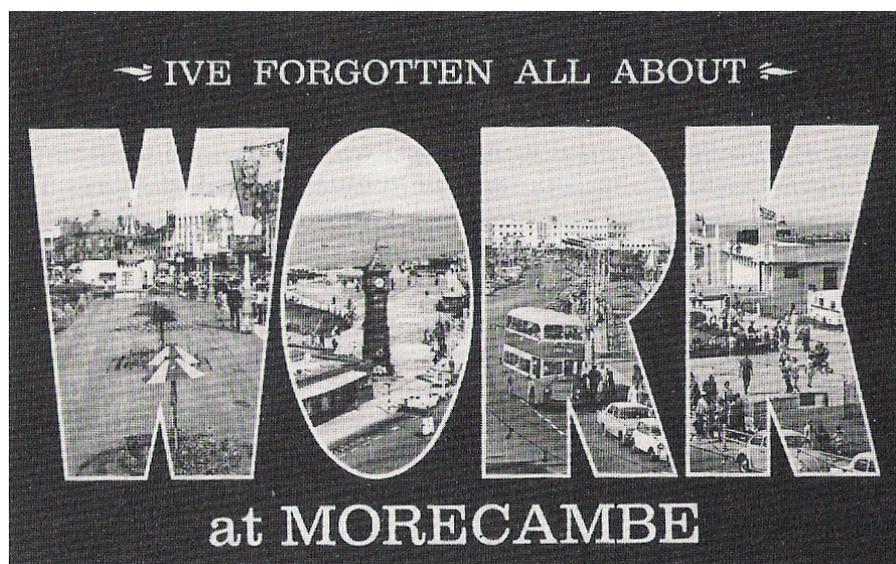
desgaste dos resorts

O *resort* típico relatava uma imagem dum paraíso falso; seria portanto, uma encarnação construtiva da natureza; um paraíso não civilizado, para contrapor à civilização da cultura. Partia da cultura pós-modernista e do que se considerava correcto, tomá-lo e consumí-lo como imagem, evitando uma relação mais profunda com este meio.

natureza construída

*“O ‘ter bom gosto’ envolvia olhar estes lugares e apenas passar por eles, vendo-se com um olhar de ‘voyeur’, nunca com o intuito de aí ficar. A única excepção permitida seria apropriar-se de elementos desses resorts, tal como postais, num ‘pastiche’ cultural pós-moderno. Os resorts ‘não-civilizados’ não eram para ser levados a sério, mas podem talvez ser locais de diversão (ou com os quais se divertir?).”*²³

Compreende-se assim que ser turista é experienciar o momento com a intensidade do seu carácter extraordinário, entendê-lo como momento excepcional, e em que devemos manter-nos à parte, *entre parêntesis*, relativamente ao meio onde se vive e acontece.



43 | postal de Morecambe, estância balnear britânica.

Campanha por férias reais

Como foi apontado, existia uma reflexão de protesto pela atracção do real e do natural no campo do turismo, e desta atitude nasceu, no final dos anos 80, nas páginas de um jornal britânico - o *Independent* - a “Campanha por férias reais” (*Campaign for Real Holidays*).²⁴ A maior preocupação da campanha, nesta época, era o de conseguir férias reais; e tal dever-se-ia ao surgimento e ascensão das férias enquanto *pacote* imposto aos turistas, em que as experiências e o olhar do turista seriam direccionados e controlados pelos agentes e promotores. Desta forma, as férias reais perdem as suas duas características principais: a primeira, de visitar os locais bem longe das massas; envolvendo o olhar turístico romântico, que tem o efeito de integrar quase todo o mundo como parte de uma “*pleasure periphery*”²⁵; e a segunda, a de procurar pequenos agentes turísticos locais que indicariam os melhores lugares para contactar com a cultura real, longe das massas, lutando, contra uma monopolização do turismo por parte das grandes empresas. No entanto, as grandes companhias foram rápidas a entender esta nova procura pelo turismo romântico; e participaram de reformas que iriam debater o fenómeno da massificação do turismo.

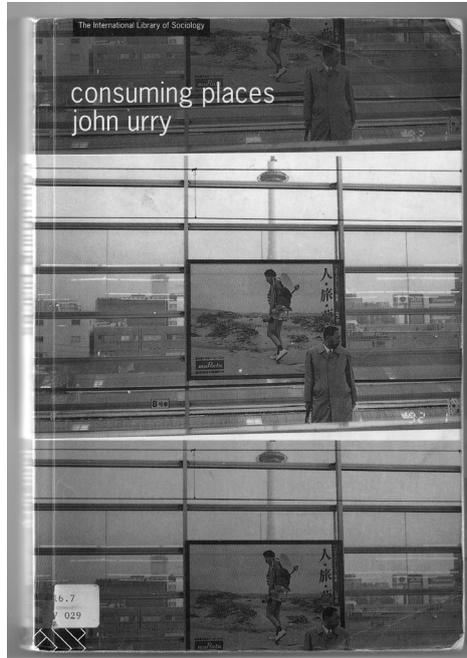
*Campaign for
Real Holidays*

O crescente interesse pela vida rural, mostra que a vida no campo se torna objecto turístico; deste modo, na década de 70, dá-se conta de um *boom* de programas turísticos nas áreas rurais. As atracções do mundo rural derivam em parte da desilusão e do desapêgo dos elementos modernos, fazendo crescer o gosto: pela falta de planeamento e consequente labirinto pitoresco das suas ruas e travessas; pela recuperação da imagem e tipologia da arquitectura vernacular; pelos valores da tradição ainda intocados pela sociedade moderna e pela possibilidade de estes se encontrem perfeitamente integrados na paisagem. Deste modo, aliava-se um turismo rural a um turismo *verde* ou natural, em que a paisagem bucólica, intocada pela mão do Homem e da modernização, se tornava privilegiada.²⁶

*turismo
rural*

O turismo rural enquanto construção pós-moderna, pode ser visto como um *espectáculo lúdico* pronto a ser consumido pelos seus visitantes, ou como um *parque temático*; onde o modo de vida rural é assim, teatralizado para ser visto pelos turistas. No entanto, o turismo rural, embora perdendo autenticidade por ser uma constituição de uma vida já praticamente extinta, não deve ser banalizado, pois deu mote ao debate e à preservação destas áreas, protegendo-as de serem destruídas pela modernização.²⁷

*espectáculo
rural*



44| capa de *Consuming Places* de John Urry.



45| *ver e ser visto*.

Pós-turista

Um dos novos termos que o pós-modernismo levantou ao turismo foi o do prazer lúdico, o divertimento como um dos objectivos que o turismo deveria fornecer, o que fez transformar o turista, ganhando novas características particulares.²⁸ A primeira é a de que o pós-turista não tem que, verdadeiramente, sair de casa para que possa praticar o seu *olhar turístico*; a televisão e os vídeos que nela passam e a polivalente Internet, espelham a experiência da viagem, tornando-a mais real, parecendo que se está realmente nesse sítio, que se podem tocar as flores, ver as montanhas e o pôr-do-sol; sendo possível *viajar* sem sair do sofá. Perde-se o sentido da autenticidade da viagem, pois torna-se possível descrever um lugar apenas por imagens que já se viu, sem a necessária presença pessoal. Desta forma, o *olhar turístico* que menciona John Urry perde-se na cultura pós-moderna. Como o autor afirma em *Consuming Places*:

*características
pós-turista*

*“Viagem e turismo, transformaram assim, o sujeito moderno e pós-moderno. O que tem sido demonstrado na relação com os novos meios de transporte, com o crescimento de uma reflexão estética, com o desenvolvimento da ‘interpretação’ da indústria turística, com as mudanças na natureza do consumo; é o fim do turismo ‘per se’.”*²⁹

Por outro lado, o pós-turista vive consciente do leque de possibilidades a escolher enquanto objectivo da viagem; por vezes procura algo belo, que o faça sentir mais feliz; ou algo informativo, porque quer aprender mais; ou simplesmente algo novo, porque se sente aborrecido; ou no fundo, escolhe os três se assim o entender. Urry explica que:

*objectivos
viagem*

*“O mundo é um palco onde o pós-turista pode deliciar-se na multiplicidade de jogos que podem ser jogados. Quando a réplica em miniatura da torre Eiffel é comprada, pode ser simultaneamente vista como uma peça kitsch, um exercício de formalismo geométrico ou como um artefacto social. Não é necessário fazer um fétiche de uma correcta interpretação desde que o pós-turista possa gostar de compreender todas as três.”*³⁰

Finalmente, o pós-turista compreende o turismo como um jogo, ou melhor como um conjunto de jogos em cenários diferentes, e em que deixou de existir uma única experiência turística autêntica, para passarem a existir várias. Estas, por serem vivenciadas em ambientes construídos para o consumo, perdem a sua veracidade e autenticidade. Desta forma, o turista, uma vez em contacto com uma cultura construída para aquele momento, não pode evitar a sua condição de *estrangeiro*, de não fazer parte do que vê.



46| Espécies exóticas no British Museum, 1759.



47| British Museum, 2009.

O pós-turismo terá assim efeitos importantes nas práticas turísticas que se seguem. O turismo encontra-se agora enquanto processo complexo de produção e consumo; socialmente construído, e em que o olhar do turista passa a ser direccionado apenas para os objectos que são extraordinários, que distinguirão os lugares. Contudo, não apenas o turismo sente modificações; o turista, também sofre. Estando de férias e fugindo ao que o prende do seu quotidiano, este toma um comportamento excêntrico e excessivo, que só é desculpável por ser um desconhecido naquele lugar.³¹

*viagem para
consumo*

Desta forma, pode entender-se que o pós-turista surge como um *upgrade* do turista convencional que vive na monótona cidade moderna e que procura na viagem, a acção lúdica, o divertimento. Urry apoia-se na mudança cultural e ideológica do pós-modernismo para esclarecer a mudança que o turismo e o seu turista sofreram. Para o autor, a sociedade de consumo é uma tendência pós-modernista cuja principal característica é a valorização da diversão, do prazer e da imitação, vividas na instantaneidade desse momento.

As origens do turista cultural

Como finalização deste capítulo, é de maior importância compreender o surgimento social e temporal das formas que representam as origens do turista cultural. O *Grand Tour*, parece ser o seu directo antecessor, visto ambos terem um propósito comum para a viagem; tanto os jovens intelectuais do século XVIII quanto o turista cultural de hoje, viajam em busca de novas experiências culturais; sejam estas fascinadas pelo poder de civilizações já extintas ou mesmo de práticas culturais que sobreviveram até aos nossos dias. Contudo, apenas com a queda do Muro de Berlim e com a abertura de fronteiras e de culturas esta prática se consagrou, sobretudo no espaço europeu.

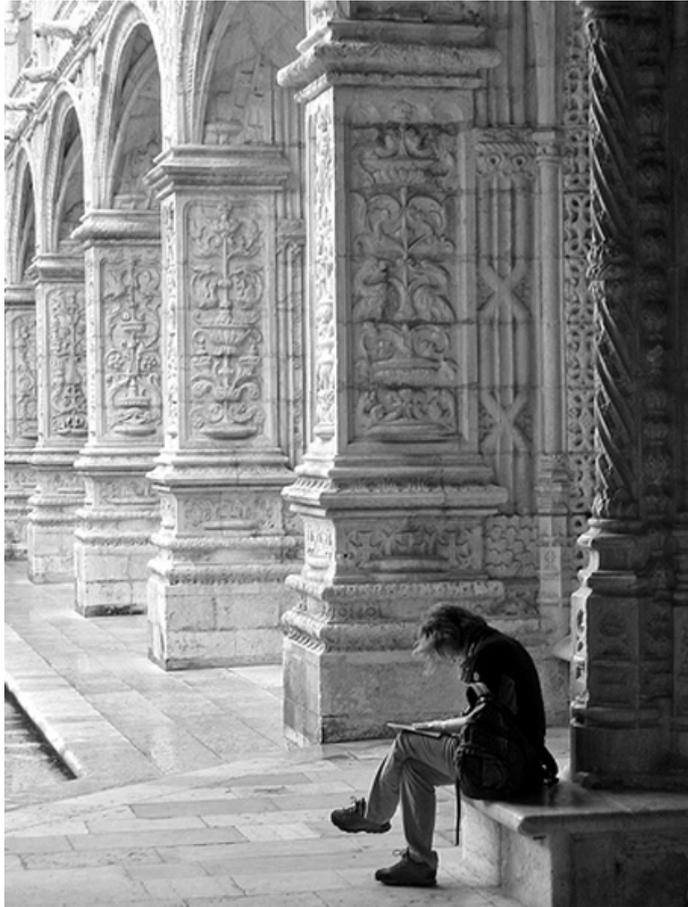
Grand Tour

Muro de Berlim

No século XVIII, o fascínio das formas de vida e cultura de antigas civilizações é premiado por uma nova prática de culto; surgindo os primeiros grandes museus que expunham peças de arte e de ornamentação arquitectónica *roubadas* aos seus países de origem e que ali eram expostas ao olhar dos que não poderiam observá-las no seu habitat natural. O British Museum – um dos mais célebres museus mesmo nos dias de hoje - é inaugurado em 1759; aperfeiçoando-se, desde então, em fazer uma síntese das formas de cultura de todo o mundo para deleite do olhar atento dos visitantes. A curiosidade levou a que se formassem intensas concentrações de pessoas, procurando dentro daquelas paredes, absorver uma enorme quantidade de formas culturais; não

culto dos museus

71 *património [In]tocável*



48 | *momento de pausa.*

necessitando de se deslocar a esses países para visualizar e aprender um pouco das suas culturas. Interessante é perceber que mesmo hoje, massificado o turismo, continuam a fazer-se grandes filas à porta destes museus, mostrando que o impedimento de viajar do homem do século XVIII, levando-o a estes espaços; foi substituído pela comodidade do pós-turista.

Contudo, não apenas os museus são locais de visita; assim como no século XVIII os jovens intelectuais procuravam peças arquitectónicas de civilizações antigas; hoje em dia, o turista cultural procura esse encontro com a tradição do centro histórico da cidade antiga. Este espaço, influenciado pela procura turística, sofreu inúmeras transformações nas últimas décadas, mais particularmente na forma como a sua protecção e salvaguarda foram conduzidas. O turismo procurando preservar uma imagem pitoresca que melhor estamparia a sua tradição história, cristalizou as áreas antigas, como imagem de um postal, tornando-a num verdadeiro objecto de museu. Esta atitude já havia sido objecto de preocupação na viragem do século XX, pelas palavras de Sitte e de Riegl, que protestavam sobre uma museificação e um culto do património histórico num contexto numa cidade que havia sido transformada pelos ideais modernistas.

Concluindo, o *boom* turístico que surgiu no final dos anos 80 aliado à uma crescente globalização da cultura, trouxe consequências directas nos seus objectos de visita. Assim sendo, o turismo cultural, cujo foco principal se volta para as áreas antigas das capitais históricas; explora-as, concedendo-lhe novas formas e destinos; que por vezes alteradas em prol de um maior sucesso turístico, perdem os traços da sua identidade e autenticidade.

notas

¹ MCINTOSH, Robert ; GUPTA, Shashikant – *Turismo: planeación, administración y perspectivas*. (tradução livre do autor).

² IGNARRA, Luiz Renato – *Fundamentos do Turismo*, p.2.

³ ibidem, p.3.

⁴ ibidem, p.5.

⁵ *John Urry* nasceu em 1946 e é um sociólogo britânico, professor da Universidade de Lancaster, e ficou conhecido pelo seu trabalho nos campos da sociologia do turismo e da mobilidade. Escreveu ainda sobre os aspectos da sociedade moderna incluindo a transição para um ‘capitalismo organizado’, a sociologia da natureza e do ambiente.

⁶ URRY, John – *The tourist gaze*, p.4. (tradução livre do autor).

⁷ GOETHE, Johann Wolfgang von. - *Viagem à Itália 1786-1788*, p.170.

- ⁸ URRY, John – *The tourist gaze*, p.4. (tradução livre do autor).
- ⁹ ibidem, p.136. (tradução livre do autor).
- ¹⁰ ibidem, p.136. (tradução livre do autor).
- ¹¹ ibidem, p.137. (tradução livre do autor).
- ¹² ibidem, p.138. (tradução livre do autor).
- ¹³ AUGÉ, Marc – *Não-Lugares*, p.83.
- ¹⁴ LOBO, Susana – A colonização da linha da costa: da marginal ao resort, p.18.
- ¹⁵ URRY, John – *The tourist gaze*, p.31. (tradução livre do autor).
- ¹⁶ CABRITA, Filipa – *Playtime*, p.49.
- ¹⁷ ibidem, p.50.
- ¹⁸ ibidem, p.50.
- ¹⁹ URRY, John - *The tourist gaze*, p.27. (tradução livre do autor).
- ²⁰ ibidem, p.82.
- ²¹ ibidem, p.87. (tradução livre do autor).
- ²² ibidem, p.93.
- ²³ ibidem, p.94. (tradução livre do autor).
- ²⁴ ibidem, p.95.
- ²⁵ ibidem, p.95.
- ²⁶ ibidem, p.97.
- ²⁷ ibidem, p.99.
- ²⁸ ibidem, p.100.
- ²⁹ idem, *Consuming places*, p.150. (tradução livre do autor).
- ³⁰ idem, *The tourist gaze*, p.100. (tradução livre do autor).
- ³¹ ibidem, p.101.



Património [In]tocado pelo turismo | 3



50| multidão de turistas na Capela Sistina, Vaticano.

Património [in]tocado pelo turismo | 3

Turista Global, Turista Cultural

O final do século XIX, marcado pela industrialização e pelo aparecimento dos meios de comunicação, abala o mundo pelas inúmeras descobertas e potencialidades que marcavam o início de uma nova era. Como afirma John Urry:

*“A mobilidade é portanto responsável por alterar a forma como as pessoas experienciam o mundo moderno, alterando as suas formas de subjectividade e sociabilidade e a sua apreciação estética da natureza, das paisagens naturais e citadinas e das sociedades.”*¹

Entre 1880 e 1920, ocorreu uma fase de intensa globalização que foi responsável pela abertura e aproximação entre nações. Ao incrementar uma rede de dependências e equilíbrios de poder a uma escala global, perdeu-se o sentido de local; o que conduziu a um intenso nacionalismo e a uma nostalgia pelo passado histórico. *globalização*

*“(…) Cada um de nós vive hoje ‘no quintal do vizinho’. Daí que as consequências paradoxais do processo de globalização – a tomada de consciência da existência de limites à escala do planeta e da própria humanidade – tenha sido, não a produção da homogeneidade, mas sim a nossa familiarização com uma maior diversidade, com um leque cada vez mais amplo de culturas locais.”*²

Entende-se assim que o processo de globalização e o fenómeno turístico, trouxeram um maior conhecimento das culturas que nos rodeiam, e não, como inicialmente poderia parecer, um nascimento de uma cultura global sem traços que nos identificassem.

Em geral, as diferentes nações foram-se unindo através de relações económicas, comerciais e financeiras; assim como uma melhoria dos meios de comunicação e



51 | turistas estrangeiros em frente ao Mosteiro dos Jerónimos, Belém.

também da facilidade de transportes entre fronteiras, o que estreitou os laços entre nações, produzindo trocas de experiências culturais.

A intensificação destes fluxos culturais revela a importância do entendimento inter-cultural entre os povos, conduzindo por vezes, como defende o sociólogo Mike Featherstone, professor de sociologia na Nottingham Trent University, ao nascimento de *terceiras culturas*.³ Estas nascem pelo contacto entre culturas divergentes, acabando por reclamar a sua própria independência, o que apesar de à primeira vista ser uma acção positiva de nascimento de culturas, cedo se percebe que estas não vão além de colagens de identidades perdidas. Desta forma, o turismo enquanto motor desta aproximação, pode também ser responsabilizado por este sentimento de se estar a ser sugado por uma outra cultura.⁴

*terceiras
culturas*

Ao tentar escapar de uma cultura global e estetizada, o turista global procura novos interesses de viagem, focado-os na cultura singular de cada cidade que visita, divergente da sua; assim nasce o turista cultural, que procura no acto de viajar, primeiro uma experiência educativa culturalmente, e só depois uma vivência lúdica – que o distingue do turista comum.

O turismo cultural como é hoje concebido e consumido através do número crescente de turistas não convencionais; aponta as suas origens ao século XVIII com o *Grand Tour*, mas apenas conheceu o seu grande impulso com a queda do Muro de Berlim – como referido no capítulo anterior. Em Novembro de 1989, o Muro que fazia a divisão dual do mundo *caiu*, permitindo a abertura de fronteiras e a liberdade do acto de viajar; massificando o turismo cultural e a globalização das culturas. É curioso reconhecer que o muro que havia impossibilitado uma fluidez turística, constitua hoje um dos locais de maior culto turístico da Europa.

*turismo
cultural*

Esta forma de turismo encontra-se relacionada com o poder de atracção que um quotidiano singular e autêntico exerce sobre os potenciais turistas, e que inclui a cultura popular, a arte e as galerias, a arquitectura, os eventos festivos individuais, os museus e lugares patrimoniais e históricos, com o propósito de experimentar uma cultura divergente da sua.

Segundo Greg Richards, investigador na área do turismo e marketing, o conceito de *turismo cultural* abrange uma dupla definição compreendendo uma diferenciação entre o interesse conceptual e o interesse técnico. Assim sendo, do ponto de vista conceptual, este é definido como movimento de pessoas em direcção a atracções culturais situadas fora do seu local de residência, com o propósito de obter novas informações e experiências que permitam satisfazer as necessidades culturais. Por outro lado, a definição técnica, indica uma listagem de atracções específicas para este tipo de turista, sem esquecer da condicionante *fora do local de residência*, de forma a

*interesse
conceptual
e técnico*

assinalar que não se consideram turistas os consumidores locais.⁵

Richards defende ainda que podem encontrar-se duas categorias de turistas culturais, que se distinguem em: turista cultural *directo*, também classificado como étnico, rural, ecoturista e outros incluídos naquilo que se denomina de turismo alternativo; que é curioso pela natureza, ávido de conhecimento, disposto a compreender o como e o porquê dos elementos mostrados, a beleza do conjunto e a surpresa dos pormenores; e turista cultural *indirecto*, que representa um consumidor ocioso do património cultural que não o procura como primeira opção. Vai para relaxar, desfrutar do clima, descansar ou simplesmente mudar o ritmo imposto pelo seu quotidiano. Chega ao património simplesmente porque este se apresenta no seu caminho, para além de saber que esta visita lhe irá trazer prestígio social. Apesar de não ser o mais desejado, é o visitante mais frequente do património cultural a nível global. Para grande parte dos turistas, a visita cultural constitui uma actividade complementar à viagem, uma oportunidade à contemplação de monumentos e à compra de *souvenirs* culturais.⁶

*turista cultural
directo*

*turista cultural
indirecto*

A autenticidade procurada por este turista e vivida pelo residente não tem necessariamente que coincidir, daí que a protecção e salvaguarda de um património tenham de ser vistas e tomadas pelas duas partes, reconhecendo um objecto cultural aos turistas e como um edifício de utilização pelos residentes.

Recuperar um Património para o Turismo

Se o programa do turismo é um programa empírico do extraordinário, a arquitectura, enquanto espaço construído, para participar nessa dialéctica, tem de transmitir um sentido de lugar; porque é precisamente a demanda pelo único e singular que dá o mote ao turismo.

A simples percepção da imagem visual da arquitectura deu alento à relação construída entre o turismo internacional e o património arquitectónico. Apesar das influências negativas que este possa causar sobre o património, a verdade é que a promoção turística do património cultural e monumental das cidades acaba por transformar-se muitas vezes na salvação da degradação dos mesmos, pois as administrações públicas são muitas vezes incapazes que suportar sozinhas os custos de uma recuperação e manutenção deste património, recorrendo quase sempre a ajuda de instituições privadas.

*promoção
turística do
património*

Dentro do grupo de cidades, assumem grande importância as que conseguiram



52| passeios de barco para o Castelo de Almourol.

e elevar os seus centros históricos a Património da Humanidade, classificação que a UNESCO atribuiu, como vimos, desde a década de 70. As candidaturas são lançadas pelo próprio Estado e são muitas vezes o objecto primordial de reabilitações e restauros, não só do conjunto edificado mas também das áreas públicas que o envolvem. Esta classificação é lida como uma manifestação da globalização da cultura, em que o local e o global se articulam; assinalando que apenas se globaliza o que é único e localmente valioso, fazendo que essas cidades ganhem um sentido de autenticidade inegável.

O modo como os indivíduos utilizam e recriam o seu património vai além de uma simples selecção consciente. Como aliás nos é referido na Convenção da Protecção do Património Cultural da UNESCO em 1972, devemos *receber de gerações anteriores e legar às futuras tudo o que se considera como tendo um valor excepcional*⁷; esquecer e afastar tudo o que não seja considerado como tal, ou que não se ajuste aos interesses do tempo em que vivemos. Deste modo, o património mostra-se selectivo, mutável e submetido às oscilações da sociedade ocidental; ou seja, determinados traços culturais e identidades são socialmente processados através dos mitos contemporâneos das ideologias, dos nacionalismos que enaltecem o orgulho local e dos planos de marketing.

*turismo
selecciona o
património*

Hoje em dia, temos a consciência que o turismo cultural representa uma das expressões mais significativas não só no desenvolvimento económico dos locais patrimoniais, mas também na própria visão e práticas da sociedade contemporânea. Desta forma, como o local onde habitamos acaba por perder significado e por não nos satisfazer, somos direccionados a olhar o que o resto do mundo tem para nos oferecer, procurando assim nas viagens novos objectivos, conhecimento e lazer.

Essa procura de novos mundos, dirige um apelo à nossa imaginação e razão, que se alteram hoje com um modo de vida cada vez mais fugaz. Essas transformações podem ser acompanhadas pelo espaço que se molda a novas funcionalidades, que estarão limitadas de um lado pela universalidade, ou seja, para servirem paralelamente a todos; e do outro, pela individualidade, que responde ao caso de alguém em particular que não conhecemos e que irá ocupar esse espaço. Existe assim, por um lado a responsabilidade de satisfazer os valores globais em prol dum reconhecimento; e por outro, o compromisso de quando falamos de património e turismo, defender os valores locais.⁸

*universalidade
vs localidade*

Segundo o arquitecto João Paulo Rapagão, a actuação perante a reabilitação dos lugares históricos deve fazer-se a diferentes escalas, entre o monumental e o rural, sem preferir qualquer um deles perante o outro.

“Paramos, então, no centro de um triângulo onde eu aponto os três vértices (...). Por um lado, a verdade, por outro, a qualidade e por outro, ainda, a viabilidade das intervenções



53| Castelo de Evoramonte *perdido* na paisagem.

*que promovemos e executamos.”*⁹

Quanto ao factor *verdade*, defende-se a ideia que o património tem de estar primeiro e acima de tudo. Perante ele, as ocupações e satisfações dos novos usos, devem lotar-se de uma visão duradoura; este tipo de intervenções não podem de forma alguma servir apenas um consumo imediato. Assim, estas transformações devem acompanhar-se de uma evolução constante, respondendo às necessidades do seu tempo e da cidade; defendendo-se um património constante, com respeito pela validade e identidade dos valores patrimoniais.¹⁰

verdade

O segundo factor, o da *qualidade*, representa-se nas acima referidas validade e identidade que requerem, da parte de quem actua, uma observação, investigação e recuperação capazes de promover o património. O arquitecto, enquanto autor, desenha e constrói; mas não apenas a ele se deve toda a obra, são ainda responsáveis o promotor, o construtor e mesmo o utilizador, que devem fazer valer os princípios pelo qual o trabalho foi levantado. Por fim, e paralelamente, os agentes reguladores - como o IPPAR¹¹ ou a DGEMN¹² - assim como institutos ligados ao turismo e outros, devem estabelecer critérios que enquadrem mas também ensinem os visitantes. A experiência da visita deve ser acima de tudo, educativa e elucidativa quanto aos valores patrimoniais.¹³

qualidade

Finalmente, o terceiro ponto reside na *viabilidade*, que defende o estabelecimento de um conjunto de factores como um programa, um financiamento, uma solução, uma construção e por fim uma utilização capazes de assegurar o sucesso da acção.¹⁴

viabilidade

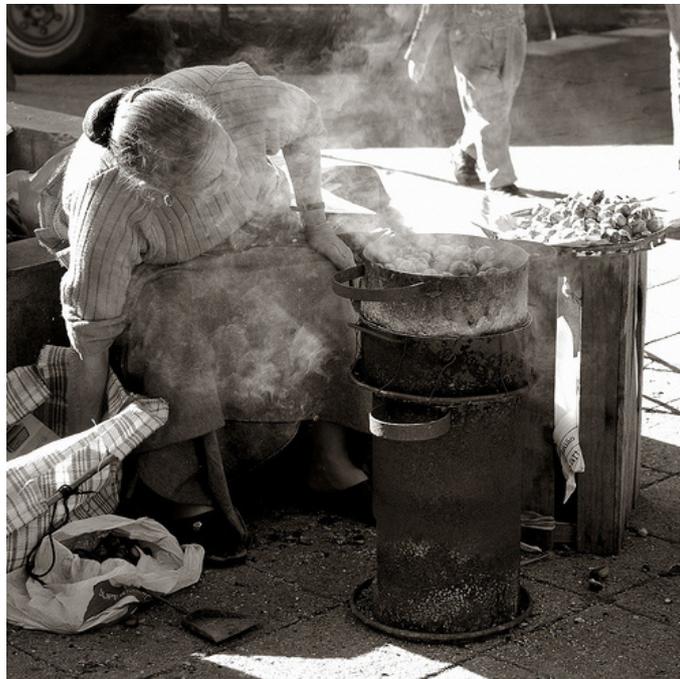
A relação destes três princípios defende não só a reabilitação do património para o turismo, mas também a sua integração na cidade. Cada caso deve ser considerado segundo a sua situação e localização, assim como pelo seu uso; e deve estar garantida a evolução e adaptação às novas necessidades da sociedade contemporânea. Desta forma, defende-se que deve ser adicionado um quarto ponto que diz respeito à preservação da *identidade* do património, sendo esta o traço que melhor o traduz. Esta defesa não se reflecte no seu congelamento, mas pelo contrário protege a sua tradição e história renovando-as e actualizando-as; apenas desta forma a identidade se manterá viva. Respeitando estes quatro pontos, o património manter-se-á actual, alargando o seu prazo de validade a cada intervenção.¹⁵ Assim, recuperar o património é produzi-lo para o turismo.

identidade

Contudo, esta produção não pode constituir-se apenas por um conjunto de regras e leis a que o arquitecto deve corresponder na elaboração de um plano de salvaguarda do património. Existe um conjunto de factores relevantes à cidade que são alterados



54| Amolador.



55| Vendedora de castanhas no Centro Histórico do Porto.

pela prática turística; sendo necessário perceber, primeiramente como este serve para produzir um património, entendendo que ao produzi-lo, provoca efeitos secundários nas suas características. Apenas em seguida, perceber a consequência desse acto no património e na cultura da cidade. Mesmo tendo em conta que estas alterações se completam reciprocamente, deve fazer-se uma distinção tripartida dos efeitos da apropriação do turismo; em primeiro, as repercursões que terá na constituição da *identidade* do lugar, que é a característica que espelha a sua vida, podendo constituir a sua evolução ou em contrário a sua morte; em segundo, entender como o turismo deve dar novo *uso*, uma nova *activação*, procurando manter a *autenticidade* arquitectónica e cultural, o que revela que estas novas funcionalidades devem servir não só os turistas mas também os residentes, salvaguardando a sua vida durante todo o ano; e por fim, explicitar os efeitos que este incute na *imagem da cidade*, mostrando como o fenómeno da globalização da cultura e da imagem, podem influenciar a protecção e salvaguarda dos centros históricos.

Identidade

Património, espelho de identidade

O fascínio das cidades surge associado à sua temporalidade e ao efeito que este nelas causa, como tal, a cidade histórica é uma das principais atracções turísticas dos nossos dias. “*É na minúcia do exemplar histórico e monumental da cidade, na qualidade histórico-temporal da sua arquitectura, que se vislumbram hoje os traços da singularidade.*”¹⁶ Assim, a História funciona não só como cartão de identidade, mas também como um símbolo de prestígio para a cidade.

*património
como prova*

A noção de valor de documento histórico defendida no século XX foi substituída definitivamente pela noção de património que não se interessa apenas pelo passado, mas também pelas formas com que o passado pode ser seleccionado, conservado, interpretado e promovido em benefício do presente e em vista para um futuro próximo. Ainda hoje, os monumentos datados são reivindicados como prova de autenticidade, o que, por si só, deve suscitar o interesse, apresentar toda a cidade e ao mesmo tempo criar uma imagem. A alusão ao passado dá uma maior complexidade ao presente:

“O centro expressa, através da sua imagem esta perpetuação das formas, é o lugar que todos os habitantes reconhecem enquanto sua imagem; esta perpetuação das formas é o lugar que todos os habitantes reconhecem como tendo sido edificado pelos seus antepassados,



56| Vendedoras do Mercalho do Bolhão, anos 70.



57| Vendedora do Mercado do Bolhão de hoje.

que está povoado de sinais que é necessário interpretar.”¹⁷

Eternamente ligada ao património surge a identidade, o espelho da sua alma e vida, que reconta a história na qual o objecto patrimonial reside. A identidade de um centro histórico traduz a história das suas gentes, dos seus episódios mais marcantes, de um passado e de um presente.

*centro de
identidade*

No centro espelha-se a realidade cultural: símbolos, saberes e práticas, cuja estruturação dá um rosto à cidade e à sua gente. Este responde a uma necessidade cultural que o cidadão tem de encontrar um centro de identidade, uma referência de centralidade. Deste modo e sendo um lugar carregado de sentido, este representa o princípio agregador da cidade, demonstrando o seu valor e singularidade em relação a outros.

Esta preocupação havia sido discutida pela, já citada, nova e irreverente geração de arquitectos no IX CIAM – organizadores do X CIAM – em que se levantou pela primeira vez a questão da identidade da cidade, em reacção aos dogmas modernistas que tomavam a base da cidade como *tábua rasa*, relegando e fazendo desaparecer a cidade antiga e com ela a sua identidade.

*identidade
edificada*

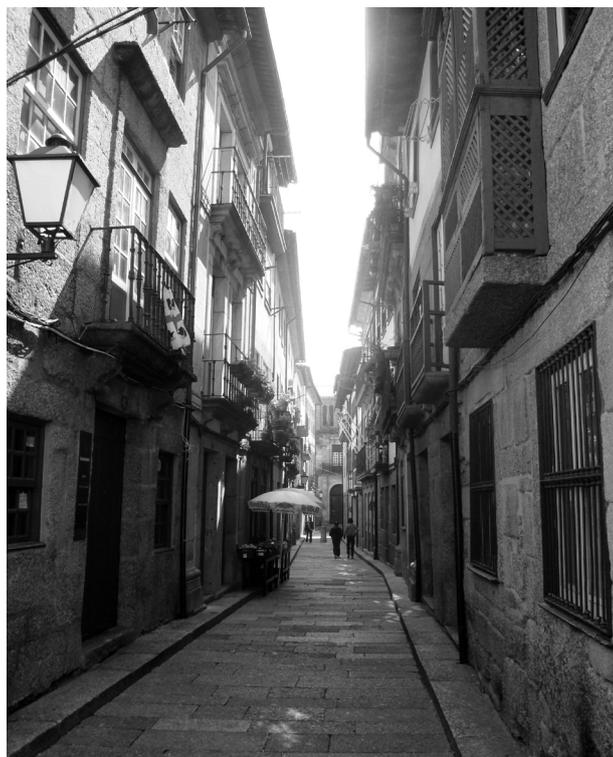
Ao correspondente edificado, a identidade depende das permanências, nomeadamente dos elementos que constituem a cidade e desenham o território, de estereótipos produzidos a partir da selecção das características marcantes dos lugares e que devem ser projectados como modelos de referência. Neste sentido identitário pode ainda afirmar-se que embora o centro histórico seja o dispositivo que exprime a identidade do grupo, não deixa de ser a identidade do lugar que as afunda, reúne e une. O espaço histórico tem de ser defendido contra as ameaças internas e externas, conhecendo-se entre estas a procura desmedida do turismo; para que a linguagem da identidade conserve um sentido, mantendo uma coesão entre cultura, sociedade e indivíduo. Assim, ainda hoje, é a cidade muralhada que protege os habitantes *contra os perigos vindos de fora*; contudo, esta muralha não pode isolar e atrasar a cidade perante a realidade que a envolve.

Património e Identidade, vida e morte

“Património e identidade apresentam-se como termos de uma mesma equação, com o património a representar e a fazer prova da existência de uma determinada identidade.”¹⁸

*equação
património/
identidade*

Porém, enquanto termos duma mesma equação, não podemos afirmar que esta seja linear; pois se assumirmos a sua naturalidade, percebemos, por um lado, uma concepção simplista de identidade e, por outro, somos confrontados com uma



58| Identidade viva, Centro Histórico de Guimarães.



59| Património vivo, Óbidos.

concepção de património que não deixa transparecer devidamente o seu carácter selectivo e idelizador.

Além de não ser linear, aposta-se mesmo que a relação seja antagónica, como passamos a explicar: um número reduzido de bens patrimoniais revelam uma identidade vivida que desapareceu ou foi obrigada a esse apagamento; enquanto que um número mais vasto de bens demonstram uma história mais rica, talvez até mais *sofrida*. Resumindo, identidade e património são figuras que traduzem a vida e a morte de práticas e objectos sociais; assim, quanto mais esta for conturbada, maior riqueza poderemos encontrar na variedade de bens.

A noção de património remete para a ideia de bens comuns que, perdendo a sua funcionalidade, deixam de estar integrados nas práticas económicas e sociais da vida quotidiana; evocando apenas, uma necessidade de se inscreverem na memória de todos, negando o risco de se perderem. Estes sobrevivem por intermédio de programas de protecção e exibição, como objectos de culto que, perdendo a sua anterior funcionalidade, transformam-se em objectos de puro consumo; como já em 1902, Riegl havia testemunhado em *O Culto Moderno dos Monumentos*. Assim, a descoberta de um património por parte do turismo corresponde ao anúncio da morte de uma identidade, que Paulo Peixoto traduz do seguinte modo:

*identidade
morta*

*“Património e identidade só são compatíveis quando se assume que o património funciona como uma espécie de luto de magnificação do defunto que permite aos indivíduos constatar e tornar suportável as mudanças a que as identidades estão sujeitas. O momento de concessão de um estatuto patrimonial corresponde ao reconhecimento que algo desapareceu ou deixou de estar integrado nas práticas quotidianas. A consagração patrimonial é um acto de luto.”*¹⁹

Os objectos patrimoniais conjugados com o nosso quotidiano, leia-se os que não revelam uma preocupação turística, a que nos acostumamos a chamar de identidade, perdem vulgarmente o seu valor assim como o estatuto de protecção e de exibição. De tal modo, uma identidade que nos acompanhe e evolua até aos nossos dias é inimiga da formação de um património. Diríamos então, que *“a identidade mata o património”*.²⁰

*património
morto*

Desta forma, após alguma reflexão entende-se que a identidade será tanto mais sólida quanto mais for garantido um património facilmente reconhecível e consensual. Um património será tanto mais nobre e genuíno quanto derivar duma identidade dramatizada ou engrandecida. Nesta relação simbiótica, o património objectifica e revigora a identidade e a identidade glorifica e canoniza o património.

Concluindo o património, sobreviveu muitas vezes porque foi transformado em objecto de culto, de exaltação de um passado ao olhar dos turistas; esta acção fez



60| *above*, vista da Torre dos Clérigos sobre o centro histórico do Porto.

com que a sua identidade fosse petrificada.

*“Nada mais confrangedor do que passar-se por um centro histórico onde não se respire vida e o fervilhar do bulício humano. A contemplação das pedras, a admiração da arte, a identificação com aqueles espaços ficam como que amputadas do seu maior bem: a existência de gente em diálogo com o chão que pisam.”*²¹

O maior desafio de hoje aos olhos dos sociólogos Ágata Midões e Arnaldo Pereira consiste em recuperar o património, não apenas para um turismo crescente, mas para a própria cidade e para os seus habitantes, devolvendo-lhe a identidade.²² Este desafio luta contra uma reabilitação puramente estética de um centro histórico, muitas vezes levantada com um mero objectivo turístico, fazendo perder a dignidade do seu valor arquitectónico ímpar. Como afirma Françoise Choay:

*“Nunca será de mais repetir o aviso de Giovannoni: os centros e os bairros antigos não poderão ser conservados e integrados na vida contemporânea se o seu novo destino não for compatível com a sua morfologia e a sua escala.”*²³

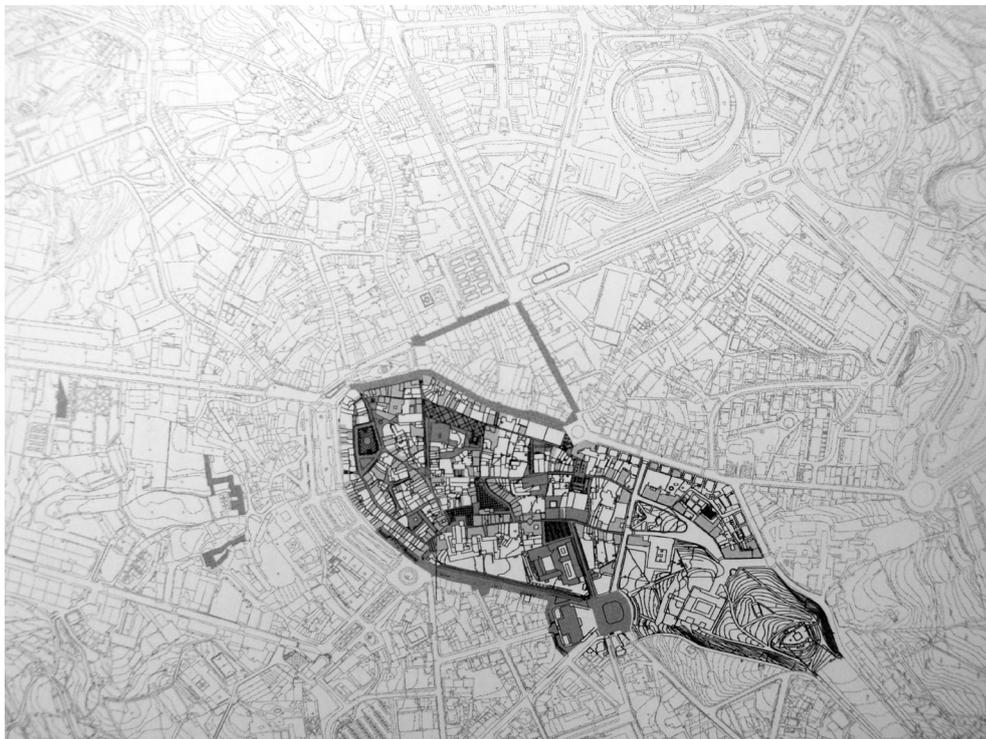
Pelas suas características únicas, o centro histórico destaca-se da cidade que o envolve; porém, para uma fiel reabilitação do mesmo, é necessário ter em conta que esta mesma cidade dele nasceu e que deverá relacionar-se intimamente com as histórias que lhe deram traçado. Deve ler-se que a identidade do património vive na sua relação com o que o envolve como havia defendido Giovannoni; e como tal, o centro histórico deve ser visto, sem lhe retirar o valor devido, como peça integrante da cidade, e não como ilha isolada devido às suas características singulares.

Centro Histórico como peça do puzzle cidade

Os planos especiais aplicados em centros históricos, relacionam-se por consequência a actuações em zonas urbanas povoadas previamente. Este fenómeno faz com que a intervenção vá além do comportamento urbanístico esperado. Iniciar um processo de intervenção num centro histórico pode supor não só incidir na forma de proceder à sua ordenação e controlo urbanísticos; senão transformar, inclusivamente, o comportamento total da cidade, pela simples razão de que o centro histórico não é apenas uma peça a mais na cidade, mas que pelo contrário é o seu berço.

*centro como
berço*

Em 1966, já Giovannoni havia chamado a atenção para a ruptura entre os monumentos históricos e a malha que os envolvia, defendendo que este corte poderia ser o responsável pela mutilação de parte do monumento. Ao referirmo-nos ao conceito da cidade em geral, este pressuposto mantém-se, apenas elevado a uma escala maior.



61 | Planta de reabilitação do Centro Histórico de Guimarães em constraste com a restante cidade, trabalho do G.T.L.

Desta forma, a malha histórica não pode ser distinguida da cidade que a envolve, pois essa acção poderia contribuir para a sua museificação e conseqüente morte enquanto espaço da cidade.

Deste modo, a cidade histórica, mesmo enquanto espaço diferenciado, implica a sua consideração como um bairro da cidade, respondendo a medidas semelhantes às que se aplicam em restantes bairros. Esta área, enquanto zona residencial, com conteúdos e funcionalidades semelhantes às dos bairros vizinhos, deve acontecer como zona para viver e não apenas como produto para ser usado e consumido em função das suas características actuais de espaço turístico. Uma política de habitação em centros históricos, deve inverter tendências que levem à perda de população ou à conquista do seu espaço por parte de sectores sociais de alta renda.²⁴

*centro
habitável*

Muito embora tudo o que aconteça no centro histórico esteja inevitavelmente ligado ao que se nos depara no conjunto da cidade - sendo inútil falar dos problemas e contradicções do centro sem referir o que acontece no âmbito geral da cidade - não podemos esquecer o centro histórico como espaço de prestígio e de desigualdade, vinculando esforços em mantê-lo vivo enquanto elemento que conta uma história, negando os princípios da cidade modernista, que extinguiu a área histórica, ao rasgá-la com novas avenidas.²⁵

Perante esta ideia, o historiador e professor da Universidade de Valladolid Alfonso Álvarez Mora, critica uma política de cidade segregada como sinónimo de simplificada, explicando que “*uma cidade segregada constrói-se eliminando o multifuncional, o heterogéneo, a mistura indesejável, socialmente falando, para consolidar justaposições individualizadas, espaços simples, frente à complexidade originária. A cidade segregada constrói-se mediante intervenções urbanísticas e arquitectónicas que estavam pensadas e programadas para eliminar a complexidade própria da cidade na sua origem.*”²⁶

*política de
cidade
segregada*

Este pensamento remete a uma política urbanística capaz de assegurar que as particularidades de cada área perdurem no momento em que as suas fronteiras se tocam, remetendo a sua união para uma justaposição física e funcional, fazendo com que nenhuma das partes perca o seu valor. Tais zonas coexistem e coabitam espaços vizinhos sem se invalidarem. Mas não estaremos perante uma política demasiado idealista? Conseguirá esta sobreviver à realidade, mantendo os seus princípios? A verdade é que a exploração turística dos centros históricos aliada a uma desertificação destas áreas, aponta a um futuro que transforma a malha antiga numa *ilha*. Esta separação traduz-se não apenas no conjunto edificado, mas também nas características da população, formas sociais e culturais. A política de *cidade segregada* deve por isso ser condenada.

Com tudo isto, entende-se o centro histórico como elemento provocador de reacções distintas. Se por um lado se produz um reconhecimento local da cidade



62| Cine Águia, Porto. O edifício antigo espera há vinte anos por novo destino.

histórica, tratando-a – urbanisticamente – como um fragmento autónomo; por outro, o mesmo dito fragmento, como não podia deixar de ser, estará submetido a directrizes que emanam da sua condição de pertencer a uma realidade territorial que no fundo o engloba, o dirige, o gestiona e o projecta para o futuro.

O partido de que o centro histórico é uma *peça do puzzle* da cidade, perdendo a aura de objecto de culto do passado, concede-lhe novas formas e funções, que fazem com que este sobreviva, ganhando novo valor e activação. Mais que um objecto de visita turística, o centro histórico deve viver da cidade e dos seus habitantes, e numa relação recíproca, que faça perdurar e viver a autenticidade nesses espaços.

Activação e Autenticidade

Valor de uso vs valor económico

*“Encontra-se hoje, um conjunto patrimonial que deixou não só de ter um valor de uso, como também, de objectivo de activação. Em resultado disso, têm-se percebido vários processos de degradação destes espaços. No entanto, tal não significa que estes conjuntos se encontrem fora dos itinerários turísticos, devendo notar-se que os visitantes, mesmo no que respeita à procura de bens culturais, se caracterizam pelo carácter massificado, daí estes locais continuarem apinhados de turistas.”*²⁷

Um grande conjunto de bens patrimoniais, como palácios, castelos e outros tipos de edificação, em muitos casos, referenciados em roteiros turísticos, não constituem hoje necessariamente pretexto para a visita (pelo menos frequente) por não terem sido activados, deixando de constituir objectos de interesse. Importa ainda afirmar que quando os recursos são naturais ou culturais, independentemente de possuírem condições de atractividade muito significativas, o seu fluxo de visitantes irá depender e muito, das condições favoráveis à sua visita. Desta forma, os centros históricos por fazerem parte da cidade, revelam ter um fácil acesso para os turistas; permitindo que a demanda turística não ceda à sua perda de activação.

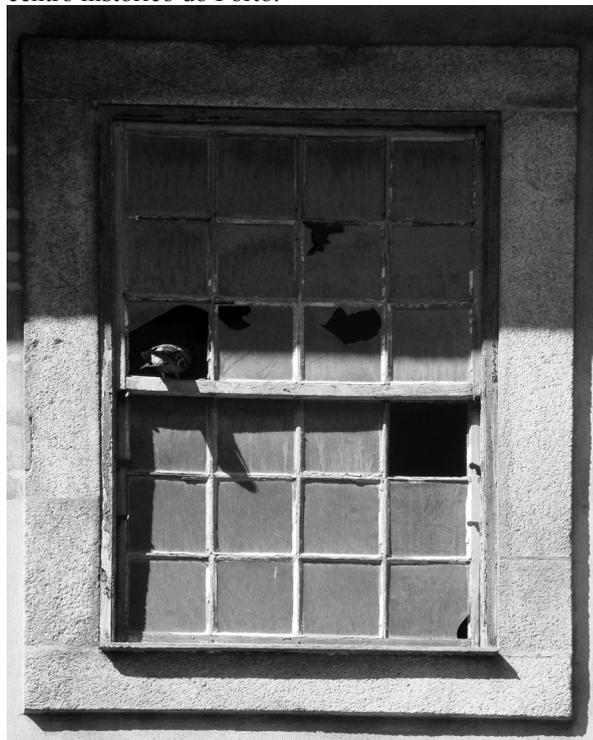
*património
desactivado*

A questão entre o valor material dos objectos e a sua activação assume um carácter polissémico. Se nos restringirmos aos objectos no sentido vulgar do termo; o seu uso, não constitui por si só, um factor de activação. Por esse mesmo motivo, a perda do seu valor de uso não significa contudo, que os objectos deixem de ter um valor económico elevado, pois estes objectos integram a categoria dos que são considerados como nobres ou enobrecidos pelo tempo, muito embora estejam desactivados.

*valor
económico*



63| Edifícios abandonado na Rua Miguel Bombarda, centro histórico do Porto.



64| *Novos habitantes do nº170.* Rua Miguel Bombarda, Porto.

São sobretudo as elites, classes de nível social e económico elevado, as detentoras do poder de propriedade sobre estes, que possuem o privilégio e capacidade de atribuir valor aos objectos, muito em parte por serem maioritariamente estas que patrocinam obras de restauro e reabilitação do património. É precisamente por estas edificações serem reconhecidas como nobres, que a sua especulação aumenta.²⁸ Os valores pedidos para a compra destes imóveis são *impagáveis*; o que faz com que uma grande percentagem do conjunto edificado dos centros históricos se encontre ao abandono, criando verdadeiros *vazios urbanos* - leia-se vazios urbanos, não apenas enquanto espaços não construídos, mas também como espaços subaproveitados. O arquitecto Gonçalo Byrne refere que:

*vazios
urbanos*

“Quem puder sobrevoar algumas das nossas cidades verá a quantidade de telhados abatidos, nos centros históricos reveladores de esvaziamentos dispersos que se confundem com o espaço público, espaços simplesmente residuais e abandonados.”²⁹

A valorização e activação dos centros históricos depende ainda de outro factor, da sua posição geográfica em relação à realidade que o envolve. É a centralidade das cidades e vilas, principalmente de carácter histórico, que suscitam uma atractividade mais significativa, face a um dado conjunto patrimonial. Fenómeno que facilmente se entende pela maior possibilidade de escolha e locais de interesse. No entanto, é de notar que os elementos polarizadores integram, com frequência, a oferta turístico-patrimonial regional e local.

*valor
geográfico*

A autenticidade tem a ver com o modo como se apresenta e se percepçiona uma determinada interpretação de uma experiência ou artefacto. Ainda que alguns se empenhem em vendê-la, a autenticidade cria-se individualmente; contextualizando as próprias experiências do sujeito e representando uma alternância de vivências que compensam as regras e rotinas do quotidiano. Há ainda que acrescentar o anseio dos visitantes no sentido de consumir, partilhar e apropriar-se simbolicamente dessa forma cultural; consumismo esse, que não é posto de parte pelos agentes promotores da salvaguarda dos monumentos históricos.

autenticidade

Como refere o antropólogo Agustín Santana em *Os olhos também comem – imagens do património para o turismo*³⁰, o turismo cultural visto por muitos como alternativo e aberto, parece prever um futuro do património menos brilhante pois a sua preocupação principal equaciona a forma como se produzem e quem consome estas atracções culturais, esquecendo o modo como tal consumismo influencia a produção, a forma e localização das mesmas.

Resumindo, o património urbano para sobreviver dentro da cidade, mantendo e preservando a sua identidade; terá de se situar num novo contexto. Para tal, um novo



65| capa de *Variaciones sobre un parque temático* de Michael Sorkin.



66| Montra de souvenirs em Coimbra, *escolha um*.

uso e activação serão imprescindíveis para acompanhar a evolução e as necessidades da sociedade que o habita. Porém, quando este acompanhamento é corrompido por uma má gerência da procura turística, o património tende a perder a sua activação para os residentes e ganha um novo uso, de consumo para os turistas.

Tradição como Consumo e Espectáculo

O turismo estabelece uma forma de ver e sentir o mundo, mediatizada por uma determinada sensibilidade estética e por predisposições que poderiam ser consideradas únicas; o visitante, mesmo sem ter a plena noção disso, procura nos locais de visita dois elementos marcantes: o consumo e o espectáculo.

O consumo físico e visual dos elementos patrimoniais pode ser o único factor da sua sobrevivência, pois perdendo o seu uso original, o turismo poderá apropriar-se dele e remetê-lo para um simples objecto a ser vendido, trocado e até comprado. O turista apropria-se dos bens e serviços que consome, para além das representações, das paisagens, das gentes e da cultura que, como produtos, são também consumidos. O espectáculo, resulta de múltiplos processos de transformação da cultura. Uma performance de mudanças que se afastam do corrente, do quotidiano. Como defende o sociólogo Paulo Peixoto acerca da utilização social e económica do património:

espectáculo a ser consumido

*“Com cada vez mais lugares a entrarem no jogo da concorrência, o património é recorrentemente mobilizado para sustentar projectos de reconstrução de identidades, mas também para ajudar à criação de vantagens competitivas no domínio do económico, e ainda, para servir de base à construção de um espaço vivo capaz de potenciar novas experiências e sociabilidades.”*³¹

Trata-se de oferecer o património como um espectáculo pronto a ser consumido, de mostrar uma imagem favorecida que nem sempre corresponde à realidade, imagem esta mais fácil e agradavelmente consumível. Como defende Michael Sorkin em *Variaciones sobre un parque temático*:

*“Se a cultura se está a ‘disneyficar’, o caminho autêntico que nos conduz até ela, é precisamente este: tornar-se uma atracção.”*³²

Estes processos de embelezamento do património apresentam formas múltiplas desde o restauro à reutilização passando pela encenação e animação; tudo é considerado neste esforço de valorização. Assim sendo, *“o turismo requer objectos para comprar, lugares para visitar e culturas para partilhar, absorvendo aspectos dessas culturas,*

encenação e embelezamento



67| Arquitectura consumível.

mas sendo igualmente assumido pelas sociedades receptoras.”³³ Trata-se de um consumo e de espectáculo que, com o passar do tempo, inclui a participação de uns e de outros, turistas e populações residentes, aproximando os seus estilos, orientando o mercado e a disposição de recursos transformados em mercadoria. Segundo Carlos Fortuna, sociólogo e professor da Faculdade de Economia em Coimbra, pode mesmo “*dizer-se que a sociedade se transforma ela própria em espectáculo, numa sucessão contínua de imagens e sinais.*”³⁴

Em vez de se excluir a globalização preservando as identidades locais, estes centros históricos tendem a transformar-se em objectos banais. A reprodução sintética da imagem para representação da diversidade e pluralidade duma cultura, leva à criação de espaços cada vez mais identificadores a nível global, fazendo com que qualquer turista estrangeiro se *sinta confortavelmente em casa*, enquanto que os próprios habitantes são forçados a um desenraizamento. Parte de um lugar onde as pessoas habitavam, para se transformar num espaço de consumo. Assim, o sucesso turístico dos centros históricos pode facilmente tornar-se na sua destruição identitária.

*reprodução
sintética da
imagem*

Concluindo, “*Os consumidores do produto turístico-patrimonial foram acreditados com o incremento do seu papel activo na criação de significados*”.³⁵ A originalidade não é propriamente a característica que prima nos destinos turísticos, sejam eles culturais ou de massas, ou de qualquer outro tipo. Todo o património é socialmente manufacturado e todas as tradições podem ser potencialmente devoradas por um consumidor turístico, que influencia directamente a autenticidade destas tradições e indirectamente o seu presente e futuro.

Encontro de bens e tradições

A consciência do processo de globalização cultural, leva-nos ao entendimento de cada cultura como única e singular, respectiva a um espaço físico limitado e partilhada por um reduzido número de pessoas que estabelecem entre si relações sociais, hábitos e rotinas do quotidiano e uma cultura própria. Contudo, como explica John Urry:

“(...) algumas sociedades podem não ser literalmente ‘locais’, elas muitas vezes articulam uma forte nostalgia por esse lugar. Elas suerem que existe um sentimento de perda da sua ‘própria casa’ resultante de mudanças económicas e sociais. Esta por vezes depende de uma memória colectiva que é reforçada por vários rituais e performances encenadas.”³⁶

Carlos Fortuna partilha desta opinião, defendendo que os rituais e



68 | Artesão na Feira medieval.

celebrações ajudam a ciar laços ainda mais fortes e um sentimento de celebração de um passado comum, tendo todos o mesmo direito à vivência dessa cultura, o que ajuda a demarcar uma cultura local. ³⁷ As fronteiras das culturas locais, ao tornarem-se permeáveis, provocaram uma estetização dos lugares, a ponto de tudo ser igual em todo o lado; muito em parte provocado por uma globalização das culturas e dos meios de comunicação e imagem que fazem com que o sentido de autenticidade se vá desvanecendo. O sentimento de pertença a um lugar pode ser motivado por rituais e práticas feitas em comum pelos seus residentes, apostando-se numa proximidade entre estes.

perda da tradição

“A questão da procura de bens culturais implica a necessidade de analisar e conhecer, as motivações, preferências e comportamentos dos turistas. No caso das cidades históricas constata-se que as mesmas se configuram mais como destinos turísticos em que a procura predominante se baseia no turismo de massas.(...) Nota-se que o turismo de massas tem sido considerado, com frequência como um factor de destruição dos lugares. Se bem que tal afirmação deva ser questionada, dir-se-á apenas que, pode admitir-se como negativa esta modalidade de turismo, se for entendida com um papel passivo e alienado por parte dos turistas.” ³⁸

José da Cunha Barros, antropólogo e docente da Universidade Técnica de Lisboa, sublinha que a procura de turistas é muito selectiva no que se refere a bens patrimoniais, em particular, nos espaços urbanos. A visita processa-se pelos espaços de motivação cultural dominante e, subsequentemente, o turista, procura passear e contemplar, de forma superficial, a cidade, as suas paisagens e as suas gentes.

contemplação superficial

Para além da oferta cultural que os destinos turísticos oferecem habitualmente, existe um conjunto de eventos, como é o caso de exposições e grandes festivais que possuem uma maior atractividade do que a que resulta das restantes épocas do ano. Estas iniciativas assentam na reconstrução do passado, como dimensões culturais e lúdicas. Poder-se-á referir a presença de personagens fictícias que remetem para actividades do passado como artesãos, ou pseudo-artesãos, pois na realidade estas pessoas demonstram apenas um papel, que não corresponde à sua realidade. Muito embora, esta falsa encenação não deva ser condenada, pois retrata a expressão de actividades profissionais que foram desaparecendo, e ajudam a criar um ambiente mítico e lendário. Não me parece de forma alguma que este dia por ano, venha transformar a identidade da cidade histórica, embora naquele momento ela sofra uma viagem a tempos remotos. Constata-se que, confrontados com a insegurança e a incerteza, tendemos a criar pautas identitárias, designadamente, pelas reconstruções histórico-culturais, sobretudo quando somos invadidos pelos outros (turistas). ³⁹

reconstituir o passado



69| *Festival Mickey Ballon.*

Pode afirmar-se que, perante uma sociedade em rápida modernização e globalização, ocorre o nascimento de tradições que pretendem dar expressão a uma identidade colectiva partilhada pelos habitantes deste espaço, prestando uma certa homenagem ao passado. Podemos encontrar estas actividades um pouco espalhadas por todo o país, que ao longo do ano subsistem não só para turistas mas também para os próprios visitantes portugueses, o que de bom tem para mostrar e conseqüentemente vender. Assim afirma-se que o património, a festa, e fundamentalmente, a sua activação por parte dos residentes, constituem factores de reforço de identidades.⁴⁰

*reconstituir o
passado*

No entanto, não foi apenas a cultura a sofrer alterações nesta fase de globalização; na própria arquitectura e na organização do espaço do centro histórico ressurgem formas vernáculas e de representação de estilos e tradições; mostra-se que a arquitectura sofre um retorno às culturas locais. Os anos 80, que apresentaram um *boom* financeiro, deram origem à construção de grande número de centros comerciais, hipermercados, museus e parques temáticos, um grande conjunto de edifícios cuja função principal servia o consumo e o lazer dos utentes. Estes *parques* criados à semelhança de um passado já extinto, tentam inculcar o sentimento de nostalgia de quem os visita recriando velhas tradições, de modo *Disneyficado*. Minas de carvão em actividade, carros eléctricos, lojas de bairro, todos estes elementos fazem reviver tempos que já passaram. Estes ambientes pós-modernos podem ser vistos como tentativas de encontrar um *sentido de lugar* já perdido.

*parques
temáticos*

Desta forma, é imprescindível entender que esta estetização global e disneyficação dos centros históricos precisam ser reequacionadas. Uma ressuscitação da cultura local, obriga a uma retoma da autenticidade, do tradicionalismo; sem contudo, comercializá-lo.

autenticidade vs conforto

A procura da viagem, tem como principal objectivo o contacto com uma cultura diferente da do quotidiano, que se traduzirá como uma experiência culturalmente enriquecedora; mas para que tal aconteça é importante que o turista contacte com a realidade autêntica desse lugar; facto que, como acima foi referido, se tem vindo a deteriorar. O antropólogo Dean MacCannell, professor catedrático da Universidade da Califórnia defende que “o grau de autenticidade oferecido ao turista é extremamente limitado. A artificialização dos ambientes e os arranjos (turísticos e promocionais) dos lugares impedem o turista de definir com clareza a fronteira entre as regiões de bastidores (autênticas e vernaculares) e as regiões de fachada (encenadas e artificiais) dos ambientes

*contacto
autêntico*

que visita.”⁴¹, o que aponta para uma sociedade e identidade *maquilhadas*, limpando os seus defeitos, e perdendo as pequenas características que o distinguiam e lhe concediam a sua autenticidade.

“As acções de promoção turística, as descrições históricas e do significado dos lugares, inventam a tradição e estimulam a nostalgia.” ⁴²

Fala-se assim de uma *autenticidade encenada* por critérios puramente comerciais, que mesmo perdendo a sua coerência histórica não deixa de agradar aos olhos do turista e de suportar os níveis de conforto que este ambiciona. Numa sociedade em que se privilegia a imagem e se perde a noção do que é autêntico, o turista, ao fazer parte do espectáculo da cidade, toma tudo como verdadeiro, não distinguindo o que MacCannell havia designado como *regiões de fachada e bastidores*.⁴³

*autenticidade
encenada*

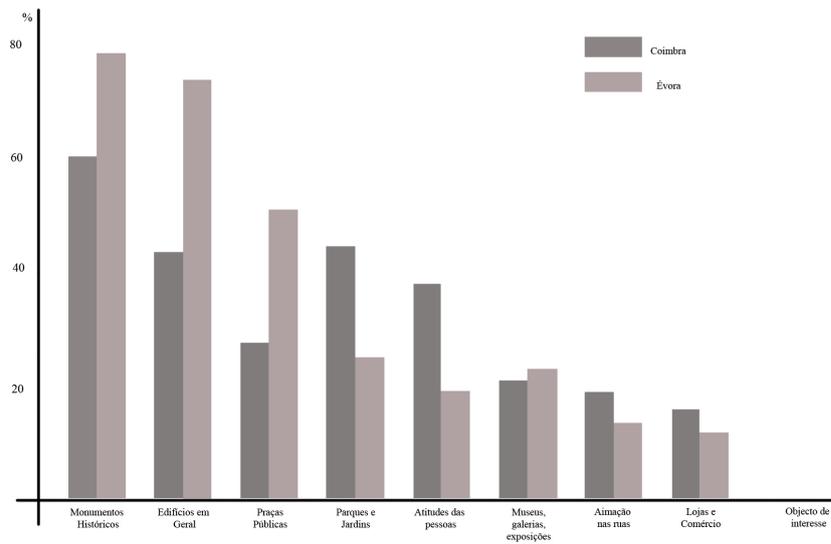
O pós-turista de John Urry⁴⁴ – conceito por nós aprofundado no capítulo anterior - perdendo-se entre estas *falsas regiões*, não esquece o ânimo em continuar as suas visitas; porque à partida, está consciente que as realidades que visita poderão estar encenadas, tomando o partido do conforto como valor principal. Este *“é orientado pelo princípio da busca do prazer e não da cultura; é passivo e espera que situações estimulantes venham ter consigo; é, por fim, comodista e egoísta e deseja que tudo seja pensado em seu benefício”*⁴⁵, como declara o historiador e escritor Daniel Boorstin na sua obra de 1962, *“The Image: A Guide to Pseudo-events in America.”*, defendendo que o pós-turista subjugua a autenticidade do lugar ao seu conforto enquanto consumidor desse espaço; para ele, qualquer imagem ou actividade, devem ser consumida, abandonada e substituída pela seguinte, consumindo visualmente o património de modo passageiro e imediato. O mesmo não pode ser dito do turista cultural, que se dedica a visitar cidades históricas, valorizando os ganhos culturais acima dos lúdicos; procurando um fundamento educativo na sua viagem e apropriando-se dos sentidos da identidade desse lugar, guardando-os na sua memória.

conforto

Com tudo isto entendemos que não deve apontar-se ao turismo cultural o processo de descaracterização da autenticidade dos espaços históricos; o pós-turismo, directamente influenciado pela sociedade de consumo global, tende a valorizar apenas o sentido lúdico da viagem em prejuízo da autenticidade vernacular do património histórico. Assim sendo, os centros históricos, vêem o seu uso e autenticidade serem substituídos, vergando-se ao consumo turístico; fazendo com que as cidades passem a ser representadas por uma imagem standardizada e estetizada.



70| *who's who?*, Porto.



71| Estudo sobre o objecto de interesse turístico em Coimbra e Évora.

*Imagem da cidade***Turismo visual**

O surgimento de uma imagem estetizada dos lugares, mostra como uma das dimensões sociológicas do turismo que mais se tem desenvolvido nos últimos tempos se relaciona com a cultura visual. Neste tema Carlos Fortuna lembra que no princípio dos anos 90, Martin Jay defendeu que o olhar se havia tornado o sentido por excelência da era moderna, e que a imagem globalizava o património por estratégias publicitárias, práticas de consumo, memórias e expectativas; e que Urry tomava o espectáculo e a imagem como os ingredientes principais do acto turístico.⁴⁶

cultura visual

No fenómeno do turismo, a imagem encontra-se sujeita a duas conotações: uma primeira que consiste nas impressões que os turistas recolhem da sua viagem, através das memórias, cenários, símbolos e o comportamento dos residentes; uma segunda relativa a uma imagem que distorce a realidade e a autenticidade.⁴⁷ Neste campo, Carlos Fortuna realizou um estudo baseado nos objectos de visualização dos turistas em dois centros históricos portugueses, Évora e Coimbra.⁴⁸ Concluindo que, em ambos casos, o turista observava primeiramente os monumentos históricos e logo de seguida o conjunto arquitectónico que o envolve, relegando para último o comércio; o que vem demonstrar que o turista solta-se cada vez mais do carácter consumista que lhe era apontado antes. Torna-se um observador nato dos instrumentos que lhe fazem absorver a cultura e a realidade locais. Segundo o historiador Donald Olsen, o turista cultural “dá atenção a tudo aquilo que distingue a cidade que visita da sua própria, às particularidades que lhe conferem um aspecto diferente, permitindo-se fazer comparações que nunca ocorreriam às pessoas para quem esta cidade é o espaço do seu quotidiano.”⁴⁹

património como distinção

A cultura visual fundamenta uma apropriação dos centros históricos na construção de uma imagem, que servirá de *souvenir* ao turista. Uma imagem pitoresca e tradicionalista venderá mais que qualquer imagem modernista; fazendo com que se inicie uma conseqüente estetização dos espaços que sucederam nessa tarefa. Esta homogeneização da imagem dos centros históricos, obriga a que se tenha de *ler a legenda* para que consigamos reconhecer os lugares dos postais.



72| cartazes turísticos do Brasil e dos Estados Unidos.



73| cartaz turísticos de Londres, de notar que é idêntico aos anteriores.



74| A cidade de Paris é também idêntica aos cartazes.



75| Os monumentos surgem apenas espelhados nas paredes envidraçadas dos edifícios modernos, remetendo a uma identidade perdida.

Estetização dos centros históricos

Como se referenciou acima, o turismo remeteu os locais de visita a objectos de consumo, tratando-os como bens materiais, vendendo-os e promovendo-os em qualquer campanha publicitária. O que está em causa “*é forjar níveis de satisfação antecipada nos potenciais consumidores e procurar concretizá-la, tornando-a objecto de consumo.*”⁵⁰

A sofreguidão com que a indústria turística *mercantiliza* o património histórico e urbano é problemática, e essa acção advém do conceito de que hoje, tudo é negociável. Mas esta problemática levanta uma outra questão preocupante: será que o turismo destrói a aura dos monumentos que transforma em mercadoria?

património como mercadoria

Carlos Fortuna, baseando-se na visão de Walter Benjamin, defende que a subversão do património histórico, a peça de arte consumível, está repleta de ambiguidades. Se, por um lado, entende que os monumentos possam ser reproduzidos, em postais ou *bibelôs*; a cidade que o detêm, não pode sofrer uma cópia integral. A cidade, no seu todo, sendo um objecto irreproduzível, conserva a sua identidade e singularidade, quando comparada a outras cidades; conservando a sua aura. Como diz Carlos Fortuna:

“*As cidades não têm história, elas são a própria história.*”⁵¹

No entanto, o autor defende que, desde os finais do século XX, se assiste a uma perda de exclusivismo das cidades; por um efeito directo da globalização da cultura, o que permite que estas sejam reproduzíveis. Com isto, a experiência da viagem perde o seu encantamento. Assim sendo, uma sociedade que tem cada vez mais facilidades em deslocar-se para fora do seu país, desencata-se pela viagem; pois à chegada, acaba por encontrar algo já foi visto.

perda de exclusivismo

Este fenómeno não ficou indiferente nas telas de cinema, pois como mostrou Jacques Tati no seu filme *Playtime* de 1967, já nessa época os cartazes publicitários das principais cidades da Europa eram representados sempre com a mesma imagem de uma cidade modernizada, que se distinguiam pelo seu nome.⁵² A sua crítica demonstrava a ansiedade dos promotores turísticos, em criar destinos que se encaixassem perfeitamente no desejo padronizado dos seus clientes; prática que acaba por destruir a identidade dos lugares.

Playtime

Desta forma, as cidades forjam uma imagem imaculada de um destino perfeito, estetizando-a; exageram as suas práticas tradicionalistas e apagam as práticas modernas que se afastam dos antigos costumes; congelando a sua identidade em busca de uma imagem mais agradável ao turista e afastando a sua autenticidade.



76| Saturday afternoon, Praça dos Leões, Porto.

Destradicionalização da imagem

A cada cidade, assim como a cada pessoa, se atribui uma identidade, mas mais que atribuída, a identidade é conquistada e depende tanto da história que a marcou e traçou, como das manifestações do presente que a ela agora se impõem; assim, a formação de uma identidade depende tanto da tradição de um passado quanto da inovação de um presente e futuro. Carlos Fortuna defende que “*a tradição, como aliás também a inovação, são, antes de tudo, ‘pontos de vista’ ou mensagens culturais. Seleccionam, num caso, elementos do passado e, noutro, elementos futurantes de modo a construírem um presente plausível, nem utópico nem derrotista.*”⁵³

*tradição e
inovação*

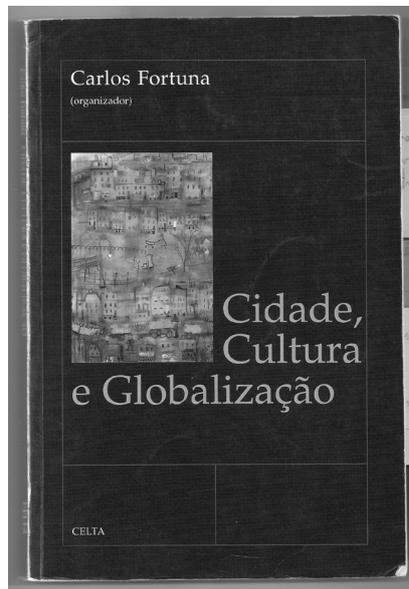
Eram estes os princípios da destradicionalização das cidades que o autor defendia. Ao contrário do que primariamente possa parecer o processo de destradicionalização não significa cortar ligações com o passado eliminando a tradição; de resto essa atitude poderia provocar a sua própria destruição. O fenómeno de destradicionalização de uma cidade advém portanto de um processo de reconversão da tradição histórica para uma tradição presente, no seio da cidade e da sociedade contemporânea, tornando-a actual. Nessa acção, revela-se importante, pesar os elementos que devem ser guardados e os que devem ser rejeitados na tradição arquitectónica e ainda as inovações que devem ser levadas a cabo para que a história não seja interrompida mas sim continuada.

“*A destradicionalização decorre do reconhecimento de que nem a tradição nem a inovação existem sob forma absoluta. Há elementos potencialmente antitradicionalistas na tradição, assim como existem componentes não modernizantes na inovação.*”⁵⁴

Porém, possivelmente a medo de um retardamento comparado às restantes cidades contemporâneas, existe uma maior facilidade em encontrar positivismo perante a inovação do que propriamente com a continuação da tradição. Daí, que o processo de destradicionalização, seja isso mesmo, um desagarrar do que é tradicional, para nele tentar encontrar uma forma de o conservar, inovando-o e modernizando-o.

*positivismo na
inovação*

A procura de uma relação racional entre estes dois factores, tradição e inovação, entende que a classificação da cidade e do que se deve manter ou que dela nascer não seja consensual. No entanto, pela constante mutação da cidade esses factores podem ser experimentados e até recompostos se assim o entenderem. Esta estipulação dos valores e identidade da cidade, mostra que esta está sujeita a qualificações distintas tanto no seu interior, pelos técnicos locais; quanto pelo observador exterior, o público. Lendo a preocupação de quem a visita, a cidade incorpora na sua *imagem de marca*, os elementos patrimoniais e simbólicos de maior importância. É importante entender que neste contexto, “*a cidade não é, ou não é apenas, aquilo que faz ou produz, nem a sua identidade depende da sua localização, para passar também a ser aquilo que parece, representa e oferece aos nossos sentidos.*”⁵⁵



77| capa de *Cidade, Cultura e Globalização* de Carlos Fortuna.



78| Praça do Giraldo, assim como o centro histórico de Évora repleta de esplanadas e lojas de artesanato.

O passado e a forma como o património, no desígnio da memória, a nós chegou é hoje uma importante referência a ter em conta no estudo do seu restauro. Segundo John Urry, esta relevância dada às construções do passado deve-se ao facto de “*vivermos hoje sob uma configuração cultural em que se privilegia o tempo instantâneo e a busca de gratificação imediata*”.⁵⁶

Perante uma cultura de superficialização e de consumo imediato, cultivada muitas vezes por uma gestão meramente económica do turismo, o indivíduo procura na sua memória e identidade local, valores a que *se agarrar*, concedendo-lhe nova simbologia e funcionalidade, tentando não ser engolido pelo fenómeno da globalização e vulgarização da sua própria cultura.

interesse pelo património

reconversão simbólica e funcional

A cidade sempre foi o palco que concentra as iniciativas políticas, económicas e culturais; deste modo, nela se concentram as maiores manobras de inovação, modernizando a sua morfologia urbana e arquitectónica, a sua estrutura económica e social, assim como a sua identidade. Algumas comprometem-se com a inovação, renovando-se; outras apostam na cristalização de um passado, estagnando e perdendo ânimo. Desta forma, Carlos Fortuna defende um processo de destradicionalização que procura a renovação da identidade sem se desvincular da tradição do passado; esse processo está em parte condicionado pela inovação da questão funcional e de usos da cidade assim como da transformação da questão simbólica e de significados.⁵⁷

Como apresentam os sociólogos Paulo Peixoto e Carlos Fortuna, pode fazer-se a seguinte distinção acerca da promoção e requalificação dos centros históricos: em primeiro lugar através da alteração das suas funções e usos, que necessitam estar em consonância com a sociedade que o habita; e em segundo lugar, através da representação simbólica de significados e memórias que o centro guarda e que pode ser *vendido* como imagem de marca.⁵⁸

função e simbolismo

No que reserva a questão funcional, devemos compreender que desde a construção da muralha na época medieval, a cidade se concentra geograficamente intra-muros, e que estes demarcam a fronteira de um centro no qual devem estar presentes a habitação, o comércio e a administração. Com a era da industrialização, a cidade estende-se além-muros, o que irá provocar uma redistribuição funcional. Nasceram novos centros, fazendo com que o histórico perdesse vida e envelhecesse.⁵⁹

novos centros

Perdendo a sua multifuncionalidade, as cidades passaram a especializar-se numa só função: administrativa, de serviços, ou de educação entre outras, especializando a sua identidade. Uma identidade especializada não traria benefícios aos habitantes da



79| Casa de Chá de João Mendes Ribeiro inserida no Castelo de Montemor-o-Velho, renovando a sua função.

cidade e portanto, no final do século passado, as cidades retomam as suas características e funções pluridimensionais. A sua identidade está agora mais vinculada em critérios simbólicos e funcionais, a um conjunto de temáticas histórico-culturais; sendo desta forma que o património histórico e urbano recebem o seu papel de destaque. Esta pluridimensionalidade mostra contudo a permanência de funções como a industrial fora do perímetro da cidade, por motivos essencialmente ambientais; e ainda que pelo agravamento das condições habitacionais no centro e também por um processo de gentrificação, que apenas permite a aquisição de moradias nessa área a classes elevadas.⁶⁰

*pluridimensio
nalidade*

O centro histórico denota uma alteração funcional devido ao aumento do número de esplanadas assim como postos de venda de artesanato, voltados directamente para o turismo e lazer. Mostrando-se assim, como espaço público, pronto a abraçar residentes e turistas, convidando ao passeio, consumo e convívio ao ar livre. Desta forma, o turismo mostra-se como elemento preponderante na renovação e salvaguarda dos centros históricos, sendo isso visível tanto no comércio quanto no novo *cenário* mais consumível.⁶¹

*cidade para
turista ver*

Porém, a cidade histórica antes de ser um espaço de atração para turistas, deve ser um espaço vivido pelos seus residentes, tendo assim de desenhar-se segundo as suas necessidades, para que esta não se transforme numa espécie de parque temático, sem raízes nem identidade. É assim, necessário compreender e esboçar um plano de acções a levar a cabo que resultem numa vital salvaguarda do centro; caso tal não aconteça prejudicaremos o futuro.

Assim, concentrou-se no património urbano a principal fonte de regeneração económica e cultural e de objecto de atenção turística, desenhando a modernização da cidade, e relançando-a numa cultura de turismo e consumo. A concretização destas metodologias, melhoram as características de habitabilidade do centro histórico, devolvendo-lhe activação e o uso por parte da população; reclamando uma melhor posição na concorrência inter cidades.

concorrência inter-cidades

O fenómeno da concorrência intercidades relaciona-se profundamente com o processo de destradicionalização das cidades históricas, entendendo que enquanto as cidades dão nova vida e forma à sua identidade, valorizando os seus aspectos mais característicos e acompanhando a evolução da sociedade; modernizam-na, concedendo-lhe uma nova imagem, mais aliciante e prometedora de melhores condições de

auto-promoção



80| *Way out*, hall de entrada da Casa da Música enquadra a arquitectura histórica envolvente. O edifício de contraste, mostra-se também como um próprio ‘acontecimento’ na vida da cidade.

habitabilidade e acesso turístico. Este processo marca uma auto-promoção perante as cidades vizinhas e garante-lhe maior sucesso sobre a concorrência.

Este processo de concorrência inter-cidades advém, segundo Carlos Fortuna, de um efeito de descentralização política e funcional, directamente oriundo da democratização da sociedade.⁶² Desta forma, além das principais cidades portuguesas, institucionalizaram-se novos focos funcionais e simbólicos ao longo do país, abrindo caminho a uma rede cultural alargada que abrangeria um maior número de cidades e dessa forma poderia fazer chegar um melhor serviço a um maior número de pessoas.

descentralização geográfica, política e urbana

Este fenómeno de concorrência acaba por contrair um alargado número de benefícios, pois servirá para atrair investimentos locais e nacionais que relançam a imagem da cidade, na sua dimensão social, cultural e arquitectónica; assim como promovem rituais locais que traduzem a identidade da cidade, atraindo um público diferenciado e ganhando projecção a nível internacional.⁶³

investimentos

Compreendendo a concorrência principalmente como factor de desenvolvimento e investimento na cidade, esta deve ser vista como cooperação; visto que uma rede de cidades tradicionais modernizadas, que se completam entre si pode ser muito mais interessante que a existência de uma única que se promova apenas a si mesma. Concordando que a concorrência é feita pela imagem que a cidade entrega a certa divulgação, torna-se imprescindível que não se proponha sempre a mesma imagem; é importante que esta seja variada, tornando o panorama mais diversificado e cativante.

cooperação inter-cidades

Procuram-se assim orientações divergentes para essa imagem, a que o sociólogo Alain Mons em *La Métaphore sociale* responde identificando dois pólos para os quais estas se podem dirigir: para o tipo modernista e para o tipo tradicionalista.⁶⁴

O tipo modernista acentua-se na competitividade, na cultura empresarial e na internacionalização da cidade, desenvolvendo um processo de gestão empresarial; a sua principal motivação é a de projectar a sua imagem ao plano nacional e internacional. Por outro lado, o tipo patrimonialista privilegia a vida local, os seus costumes, festas, rituais e cerimónias, gerindo-se a partir de um plano de mecanismos simbólicos. No entanto, esta diferenciação não é rígida, podendo assim estas duas visões coexistir e interagir.

tipo modernista

tipo patrimonialista

Importante é ainda mencionar que o património histórico, o passado e a memória da cidade, articulados de forma funcional e simbólica com o presente tornam-se nos elementos essenciais da estratégia de promoção das cidades. Desta forma, se entende a quantidade de acções que se têm levado a cabo e as que continuam a surgir sobre o restauro e salvaguarda das cidades históricas; pois esta reconversão é vista como uma estratégia de modernização da imagem e do significado destas áreas históricas. Porém, nem o reconhecimento da existência de um património nem as políticas de salvaguarda

salvaguarda e cosumo

do mesmo bastam para promover essa imagem da cidade, é necessário utilizá-lo, e torná-lo acessível de forma criativa.⁶⁵

A objectivação do passado e da memória colectiva faz-se por meio de uma união do passado patrimonialista com o presente e futuro que se revelará numa imagem diversificada do contexto urbano, que terá como principais destinatários, os turistas, que serão os seus principais divulgadores dessa imagem *destradicionalizada*. Esta construção necessita de ser amparada por uma economia de recursos, processos e promotores que ajudem na reconversão deste espaço; entendendo-se como principais responsáveis os agentes e promotores turísticos, os profissionais da comunicação e também as instituições e identidades locais, que se encarregarão de promover uma nova imagem da cidade histórica; onde o que nela acontece e do que dela é dito, pode ser interpretado como imagem da sua identidade.

Recuperando o que o historiador e crítico de arte e arquitectura Alois Riegl defendia sobre o culto dos monumentos e do património histórico, este vem ganhando uma apreciação superficial, pouco profunda, que ignora o valor do passado e promove a emoção instantânea.⁶⁶ Desta forma, tanto a construção como o consumo dos elementos espaciais e arquitectónicos da cidade são manobras da destradicionalização da imagem da cidade; assim, as marcas do património construído, perdem a vertente de contar uma história real de séculos, passando a constituir apenas uma imagem simbólica, imaginada no presente. Esta modernização da imagem abre lugar a diferentes interpretações por parte de um público que a consome e torna evidente uma questão: a dualidade existente entre a cidade real dos habitantes e a cidade representada para os turistas.

Um modelo que tenha sucedido na modernização e garantido um lugar de destaque na concorrência inter-cidades, é por vezes copiado para outras cidades, tentando atrair maior número de turistas, o que, muito embora possa a curto prazo trazer benefícios económicos, poderá, ao fim de algum tempo, fazer com que essa cidade perca os seus traços de identidade, passando a ser uma imagem standardizada como centro histórico de sucesso. Assim, o património deve ser entendido como o recurso principal para a modernização da cidade, e esta deve nele procurar o que a distingue e identifica; marcando assim a posição no processo de globalização, onde se afirmará pelas suas características únicas e específicas.



81| turistas no Parthenon, edifício carismático de Atenas.



82| centro histórico de Glasgow.

Capital Europeia da Cultura

A candidatura das cidades a Capital Europeia da Cultura surge hoje como uma arma na concorrência inter-cidades, não só a nível nacional, mas também internacional; pois serve como um reconhecimento do prestígio histórico da cidade, assim como pela preservação do seu património monumental.

O que primariamente constituía apenas um Festival de Verão, como em Atenas ou em Florença, ainda na década de 80⁶⁷; passou a ter a duração de um ano inteiro; atraindo o emprego de eventos culturais, artísticos e desportivos como estimulantes para o desenvolvimento económico e da imagem não só da cidade mas também da região. A popularidade do evento fez com que nos últimos anos o número de candidaturas aumentasse vertiginosamente; fazendo com que em 2000, o júri do Ministério da Cultura da União Europeia, perante uma elevada concorrência, tivesse atribuído a nomeação a 9 cidades europeias.⁶⁸ A origem do evento era puramente cultural, era concebido para “*ajudar a manter as pessoas dos estados membros ligadas culturalmente*”⁶⁹, porém, ao tornar-se cada vez mais popular ganhou novos objectivos como o desenvolvimento económico e a recuperação urbana das cidades.

*ano de eventos
e investimentos*

Os objectivos do evento eram duplos, como explicam os sociólogos Eric Corijn e Van Praet, em primeiro lugar, pretendia tornar-se a cultura das cidades acessível a uma audiência europeia e em segundo, criar uma imagem da cultura europeia como um conjunto.⁷⁰ Contudo, com o passar dos anos, o seu conceito original foi estendido a novas metas concordantes com as cidades que os projectavam. Os mesmos autores, destacam a forma como as primeiras cidades capitais europeias da cultura encararam a nomeação, afirmando que Atenas, concentrada em acolher grandes nomes internacionais, ignorou a arte grega; Florença por exemplo, destacou apenas a sua própria história renegando tudo o que a envolvia; Berlim refugiou-se numa aproximação elitista o que provocou uma onda de duras críticas e que finalmente, em Paris, o evento foi apagado e passou quase despercebido pela azáfama do quotidiano parisiense. O factor que as redimiu destas pequenas falhas foi o de já serem consideradas verdadeiras *capitais da cultura*, e como tal estes acontecimentos menos conseguidos não abalaram o seu prestígio.⁷¹

O ponto de viragem para este evento foi a nomeação, em 1990, da cidade de Glasgow, que até então não era considerada como uma capital cultural da Escócia. Aponta-se que esta cidade terá ganho a nomeação contra cidades maiores e mais importantes, por ter inscrito na sua candidatura, pela primeira vez, a temática da reabilitação urbana. O evento teve uma percursão impressionante na actividade cultural e económica da cidade; procurando um melhoramento da imagem da mesma. Desde Glasgow, várias cidades ganharam a nomeação sem serem necessariamente espaços de grande projecção cultural na Europa, como Antuérpia, Roterdão e mesmo o Porto.⁷²

Glasgow 1990



83| *Porto downtown.*

Enquanto que o mundo civilizado salta de uma economia de base produtiva para uma de base consumista, as cidades compreendem que é imprescindível atrair cada vez mais turistas, um público essencialmente consumista que assegure parte da economia local. Para tal objectivo, a cultura desenvolve um papel crucial, visto ser o traço que distingue as cidades. A atenção virou-se assim para as áreas mais antigas das cidades, os seus centros históricos; por serem vistas como produtoras de imagens urbanas atractivas e principalmente como armas essenciais na competição.⁷³ Assim, entende-se a crescente popularidade do evento Capital Europeia da Cultura como ferramenta política em algumas cidades, que viram a concretização deste evento como uma oportunidade única para se promoverem num contexto global.

*centros
históricos
atractivos*

Contudo, esta promoção global teve o seu efeito perverso. Como foi atrás mencionado, a globalização da cultura vive sempre vinculada a uma prática de consumo na sociedade contemporânea; o que faz transformar estas cidades capitais da cultura, em verdadeiras *catedrais de consumo* que “*têm um encantado, por vezes até sagrado, carácter religioso para muitas pessoas. A fim de atrair ainda maior número de consumidores, tais catedrais de consumo necessitam de oferecer, ou pelo menos parecer que oferecem, cada vez mais mágicos, fantásticos, e encantados objectos de consumo.*”⁷⁴ Deste modo, o desafio encontrado pelos promotores do evento é valorizar o valor cultural local e produzi-lo a uma escala global, enquanto que, ao mesmo tempo, protegem a sua identidade e os seus direitos de autenticidade.

*globalização
consumista*

notas

¹ URRY, John – *Consuming Places*, p.144. (tradução livre do autor).

² FEATHERSTONE, Mike – *Culturas globais e culturas locais* In FORTUNA, Carlos - *Cidade, Cultura e Globalização*, p.84.

³ “*Tem-se registado uma crescente diversificação de fluxos culturais que contribuem para a intensificação de encontros transnacionais. (...) a intensificação destes fluxos torna indispensável a resolução dos problemas relacionados com a comunicação intercultural. Nalguns casos leva ao desenvolvimento de ‘terceiras culturas’ que têm como função de mediação comparável aos conflitos jurídicos entre pessoas de culturas nacionais diferentes.*” In FEATHERSTONE, Mike – *Culturas globais e culturas locais* In FORTUNA, Carlos - *Cidade, Cultura e Globalização*, p.84.

⁴ *ibidem*, p.88.

⁵ Greg Richards citado por SANTANA, Agustín – *Os olhos também comem: Imagens do património para o turismo* In PERALTA, Elsa e ANICO, Marta - *Patrimónios e Identidades*, p. 175.

⁶ *ibidem*, p.176-177.

⁷ *Convention concerning the Protection of the World Cultural and Natural Heritage* (tradução livre do autor).

⁸ RAPAGÃO, João Paulo – *Recuperar e produzir património para o turismo: intervir entre a verdade, a qualidade e a viabilidade* In *Património e Turismo, desenvolvimento e turismo: ciclo de*

debates, 1999: livro de actas, p.28.

⁹ ibidem, p.29.

¹⁰ ibidem, p.29.

¹¹ IPPAR - Instituto Português do Património Português, tem como missão a missão de conservar, preservar, salvaguardar e valorizar o património arquitectónico português.

¹² DGEMN – Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, hoje em dia aliada ao IHRU – Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana- e ainda ao INH – Instituto Nacional da Habitação - têm como principal acção, assegurar a concretização da política definida pelo Governo para as áreas da habitação e da reabilitação urbana, de forma articulada com a Política de Cidades e com outras políticas sociais e de salvaguarda e valorização patrimonial, assegurando a memória do edificado e a sua evolução.

¹³ RAPAGÃO, João Paulo – *Recuperar e produzir património para o turismo: intervir entre a verdade, a qualidade e a viabilidade* In Património e Turismo, desenvolvimento e turismo: ciclo de debates, 1999: livro de actas, p.29.

¹⁴ ibidem, p.29.

¹⁵ ibidem, p.29.

¹⁶ FORTUNA, Carlos - *Identidades, percursos, paisagens culturais: estudos sociológicos de cultura urbana*, p.58.

¹⁷ AUGÉ, Marc - *Não Lugares*, p.49.

¹⁸ PEIXOTO, Paulo - *O Património mata a identidade* In PERALTA, Elsa; ANICO, Marta - *Patrimónios e identidades: ficções contemporânea*, p.65.

¹⁹ ibidem, p.73.

²⁰ ibidem, p. 66.

²¹ PEREIRA, Arnaldo; MIDÕES, Ágata – *Regionalização e identidades locais: preservação e reabilitação dos centros históricos*, p.192.

²² ibidem, p.192.

²³ CHOAY, Françoise – *Alegoria do património*, p.250.

²⁴ MORA, Alfonso - *El Mito del Centro Histórico*, p.49.

²⁵ ibidem, p.65.

²⁶ ibidem, p.173. (tradução livre do autor).

²⁷ BARROS, José da Cunha - *Turismo e construção do património cultural: os projectos turístico-patrimoniais das autarquias* In PERALTA, Elsa; ANICO, Marta - *Patrimónios e Identidades*, p.182.

²⁸ ibidem, p.184.

²⁹ BYRNE, Gonçalo - *prefácio* In GRANDE, Nuno – *O verdadeiro mapa do universo*, p.11.

³⁰ SANTANA, Agustin – *Os olhos também comem: Imagens do património para o turismo* In PERALTA, Elsa e ANICO, Marta - *Patrimónios e Identidades*, p.171-172.

³¹ PEIXOTO, Paulo - *Imagens e Usos do Património no Contexto da Globalização*, p.3.

³² SORKIN, Michael – *Variaciones sobre un parque temático*, p. 242. (tradução livre do autor).

³³ SANTANA, Agustin – *Os olhos também comem: Imagens do património para o turismo* In PERALTA, Elsa e ANICO, Marta - *Patrimónios e Identidades*, p.180.

³⁴ FORTUNA, Carlos - *Identidades, percursos, paisagens culturais: estudos sociológicos de cultura urbana*, p.56.

³⁵ SANTANA, Agustin – *Os olhos também comem: Imagens do património para o turismo* In PERALTA, Elsa e ANICO, Marta - *Patrimónios e Identidades*, p.173-174.

³⁶ URRY, John – *Consuming Places*, p.157. (tradução livre do autor).

³⁷ FORTUNA, Carlos - *Cidade, cultura e globalização*, p.91.

³⁸ BARROS, José da Cunha - *Turismo e construção do património cultural: Os projectos turístico-patrimoniais das autarquias* In PERALTA, Elsa; ANICO, Marta - *Patrimónios e Identidades*, p.184.

³⁹ ibidem, p.189.

⁴⁰ ibidem, p.190.

⁴¹ Dean MacCannell citado por FORTUNA, Carlos - *Identidades, percursos, paisagens culturais: estudos sociológicos de cultura urbana*, p.62.

⁴² FORTUNA, Carlos - *Identidades, percursos, paisagens culturais: estudos sociológicos de cultura urbana*, p.62.

⁴³ Dean MacCannell citado por FORTUNA, Carlos - *Identidades, percursos, paisagens culturais: estudos sociológicos de cultura urbana*, p.62.

⁴⁴ URRY, John – *The tourist gaze*, p.100-101.

⁴⁵ Daniel Boorstin citado por FORTUNA, Carlos - *Identidades, percursos, paisagens culturais: estudos sociológicos de cultura urbana*, p.63.

⁴⁶ FORTUNA, Carlos - *Identidades, percursos, paisagens culturais: estudos sociológicos de cultura urbana*, p.53.

⁴⁷ ibidem, p.53.

⁴⁸ ver figura X. preferências dos turistas nas cidades visitadas (Coimbra e Évora), 1994

⁴⁹ Donald Olsen citado por FORTUNA, Carlos - *Identidades, percursos, paisagens culturais: estudos sociológicos de cultura urbana*, p.55.

⁵⁰ FORTUNA, Carlos - *Identidades, percursos, paisagens culturais: estudos sociológicos de cultura urbana*, p.56.

⁵¹ ibidem , p.58.

⁵² Playtime, filme realizado por Jacques Tati.

⁵³ FORTUNA, Carlos - *Cidade, cultura e globalização*, p.231.

⁵⁴ ibidem, p.231.

⁵⁵ ibidem, p.233.

⁵⁶ URRY, John - *Consuming Places*, p.132. (tradução livre do autor).

⁵⁷ FORTUNA, Carlos - *Cidade, cultura e globalização*, p.231.

⁵⁸ FORTUNA, Carlos; PEIXOTO, Paulo - *A Reversão simbólico-funcional dos centros históricos : O caso de Évora* In FORTUNA,Carlos - *Cidade, cultura e globalização*, p.220-221.

⁵⁹ ibidem, p.221.

⁶⁰ ibidem, p.221.

⁶¹ ibidem, 222.

⁶² FORTUNA, Carlos - *Cidade, cultura e globalização*, p.234.

⁶³ ibidem, p.234.

⁶⁴ Alain Mons citado por FORTUNA, Carlos - *Cidade, cultura e globalização*, p.235.

⁶⁵ FORTUNA, Carlos - *Cidade, cultura e globalização*, p.237.

⁶⁶ Alois Riegl citado por FORTUNA, Carlos - *Cidade, cultura e globalização*, p.238-239.

⁶⁷ RICHARDS, Greg - *The European cultural capital event: strategic weapon in the cultural arms race?*,p.159.

⁶⁸ ibidem,p.159.

⁶⁹ ibidem,p.160. (tradução livre do autor).

⁷⁰ ibidem, p.160.

⁷¹ ibidem,p.160-161.

⁷² ibidem,p.161-162.

⁷³ ibidem,p.163.

⁷⁴ ibidem,p.165. (tradução livre do autor).



O caso Português | 4

O caso Português | 4

Estado Novo, valorização do património nacional

Para uma melhor compreensão das repercursões do fenómeno turístico na valorização e protecção do nosso património cultural, procurou-se entender as manobras tomadas em Portugal sobre esta temática, o que remeteu ao estudo da política do Estado Novo enquanto promoção da imagem de um património histórico como imagem de uma nação pitoresca.

De 1933 a 1975, esteve em vigor o regime totalitário designado por Estado Novo, que representava razões ideológicas e propagandistas, de uma concepção anti-liberal do Estado. O regime necessitava de uma propaganda que o legitimasse e que *educasse o povo* no ideário do regime por mecanismos de socialização e controlo.¹

Estado Novo

Inicia-se, perante o regime, a denominada *política de espírito* que visava transmitir à Nação mensagens de carácter nacionalista e paternalista materializadas numa multiplicidade de práticas culturais. Para esclarecer a nação nos valores do nacionalismo e apelar à tradição como álibi da continuidade, a propaganda fez muitas vezes uso das ciências e das artes. O político e escritor António Ferro, dirigiu a organização responsável por esta política, consistente na fabricação de imagens de um país amarrado a convenções estáveis – que recusando a contemporaneidade projecta a cultura popular de tempos remotos. É portanto, activado um processo de estetização da cultura portuguesa que investia na idealização do bucolismo, revendo na vida camponesa um espaço de excelência para a transformação de uma Nação pretensiosamente pitoresca e genuína.²

política de espírito

O turismo assume-se enquanto veículo capaz de esclarecer a imagem nacional e potenciá-la para fins de Estado; porque se por um lado levava a imagem do país para o exterior, por outro essa mesma imagem poderia ser absorvida como um projecto de definição nacional. Como salienta António Ferro, em *Turismo, fonte de riqueza e de poesia*:

turismo como veículo da imagem



85| Monsanto, Aldeia mais portuguesa de Portugal.



86| Inauguração da Exposição do Mundo Português, 1940.

“o turismo perde assim, o seu carácter de pequena e frívola indústria para desempenhar o altíssimo papel de encenador e decorador da Nação. (...) o turismo é, portanto, além de um indiscutível factor de riqueza e de civilização, um meio seguríssimo, não só de alta propaganda nacional, como de simples propaganda política... O país metropolitano não é grande e não será difícil, com método e paciência, ir retocando, pouco a pouco, a sua fachada, dando-lhe a tonalidade, a graça e a frescura de uma aguarela viva.”³

Surge, no final da década de 30, a ideia do concurso da Aldeia mais Portuguesa de Portugal, procurando a que melhor traduziria a arquitectura de um passado em que subsistisse ainda um revivalismo pitoresco. Na opinião do júri composto por etnógrafos, poetas e escritores, a mais característica povoação do país, e menos tocada pelas mãos da civilização seria a aldeia de Monsanto que ganhou pelo ambiente labiríntico e acolhedor das suas ruas e casas, que de resto se conserva até aos nossos dias, podendo mesmo dizer-se que o título ganhou transformou toda a história de um futuro. O concurso veio influenciar algumas mentalidades no sentido de uma manutenção e conservação do nosso património histórico, em particular das aldeias históricas, visto entenderem que estas seriam objectos de grande atracção turística, um grande estímulo para viajar, para partir à descoberta do pitoresco, do desconhecido. Cuidá-las, no objectivo de as manter autênticas, seria uma estusiasmante estratégia política e turística.

aldeia mais portuguesa de Portugal

As manobras políticas de exploração da imagem da nação portuguesa continuaram e a 23 de Junho de 1940 é inaugurada a Exposição do Mundo Português na frente ribeirinha de Belém, pelo Chefe de Estado Marechal Carmona, acompanhado pelo presidente do Conselho Oliveira Salazar. A mostra procura vender o padrão, a síntese pela imagem da nossa história. Contemplando a ideia de não ser um museu de coisas mortas, mas um exemplo e uma exaltação das forças permanentes e imortais da nossa *raça*. Sugere-se ao visitante um Portugal histórico de alegorias e símbolos, mas como a lição não era apenas vocacionada para visitantes estrangeiros, transmitia-se à população a narração da portugalidade e a lição para se *saber ser português*.⁴

Exposição do Mundo Português 1940

“O mais forte motivo da campanha para o aporuguesamento da nossa casa, da nossa arquitectura, é um anseio de recuperar a harmonia perdida da paisagem, das cidade sede de Portugal, o desejo de restabelecer o decoro, pelo menos nas aparências, que deve ser o cenário da nossa vida.”⁵, afirma Raúl Lino, referindo-se à política empregue pelo Estado Novo na valorização do turismo em Portugal. Os princípios defendidos pelo Estado, na esperança de manter imaculada a imagem de um país pitoresco e singular, não contemplavam a visão de um futuro, garantiam sim uma continuidade com o passado,

recuperar a imagem do passado



87 | crianças a jogar à bola no centro histórico de Serpa.

de tal modo que se apelava a uma cristalização de modelos arquitectónicos como se de uma paisagem natural se tratasse.

Finalizando, a reforma turística em Portugal, dirigida por António Ferro, mostrou-se coerente com a ideologia do regime e constituiu uma peça fundamental no desenvolvimento e aceitação do Estado pela nação. Para tal, António Ferro foi sensível à realidade turística da época, especialmente no que diz respeito às políticas do turismo externo, para uma maior e melhor divulgação do país. Como tal, destinava-se à população portuguesa o papel de anfitriões alegres e dispostos mas no entanto diminuídos pela simplicidade pitoresca que os caracterizava, mantendo-se intocável na presença de turistas estrangeiros.

GTL e IPPAR, como protegem os Centros Históricos

No princípio da década de 80, a reabilitação dos centros históricos começou a ser discutida; pois estes começavam a entrar em declínio e era urgente inverter esta tendência. Esta situação deveu-se, em parte, à museificação que muitos centros haviam sofrido, conseqüentes da política turística e de retoma de um passado glorioso que o Estado Novo havia incentivado.

museificação

A gestão urbanística de um centro histórico tem forçosamente de estar em conexão com a gestão de toda a sua área envolvente, até pelo facto de, existindo uma boa relação com a cidade que a circunda, o património pode ver o seu *prazo* alargado ao futuro.⁶ Porém, como se compreende devido ao vasto número e à singularidade de cada um, os conjuntos históricos careceram de regulamentação e de normas específicas, que deveriam ter como objectivo principal a sua salvaguarda e valorização. Tornou-se necessário definir solidamente os objectivos que se pretendiam com a gestão urbanística das áreas consolidadas, e levar em conta que este facto não podia surgir dissociado do crescimento da cidade. Assim, os órgãos responsáveis pelos centros históricos sentiram a necessidade de encontrar um grupo de profissionais especializados em vários campos relacionados com o estudo da recuperação e valorização destas áreas históricas. Estes deviam organizar um trabalho conjunto com o objectivo de estabelecer um melhor prognóstico e conseqüente reabilitação apoiada no mesmo; esses profissionais constituíram o que se designou como Gabinete Técnico Local, segundo o Decreto-Lei nº116/84.⁷

G.T.L.

Os G.T.L. compreendiam objectivos que se ligavam a uma procura constante de melhoria das condições de vida nos centros históricos, a par da sua preservação, e assim procuravam interpretar: a densidade populacional e a sua distribuição dentro



88| *janela indiscreta*, centro histórico de Guimarães.



89| *casario elegante*, centro histórico de Guimarães.

da malha urbana; assim como os usos que melhor se adequavam à estrutura urbana em estudo, bem como as suas relações com zonas envolventes; ainda a circulação pedonal e automóvel em função das necessidades e da estrutura viária existente; e por fim as patologias mais significativas e suas origens, muitas vezes relacionadas com a sobrecarga existente no espaço urbano associada a usos inadequados. Outro factor, embora mais emocional que racional, mas que não pode ser posto de parte, era o da população residente nestes centros. Para tal, os G.T.L. perceberam que a preservação dos centros históricos não podia concretizar-se sem a participação activa da população, pois era a ela que a recuperação dizia respeito em particular.

O seu trabalho deveria ser constante e ter sempre presente os objectivos globais. De todas as preocupações que tais gabinetes deveriam ter, de forma a que as intervenções nos centros históricos fossem consequentes, destacavam-se os seguintes objectivos:

*objectivos
G.T.L.*

- “ 1.Promover sistemática reabilitação dos imóveis, de modo a evitar a sua degradação;*
- 2.Promover a reabilitação e fruição dos seus espaços exteriores, colocando mobiliário urbano adequado, e entendendo-os como espaços de continuidade dos espaços privados;*
- 3.Promover a adequada sinalização de toda a área consolidada;*
- 4.Detectar as patologias mais significativas da estruturas dos edifícios;*
- 5.Incrementar a inventariação do vocabulário construtivo existente, por forma a divulgá-lo e a que perdure a utilização dos seus materiais construtivos originários;*
- 6.Controlar as transformações de uso dos grandes edificios urbanos, para que estes respondam a interesses colectivos;*
- 7.Conservar a estrutura urbana do edificado, não permitindo a alteração dos alinhamentos das fachadas, aumento da altura dos edificios e a ocupação indiscriminada destes espaços;*
- 8.Implementar diversos graus de protecção do património, consoante o seu valor histórico;*
- 9.Promover a investigação contínua do centro histórico, promovendo pesquisas arqueológicas;*
- 10.Incentivar a actividade comercial, os serviços e outras actividades económicas, potenciando o seu bom funcionamento económico;*
- 11.Promover a elaboração do Plano de segurança do centro histórico, que funcione como elemento orientador global;*
- 12.Promover manifestações culturais que animem e vivifiquem o centro histórico.”⁸*



90| Reabilitação do Paço de Pirescoxe pelo IPPAR, Santa Iria de Azóia. O conjunto patrimonial está perdido no centro de uma praça e rodeado de prédios dos anos 80, perdendo qualquer relação com a envolvente.

Os objectivos simplificam a tarefa, no entanto é certamente indispensável que o trabalho se torne contínuo e que permita a inteira disponibilidade para aconselhar os municípios sobre qualquer intervenção feita sobre os conjuntos históricos. O ideal seria trabalhar de forma preventiva e não remediativa, fazendo com que as câmaras colocassem os seus técnicos no terreno, em permanente trabalho de pesquisa e inventariação; colhendo ainda as necessidades dos cidadãos.⁹ Estes viabilizariam um conjunto de propostas que os residentes poderiam aproveitar para melhorar os seus modos de vida, mas e sobretudo, poderiam evitar os erros que infelizmente surgiam nos centros históricos. Um dos exemplos de maior sucesso na acção dos G.T.L. encontra-se no centro Histórico de Guimarães, como será referido no caso de estudo.

*prevenir em vez
de remediar*

A par do GTL, cabia ainda ao Instituto Português do Património Arquitectónico – I.P.P.A.R – a missão de salvaguardar e valorizar os bens materiais imóveis, incluindo-se o monumento histórico e o seu entorno; segundo o Decreto n. 5/91, de 23 de Janeiro, o seu principal objectivo era: “ (...) *desenvolver acções de trabalho e de reflexão, a todos os níveis, dedicadas, pela primeira vez e exclusivamente, a definir filosofias de intervenção nos monumentos e no território, acompanhando para tal as direcções regionais e os departamentos de obras respectivos e em íntima relação com os serviços centrais.* ”*¹¹

IPPAR

Caberia ao I.P.P.A.R. orientar acções sobre o património, gerindo-o como um bem público, e sobretudo, tomando-o como parcela indivisível da identidade portuguesa¹²; sabendo ler o edificado enquanto espelho da vida de uma Nação.

Falar de património, não significa apenas referir a sua componente puramente espacial, inserindo nesta descrição a sua qualidade arquitectónica e urbanística; mas também há que identificá-lo como a história da cidade e do território, a sua identidade. Se algumas destas características for esquecida, não poderemos estar perante uma rigorosa reabilitação do mesmo. Uma recuperação fiel de uma área histórica tem que ter em conta a sua identidade e autenticidade, o que a fez nascer e a faz viver, para que esta não ceda a pressões turísticas sob o património. O turismo não pode assim matar a identidade e a autenticidade dos centros históricos.

Casos de estudo e contradição

“*Olhemos qualquer parcela de espaço que nos rodeia e pensemos em quantos homens, numa dada época ou ao logo do tempo, participaram na sua organização; e nós próprios que olhamos, que nos situamos em tal parcela, não participamos igualmente?*”¹³

Este pensamento parece espelhar o que vivemos e sentimos, ao percorrer alguns centros históricos portugueses, dando-nos conta que Portugal apresenta uma arquitectura popular ímpar, devido ao número considerável de objectos históricos, tipologias e características formais que marcam a sua história.

Entendemos ser possível distinguir centros históricos, não tanto em relação à sua qualidade formal, mas quanto à atitude da sua reabilitação e uso. Como, em capítulos anteriores foi apresentado, o fenómeno do turismo cultural influencia profundamente a vida e futuro dos nossos centros históricos, e este factor precipitou a primeira cidade escolhida pela sua imagem cristalizada para fins turísticos: *Óbidos*.

Óbidos

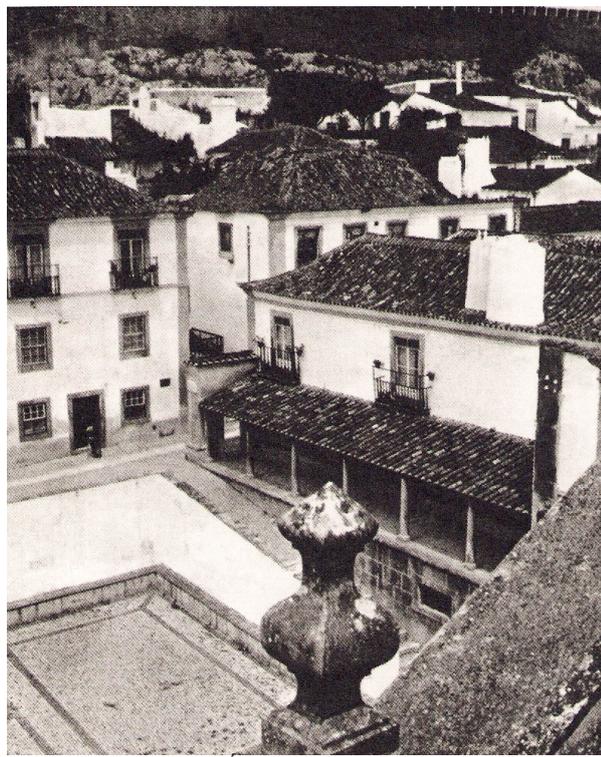
A segunda escolha, funciona por contraste, por comportar uma atitude turística antitética em relação à anterior. A cidade de *Guimarães* permite uma apropriação total dos seus habitantes locais e uma manutenção do quotidiano popular comportando uma feliz recuperação tanto por parte do Gabinete Técnico Local, administrado pela Arq. Alexandra Gesta, e pelo trabalho de assessoria do Prof. Arq. Fernando Távora. Não esquecemos ainda que Guimarães será Capital Europeia da Cultura em 2012.

Guimarães

Mantendo certo que a comparação destes núcleos históricos não servirá para interpretar o que está em melhor estado de conservação ou quem representa maior número de visitantes; pretendemos entender as causas da sua reabilitação e a relação desta com os habitantes locais, assim como perceber os factores que justificam a sua escolha turística e conseqüentemente os factores que esta actividade introduz na cidade, assim como na alteração da sua identidade e valor.



91| casario da vila de Óbidos, década de 50.



92| praça central de Óbidos, década de 50.



93| senhor sentado na arcaria da Praça, década de 50.



94| rua sinuosa na década de 50, que se mantém ainda hoje intacta, apenas a habitação foi ocupada por um bar.

Óbidos

A homogeneidade das construções oferece uma saudável variante em relação ao panorama geral das cidades e vilas do país. Penetrando no interior da muralha e abstraindo-se dos efeitos comerciais e turísticos, somos invadidos pela sensação de termos recuado uns séculos, e de estarmos a pisar as mesmas calçadas que os nossos antepassados há 500 anos. No entanto, esse sentimento é algo enganador, pelo que em Óbidos, muitos vestígios do passado estarem comprometidos por alguns restauros na vila levados a cabo da década de 60; embora esta renovação não tenha feito perder as marcas medievais que a vila mantém, principalmente na malha urbana, na cintura da muralha e em alguns vestígios góticos nas residências.¹⁴ Percebem-se, ao embrenhar-nos nas ruas sinuosas, marcas de várias épocas que contam a história da vila, mas que nem sempre são reais, já que algumas mascaram uma história fictícia que embeleza e concede valor irreal a certos elementos.

*regresso ao
passado...*

Este sentimento de ficção, de embelezamento forçado, em grande parte patrocinado por um turismo cultural massificado que a visita em busca de uma vila intocada pelo tempo, obriga a que esta sofra um retrocesso temporal e que não acompanhe a evolução da área que a envolve. Além de se petrificar no tempo, a vila histórica museificada faz dos muros que a guardam uma fronteira impenetrável, o que reflecte que esta exista como ilha isolada do restante tecido que a circunda.

*embelezamento
e ficção*

“Viver em Óbidos, era como viver um conto de fadas, uma fatalidade como a de se pertencer a uma família real.”¹⁵

O pintor Filipe Silva, que viveu a sua infância e juventude na vila de Óbidos, defende que os habitantes não conseguiam apropriar-se da vila, pois esta estaria sempre subjugada a uma procura turística; cumprindo uma necessidade de manter uma *beleza congelada* e descurando da sua vida própria. Esta opção de um *congelamento* de toda a sua área histórica, transforma-a em *bibelô*, numa daquelas cidades pequeninas que cabem dentro de uma bola de cristal, mantendo a sua beleza e juventude por tempo indeterminado. Assim, os turistas podem usufruir da vila em qualquer época, já que o tempo não a deturpa, mas também não a faz evoluir. Essa alteração da vila feita à maneira antiga, *“é mais um pequeno passo para uma Disneyland sem Walt Disney”*.¹⁶

*“Disneyland sem
Walt Disney...”*

Mas além do congelamento formal e arquitectónico, Óbidos acaba por sofrer um congelamento da própria identidade, que vista a paragem no tempo, obriga a que a identidade estagne, e a vila perca a autenticidade. A identidade de uma cidade não pode estagnar, porque se relaciona intrinsecamente com as suas vivências e evoluções no tempo e se esses acontecimentos não sobrevivem, a identidade perde continuidade

*identidade
congelada*



95| conjunto habitacional, 2009.



96| habitação transformada em loja de artesanato.



97| Obidos desertificada.

e morre.

“Óbidos permanece e perdura nas suas dimensões fundamentais: o branco e o silêncio.”¹⁷

As características que o historiador José Pereira atribui a Óbidos, retratam uma vila calma e silenciosa, mostrando como um espaço de qualidade; porém, a sua afirmação parece estar notada de uma ingenuidade que nega a vila enquanto espaço de habitar. O *branco* e o *silêncio*, conduzem a uma escultura pousada no espaço, a uma vila que foi transformada em peça de arte. Esta peça, ou conjunto de peças estão expostas num museu ao ar livre, limitado pela muralha. Óbidos poderia começar a cobrar bilhete de entrada ou mesmo a estabelecer um horário para a sua visita; dado o processo de *Disneyficação* a que está sujeito.

Entende-se assim que a vila ao destinar-se exclusivamente à exploração turística, tenha perdido a sua população local, muito em parte por luto sobre uma identidade perdida, e por uma vila que não satisfaz mais as necessidades de uma população moderna. O casario habitacional perdeu a sua função e cedeu as suas áreas interiores a pequenas lojas de artesanato, bares e restaurantes; tornando-se assim uma vila de serviços pouco diversificados, que atraem multidões ruidosas que provocam o caos nas lojas e engarrafamento da Rua Direita, a rua principal da vila.

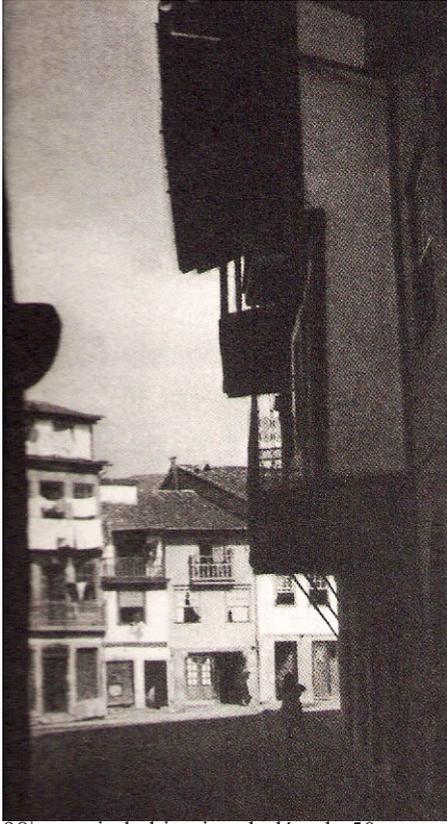
*função comercial
e turística*

O reduzido número de serviços prestados pela vila aos seus habitantes reforçou a actividade em aldeias vizinhas, que se encheram de gente e ganharam poder e animação, como se a pesada estrutura da Vila-mãe dissuadisse as pessoas de lá se instalarem. E Óbidos restringe-se ao seu actual papel: centro que deve ser histórico e de lazer.¹⁸

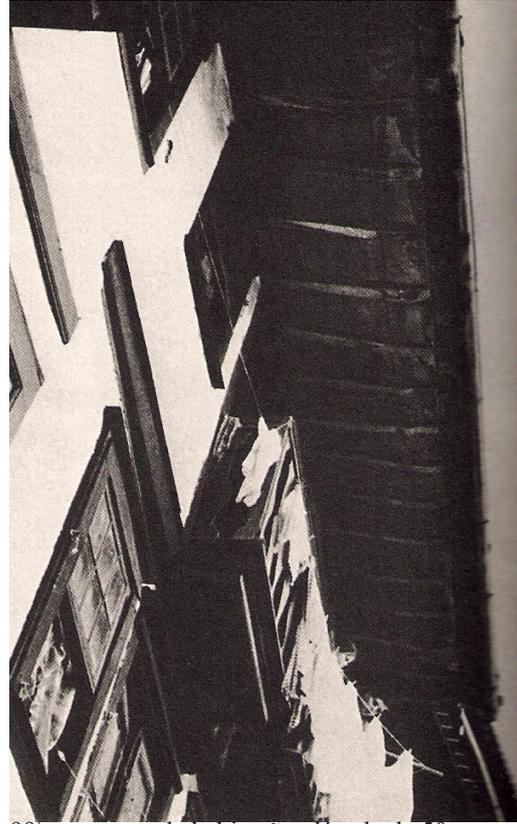
Uma prova de que Óbidos perdeu a conexão com o espaço que a envolve; é precisamente a construção do resort de luxo Bom Sucesso, em que dezenas de arquitectos de nome internacional foram convidados a elaborar projectos de moradias de luxo. Esta nova área urbana, que cresce com o *selo* de Óbidos, mostra a sua fragilidade ao distanciar-se vários quilómetros da vila, transparecendo o facto de não ser mais do que um resort a ser consumido por um reduzido número de pessoas. Desta forma, o que poderia traduzir-se na evolução urbana da vila de Óbidos, mostra uma vez mais que esta continua a viver *intra-muros*, alienada do presente.

*ilha
muralhada*

Óbidos não evoluiu ao longo das últimas décadas, uma vez que o que existia em 1960 pouco difere do que existe hoje. Neste mesmo caso, a recuperação da vila é uma forma deturpada de ler a história, sobretudo quando se trata da nossa, porque em nome do presente se deturpa o passado, ou por causa do passado somos impedidos de viver o presente.



98| casario habitacional, década 50.



99| pormenor da habitação, década de 50.



100| Praça de Santiago, década de 50.

Guimarães

No documento da candidatura de Guimarães a Património da Humanidade, além dos textos de cariz teórico, que promove cada um dos edifícios e o seu conjunto; e de cariz técnico, que explica o carácter da reabilitação encontra-se ainda um texto explicativo do carácter lendário da cidade. As ruas da cidade e os seus elementos mais importantes são contextualizados numa invocação ao passado, personagens e milagres:

*património da
Humanidade*

*“Praça da Oliveira, praça maior, alpendrada em todo o redor. Casa da Câmara, cortejos a entrarem e a saírem da sua porta. Ei-los, os da Governança, vestidos de dó, de capas compridas, chapéus de aba virada e plumas negras. Quebram os escudos nos lutos nacionais. Eis o Pregoeiro a lançar os éditos, curiosos a juntarem-se a ouvirem as posturas municipais, os brados de guerra, o chamamento para as naús. Eis a multidão num regozijo a aclamar D.João IV...”*¹⁹

De facto, o que faz viver uma cidade, não são apenas as suas ruas ou o seu casario, mas os seus habitantes que condicionam vivamente a sua condição e evolução.

Anterior à formação do GTL, o centro histórico sofria um conjunto grave de transformações que tinham consequências irreversíveis; transformações essas que teriam sido aprovadas pelo município e que consistiam na simples destruição total dos edifícios, para no mesmo local serem construídos com técnicas e materiais recentes. Apesar de terem a mesma fachada, perdiam a sua tipologia, assintindo-se a uma descaracterização e desvirtuamento de uma herança cultural e arquitectónica inestimável.

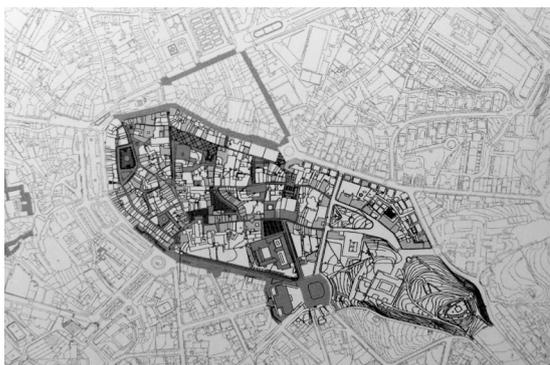
Compreendendo a qualidade formal e funcional do património construído, a recuperação tinha que salvaguardar a autenticidade do edificado.

Bernardo Ferrão, arquitecto e docente na Faculdade de Arquitectura do Porto afirma acerca do trabalho do GTL no centro histórico de Guimarães:

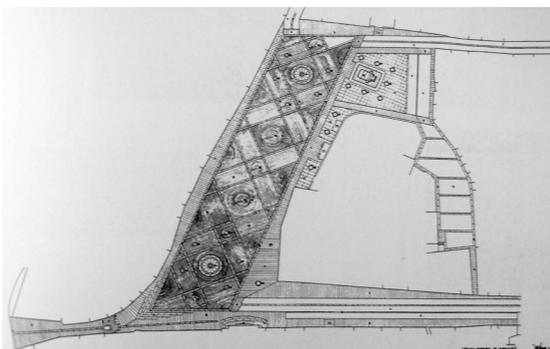
*o trabalho do
G.T.L.*

*“A acção reabilitadora do GTL, orientada quási desde a sua criação por Alexandra Gesta, (...) tendo inicialmente a assessoria do Prof. Arq. Fernando Távora, (...) partirá metodologicamente, da requalificação dos espaços públicos e da recuperação dos edifícios municipais, acções umas e outras consideradas como indutoras de renovação da construção privada, renovação esta a que o gabinete prestará apoio técnico, e realizar-se-à com base numa articulação entre as intervenções públicas e as iniciativas privadas sob dinamização da própria autarquia.”*²⁰

Em 1983, o GTL desenvolveu assim duas políticas de intervenção: a pontual



101| Planta geral da reabilitação do centro histórico pelo GTL, 1983.



102| Planta de reabilitação do Largo João Franco.



103| Planta de reabilitação da Praça de Santiago.



104| Praça de Santiago, 2009.

e a de conjunto. Da primeira, surgem intervenções de iniciativa municipal ou privada, incidindo especialmente em espaços simbólicos ou edifícios de mancha edificada. Pretendia-se actuar em edifícios, que pela sua localização, pudessem provocar maiores efeitos na opinião pública, quer pelo avançado estado de degradação, quer pela incapacidade económica do proprietário, que servissem de marcos exemplares.²¹ Como refere Fernando Távora:

*“...a obra do passado não deverá ser actualizada pela utilização de “pastiche”, solução que denuncia apenas a capacidade de encontrar aquela outra que, por contemporânea que seja, possa ombrear – sem ofuscar nem ser ofuscada – com o valor que o passado nos legou... Em verdade, há que defender, teimosamente, a todo o custo, os valores do passado mas há que defendê-los com uma atitude construtiva, quer reconhecendo a necessidade que deles temos e aceitando a sua actualização, quer fazendo-os acompanhar de obras contemporâneas...”*²²

Pretendia-se que as intervenções fossem continuidade da nossa história, fugindo por um lado de formas de recuperação que se redimissem à manutenção de uma imagem cristalizada, e por outro, evitar atitudes apoiadas em critérios de renovação que lhes retirasse a componente tempo, e conseqüentemente o valor cultural. O GTL aconselhava a manutenção das fachadas, pavimentos, coberturas, clarabóias quando existiam, e a posição das caixas de escadas. Não excluía, a partida, a reformulação de espaços, quando o projecto possuía mais qualidade que o existente, ou quando não se tratava de um exemplar de valor patrimonial considerável; devendo as propostas revelar coerência entre a função pretendida e o edifício recuperado.²³

*intervenções dão
continuidade à
história*

A intervenção de conjunto visava, entretanto, a requalificação dos espaços públicos, no sentido de criar uma dinâmica de renovação e reabilitação nos edifícios envolventes. Comportava a intenção de uma acção conjunta, que, paralela à actuação nos espaços públicos, impulsionasse uma acção coerente nos edifícios e interiores de quarteirões adjacentes, entendidos como unidades operativas de função variável de acordo com as circunstâncias. Neste sentido, o GTL implementou o apoio técnico aos proprietários através de assistência ao projecto, quer fosse de iniciativa privada, quer municipal.²⁴

*Espaços
públicos*

Importa ainda referir que a acção do GTL no centro histórico se estendeu ainda na década de 80, aos bairros circundantes; e mais tarde também a alguns núcleos pontuais do contexto urbano concelhio. Estender à totalidade do território vimaranense as mesmas acções de salvaguarda do património arquitectónico e urbano, pressuporá uma ampliação e aprofundamento das acções e intenções do GTL. Para que tal tarefa possa ter sucesso, importará que se assuma desde logo o *valor cultural* no território concelhio, como defendia Távora: “*a luta patrimonial também se resolve na periferia*”.²⁵

*acção alargada à
periferia*



105| Largo da Oliveira animado pela população.



106| A tradição presente em cada rua.

Os trabalhos de recuperação do centro passariam pela utilização dos materiais e técnicas construtivas tradicionais. Formalmente falando, os trabalhos passariam por uma negação da inovação construtiva, alegando a continuidade de cores e materiais, privilegiando os espaços exteriores; é assim, obrigatória a utilização de materiais naturais, como a madeira, a pedra ou o ferro. Esta prática resultante da evoção de materiais e técnicas construtivas do passado, condicionou o Gabinete Técnico Local ao estabelecimento de cursos formadores de mão de obra especializada, e como tal reavivou algumas técnicas e profissões esquecidas pelo tempo.²⁶

materiais e técnicas construtivas tradicionais

Deixando para trás a questão formal, e com respeito à identidade deste espaço e da sua gente, estabeleceu-se como obrigatória a manutenção na totalidade da população residente, sendo-lhes dada melhores condições de habitabilidade. Este procedimento foi possibilitado pela opção por obras de impacto mínimo (no mesmo momento muito mais próximas do espírito da conservação urbana), permitindo muitas vezes manter os residentes durante o decorrer dos trabalhos, diminuindo os impactos económicos e psicológicos sobre uma população envelhecida.

identidade e população preservadas

Desta relação íntima entre pré-existência construída e social resulta uma imagem coerente da cidade. Se por um lado a cidade mantém uma imagem fortemente ligada ao passado, a vivacidade e o fernesim quotidiano das pessoas que vivem esta área acordam-nos para a realidade temporal em que nos encontramos. A identidade evolui, perdura; na presença de um património que persiste e se adapta às condicionantes contemporâneas.²⁷

Referente à planificação urbanística do centro, o redesenho urbano proporcionou-se devido à existência de unidades monumentais perfeitamente delimitadas em cada intervenção. Na praça de Santiago, residências de possível origem medieval e o antigo Paços do Concelho; no Largo de João Franco uma Igreja da Misericórdia; na Praça do Município, o antigo Convento de Santa Clara (edifício barroco) e um edifício Manuelino (actual Boblioteca Municipal); e no Largo Condessa de Juncal, uma Praça do séc. XIX, evoca a memória do Postigo de S.Paio, e na sua proximidade, a Casa da rua Nova. Este importante conjunto arquitectónico, representante da história do núcleo antigo da cidade pelos seus edifícios de época distintos, possibilita a formação de uma malha urbana que comportará os locais de maior importância e conseqüente fluxo de visitantes. A referida malha, estudada e concebida para tal, entrelaça-se com o traçado da cidade contemporânea, fazendo com que a cidade histórica, embora mantendo o seu carácter formal único, se relacione e preencha a vida do resto da cidade, tomando-se não só como espaço central de animação e lazer, mas também de serviços e usos referentes ao quotidiano de quem o habita.²⁸

desenho dos espaços públicos e malha



107 | *rua construída.*



108 | *tradição das formas e materiais.*

“Da experiência da conservação do património urbano de Guimarães salienta-se: uma reabilitação para e pelas pessoas; a conservação estrita dos valores identitários e de autenticidade, preservando as qualidades referenciais existentes na arquitectura da cidade histórica, prolongando-as para um território submetido a um desmesurado processo de desenvolvimento e de transformação; a garantia da continuidade das permanências essenciais de longo prazo (a cidade enquanto monumento, na estrutura da sua morfologia e tipologia fundiária), conservando as qualidades formais já sedimentadas (a arquitectura erudita e “vernácula” que construiu, no tempo, este “Centro Histórico”) mas conseguindo integrar as novas oportunidades e resolver (mais rapidamente) as intempéries. (...)”²⁹

“reabilitação para e pelas pessoas...”

Reconhecido o sucesso da acção do GTL neste centro histórico e após ser proclamado como Património da Humanidade em 2001³⁰; Guimarães ganha a nomeação de Capital Europeia da Cultura para 2012. O centro histórico conferia três categorias essenciais exigidas pela Unesco: *exibir um importante intercâmbio de valores humanos, durante um lapso de tempo ou dentro de um espaço cultural do mundo, sobre a evolução da arquitectura ou da tecnologia, das artes monumentais, de planeamento urbano ou paisagístico; em segundo, suportar um único ou pelo menos excepcional testemunho de uma tradição cultural ou de uma civilização que está viva ou que tenha desaparecido; e finalmente, ser um excelente exemplo de um tipo de edifício, conjunto arquitectónico ou tecnológico ou de paisagem que ilustra uma ou mais etapas significativas na história da humanidade.*³¹

Capital Europeia da Cultura 2012

Guimarães destaca-se não apenas pelo seu património urbano de qualidade ímpar, mas também pela positiva recuperação que este sofreu, e pela salvaguarda da sua identidade e autenticidade. No centro histórico, os turistas, embora em número considerável, passam despercebidos envoltos numa cidade onde a vida do seu povo continua muito presente.

“é importante assinalar e enaltecer os exemplos de cidades que ao longo da sua História e nos dias em que vivemos, souberam actualizar-se dentro da urbanidade, enriquecendo a “cultura das cidades”. Guimarães é sem dúvida, um desses casos.”³²

notas

¹ CABRITA, Filipa – *Playtime*, p.55.

² *ibidem*, p.55.

³ António Ferro citado por COSTA, Alexandre Alves – *Defesa do património e desenvolvimento do turismo de qualidade* In Património e Turismo, desenvolvimento e turismo: ciclo de debates, 1999: livro de actas, p.22.

⁴ CABRITA, Filipa – *Playtime*, p.60.

⁵ RIBEIRO, Irene – *Raul Lino: pensador nacionalista da arquitectura*. p.77.

⁶ LIMA, Miguel Pedroso - *Intervir no Património* In COELHO, Maria João Pinto - *Património Mundial*, p.32.

⁷ <http://www.consultorautarquico.com>.

⁸ LIMA, Miguel Pedroso - *Intervir no Património* In COELHO, Maria João Pinto - *Património Mundial*, p.34.

⁹ *ibidem*, p.35.

¹⁰ <http://www.ippar.pt>

¹¹ *ibidem*.

¹² *ibidem*.

¹³ Fernando Távora, *Da organização do espaço*, p.19-20.

¹⁴ SILVA, Filipe Rocha da - *Óbidos nos anos 90* In PESTANA, Benedita, *Linha do Oeste: Óbidos e Momentos artísticos circundantes*, p.67.

¹⁵ *ibidem*, p.68.

¹⁶ *ibidem*, p.69.

¹⁷ PEREIRA, José Fernandes – *Óbidos*, p.9.

¹⁸ SILVA, Filipe Rocha da - *Óbidos nos anos 90* In PESTANA, Benedita, *Linha do Oeste: Óbidos e Momentos artísticos circundantes*, p.69.

¹⁹ Maria Adelaide Morais - *Guimarães Património Cultural da Humanidade* Citada por CARVALHO, Susana Margarida - *Centro Histórico- Uma abordagem aos reflexos histórico-culturais no espaço arquitectónico da cidade contemporânea*, p.32.

²⁰ FERRÃO, Bernardo - *da história ao gtl* In MORAIS, Margarida, coord. – *Guimarães: cidade património Mundial*, p.54-55.

²¹ SOUSA, Eugénio de – *O Projecto e a Gestão da Cidade Existente: A intervenção do G.T.L. no Centro Histórico de Guimarães*, p.25.

²² *ibidem*, p.26.

²³ *ibidem*, p.28.

²⁴ *ibidem*, p.29.

²⁵ FERRÃO, Bernardo - *da história ao gtl* In MORAIS, Margarida, coord. – *Guimarães: cidade património Mundial*, p.35.

²⁶ GESTA, Alexandra – *Sentimentos nativos* In MORAIS, Margarida, coord. – *Guimarães: cidade património Mundial*, p.65.

²⁷ *ibidem*, p.68.

²⁸ COSTA, Natália Morais da - *A reabilitação do antigo como obra nova: a partir da arquitectura de Fernando Távora*, p. 53.

²⁹ José Aguiar em entrevista para a Câmara Municipal de Guimarães. Disponível em: <http://www.cm-guimaraes.pt>.

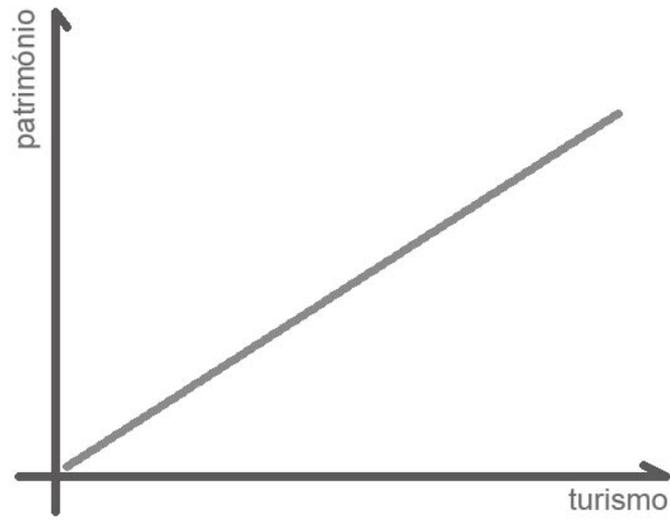
³⁰ <http://whc.unesco.org/en/list/1031>.

³¹ *ibidem*.

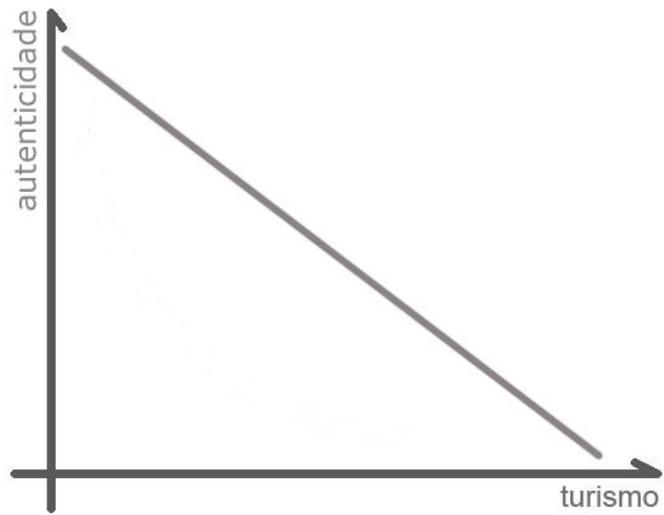
³² GASPAR, Jorge - *Guimarães cidade e urbanidade* In MORAIS, Margarida, coord. – *Guimarães: cidade património Mundial*, p.13.



Conclusão



110| gráfico património/turismo.



111| gráfico autenticidade/turismo.

Conclusão

O património urbano desempenha um papel cada vez mais importante na identidade e autenticidade das cidades e sociedades. Além da herança patrimonial testemunhar a história e evolução da arquitectura tradicional, a salvaguarda do centro histórico constitui um pretexto para o reforço da identidade e da autenticidade. É importante entender que os centros antigos, mais que o património monumental - que relembra apenas os episódios marcantes da história da cidade - espelham a vida, o quotidiano do seu povo e da sua tradição. Razão pela qual, Giovannoni lhe atribuía o papel de património urbano, em que os monumentos não poderiam distinguir-se da malha de arquitectura menor que os envolvia sem perder o seu valor.

É precisamente esta arquitectura menor, popular e vernácula que se tornou objecto do turismo cultural e que tem como principal meta, a apropriação de novas formas culturais acima do lazer próprio da prática turística. Porém, a exploração destes espaços pelo turismo, que a princípio apenas traria benefícios e investimentos, depressa mostrou as suas contrapartidas; subjugando a tipologia e a autenticidade do edificado urbano à necessidade de um maior sucesso turístico.

A globalização da cultura e dos meios de comunicação e transporte vieram marcar definitivamente o fenómeno turístico. Com o facilitismo que ganharam, as viagens massificaram-se e os centros históricos das cidades encheram-se de turistas de máquinas em punho, como autênticos *flanêurs*, prontos a reportarem tudo o que vêem e a serem reportados nas objectivas dos que os rodeiam. Esta massificação provocou efeitos degenerativos nas áreas antigas, que fascinadas por esta popularidade desmedida, descuraram a sua identidade e autenticidade - como Riegl e Giovannoni haviam alertado - transformando o património urbano em autênticas peças de culto num museu ao ar livre. Numa análise breve desta situação, entende-se que quanto maior número de objectos patrimoniais existirem para exploração, maior será a reacção e o investimento turístico; representando-se também por um número crescente de visitantes.¹ No entanto, quanto maior for a exploração turística menor será a autenticidade da arquitectura e da cultura que predurará no centro histórico.²

A identidade do centro histórico é mesmo posta em causa na atitude do turista comum, que prefere o lazer e o conforto à autenticidade destes espaços. Prefere ser conduzido a uma pequena mostra falseada e pitoresca, que procurar a verdadeira arquitectura popular destes espaços. Esta atitude, leva a que se atribuam apenas usos relacionados ao turismo em grande parte do edificado do centro; e que expulsando a sua população, se transforme num museu com hora de fecho. Óbidos é o exemplo português que mais se encaixa no perfil da cidade museificada e transformada num objecto de culto; perdeu a sua população e o casario habitacional e está hoje invadida por lojas de artesanato e restaurantes, com uma única função: comercial, para turistas. A exploração turística constituiu a morte da sua identidade e o seu isolamento intramuros, desligando-se por completo da área urbana que o envolve.

O património urbano, transformado pela cultura visual e global, surge enquanto objecto a ser consumível, em que lhe foi retirada a sua importância como elemento da cidade. Conhece-se assim uma estetização dos lugares, que em vez de se recriarem a si próprios; tentam concorrer contra outras cidades, copiando modelos de sucesso turístico. Deixamos de encontrar vários centros históricos, para depararmos com apenas um, como que copiado em todas cidades. O centro histórico fica assim transformado numa espécie de *Disneylândia* pitoresca, em que a sua imagem e arquitectura são *maquilhadas* – facto com que Le Corbusier se havia preocupado na elaboração da Carta de Atenas.

Guimarães, exemplo de um centro histórico que soube gerir-se e renovar-se, mostra que para combater esta museificação é necessário instaurar políticas de habitação e de reutilização da malha urbana para uso da população residente; conceder-lhe novas funções e simbolismos que lhe atribuem uma nova dinâmica, devolvendo ao centro histórico a vida e o frescote do povo que o fez nascer e crescer.

A museificação e disneyficação dos centros antigos, devem ser encaradas como consequências de um turismo cultural mal vocacionado, que tomou o património como espectáculo pronto a ser consumido. Deve direccionar-se o olhar do turista para o que é autêntico e identitário e não para o que é falsamente pitoresco; fazendo com que este último se vá desvanecendo, pois visto ter perdido a sua matriz histórica, só poderá sobreviver, dando lugar a novas formas. Deste modo, devem seleccionar-se os elementos a manter, respeitando apenas os que têm um valor distintivo, globalizando apenas o que é único.

Com vista a uma recuperação dos valores históricos e tradicionais da arquitectura e da cultura dos centros históricos, deve proceder-se, como defendia Carlos Fortuna, no sentido de uma *destradicionalização* da imagem; em que se converte uma tradição do passado para uma tradição do presente, lendo as necessidades da sociedade que o

habita, e não dos que o visitam. Assim, devem interligar-se elementos tradicionais e inovadores na reabilitação arquitectónica; que negam tanto uma tradição parada no tempo quanto uma inovação desligada da história. A arquitectura produzida hoje nos centros históricos necessita ajustar-se aos residentes, sem contudo perder a tradição e a imagem que os turistas procuram.

“O centro necessita de tratamento, manutenção, requalificação, necessita de se abrir a novos usos e de se densificar com eles, necessita de uma observação cuidada, intervenção cultivada e contemporânea que aceite a diversidade, lendo e preservando a sua unidade, que salvaguarda a sua lindíssima história, visível e oculta, que resista à demolição e à tendência geral a uma passiva aceitação de cultura de suburbanidade, transposta a pretexto de uma garantia de vitalidade.

O centro necessita de ser redesenhado como lugar, contraposto aos não lugares de novas centralidade. É hora dos arquitectos que o saibam entender, no seu conjunto, e actuem como se de uma obra de arquitectura contemporânea se tratasse: uma estrutura unitária, clara e sólida, que integra partes, diversidades, identidades.”³

O turismo cultural foi, um dos principais obliteradores da evolução da identidade e autenticidade dos centros históricos nas últimas décadas; porém, enquanto factor condicionante da economia e desenvolvimento urbano dessa área, não pode ser posto de parte. O seu propósito conduziu a muitas recuperações e reabilitações de áreas que estavam em declínio, conduzindo para uma vertente mais consumível que lhe traria maior sucesso.

É necessário encará-lo, compreendendo os erros que este fez cometer, invertendo a situação. O turismo cultural deve ser tomado como forma de mostrar a imagem da nossa arquitectura e cultura, não apenas a histórica mas também a contemporânea. Os centros históricos devem ser renovados sem que se perca a autenticidade destes espaços; porque a partir do momento que deixam de responder às necessidades de um povo, perdem a sua identidade.

Entende-se assim, que o turismo de motivação cultural está a crescer abrindo caminho a novas oportunidades tanto de preservação do património como de valorização social, cultural e económica das comunidades de acolhimento. Os programas de turismo cultural devem assim, interligar-se, em primeiro, com as sociedades locais, procurando, por um lado aumentar o orgulho das populações pelo seu património, e por outro, evitar os conflitos entre o uso que os visitantes dão aos seus bens patrimoniais e o lugar que estes ocupam nas comunidades.

Portanto, entende-se a pressão turística como factor benéfico na valorização e recuperação do património histórico se esta promover o respeito pelo património

arquitectónico, cultural e natural, que deve prevalecer sobre qualquer argumento, nomeadamente de natureza económica; estabelecer novas parcerias e formas de colaboração entre os responsáveis locais, as entidades com tutela sobre o património e os organismos de promoção do turismo; desenvolver programas integrados que exerçam sobre os monumentos, conjuntos e sítios um efeito positivo, contribuindo para a sua manutenção e protecção; e, por fim, colocar comunidades locais no alvo dos projectos de turismo cultural, no intuito que estas sejam as primeiras beneficiárias, capazes de acolher benefícios sócio-culturais e económicos dessas actividades, mantendo vigorosa e intacta a sua identidade.

O turismo cultural nos centros históricos não pode ser rejeitado; deve sim, encontrar-se nele uma motivação para, juntamente com as necessidades da população residente; reabilitar o espaço, renovando-o e reutilizando-o. A identidade é actualizada, a autenticidade recuperada e a arquitectura renovada, pois a tradição faz-se ainda hoje.

notas

¹ ver figura 110.

² ver figura 111.

³ Alexandre Alves Costa, *Defesa do património e Desenvolvimento do Turismo de Qualidade* In Património e Turismo, desenvolvimento e turismo: ciclo de debates, 1999: livro de actas, p.26.

Bibliografia

Bibliografia

AFONSO, João; MARTINS, Fernando; MENESES, Cristina, coord. – **A Arquitectura Popular em Portugal**. 3ª edição. Lisboa : Editora Ordem Arquitectos, 2004. 352 p. vol.1. ISBN 9729766878.

AFONSO, João; MARTINS, Fernando; MENESES, Cristina, coord. – **A Arquitectura Popular em Portugal**. 3ª edição. Lisboa : Editora Ordem Arquitectos, 2004. 440 p. vol.2. ISBN 9729766878.

AGUIAR, José - **Dificuldades na conservação e reabilitação do património urbano português. Sociedade e Território**. Porto. ISSN 0873-6308. 21 (1995) 24-35.

AGUIAR, José – Memória, cidade e projecto: questões e paradoxos na conservação do património arquitectónico e urbano [Em linha]. [Consult. 2009]. Disponível na Internet: <URL:<http://mestrado-reabilitacao.fa.utl.pt/disciplinas/jaguiar/jaguiarcongressooa2000.pdf>>

Arquitectura moderna y turismo: 1925-1965. Valencia : Fundação DOCOMOMO Ibérico, 2003. 246 p. ISBN 8460929973.

AUGÉ, Marc - **Não-lugares: introdução a uma antropologia da sobremodernidade**. Lisboa : 90 Graus Editora , 1994 . 121 p. ISBN 9722505807.

BENEVOLO, Leonardo – **O último capítulo da arquitectura moderna**. Lisboa : Edições 70, 2009 . 227 p. ISBN 9789724414027.

CABRITA, Filipa Vilhena – **PLAYtime**. Coimbra : [s. n.], 2008. 153 p. Prova Final de Licenciatura apresentada ao Departamento de Arquitectura.

CALVINO, Ítalo - **As cidades invisíveis**. Lisboa : Editorial Teorema, 2008. 169 p. ISBN 9789726957768.

Carta de Atenas. In Congresso Internacional de Arquitectura Moderna, 4, 1933 [Em linha]. [Consult. 2008]. Disponível na Internet: <URL: www.apha.pt/boletim/boletim1/pdf/CartaAtenas1933.pdf>
Carta de Veneza. In Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos dos Monumentos Históricos, 2, 1964 [Em linha]. [Consult. 2008]. Disponível na Internet: <URL: <http://mestrado-reabilitacao.fa.utl.pt/disciplinas/ppereira/CartaVeneza.pdf>>

CARVALHO, Susana Margarida - **Centro histórico: uma abordagem aos reflexos histórico-culturais no espaço arquitectónico da cidade contemporânea**. Coimbra : [s. n.], 2004. 80 p. Prova Final de Licenciatura apresentada ao Departamento de Arquitectura.

CHOAY, Françoise – **A alegoria do património**. Lisboa : Edições 70, 2006. 245 p. ISBN 9789724412054.

COELHO, Maria João Pinto - **Património mundial**. Lisboa : Estar Editora, 1997. 150 p. ISBN 9728095252.

Convention concerning the Protection of the World Cultural and Natural Heritage [Em Linha]. Paris : Unesco, 1972. [Consult. 2009]. Disponível na Internet: <URL:http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=13055&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html>

COSTA, Alexandre Alves – **Textos dados**. Coimbra : Editorial do Departamento de Arquitectura, 2007. 271 p. ISBN 9789729982149.

COSTA, Natália Morais – **A reabilitação do antigo como obra nova a partir da arquitectura de Fernando Távora em Guimarães**. Porto : [s. n.], 2006. 100 p. Prova Final de Licenciatura apresentada

à Faculdade de Arquitectura.

FERNANDES, Mário Gonçalves – **Urbanismo e morfologia urbana no norte de Portugal: Viana do Castelo, Póvoa do Varzim, Guimarães, Vila Real, Chaves e Bragança entre 1852 e 1926**. Porto : FAUP Publicações, 2002 . 497 p. ISBN 9729483711.

FONSECA, Joana Rita - **Histori[cidades]: reflexão sobre novas intervenções em contextos urbanos históricos**. Coimbra : [s. n.], 2006. 206 p. Prova Final de Licenciatura apresentada ao Departamento de Arquitectura.

FORTUNA, Carlos – **Cidade, cultura e globalização**. Oeiras : Celta Editora, 1997. 275 p. ISBN 9728027788.

FORTUNA, Carlos - **Culturas urbanas e espaços públicos: Sobre as cidades e a emergência de um novo paradigma sociológico**. *Revista crítica de ciências sociais*. Coimbra. ISSN 0254-1106. 63 (2002) 123-148.

FORTUNA, Carlos – **Identidades, percursos, paisagens culturais: estudos sociológicos de cultura urbana**. Oeiras : Celta Editora, 1999. 148 p. ISBN 9727740332.

FRAMPTON, Kenneth – **História crítica da arquitectura moderna**. 2ª ed. São Paulo : Martins Fontes, 2008. 529 p. ISBN 9788533624269.

GIOVANNONI, Gustavo - **Vecchia città ed edilizia nuova**. Torino : Unione tipografico-editrice, 1931. 450 p.

GOETHE, Johann Wolfgang von - **Viagem à Itália 1786-1788**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. 440 p. ISBN 9788571649248.

GRACIA, Francisco - **Construir en lo construido: la arquitectura como modificacion**. Madrid : Editora Nerea, 1992. 323 p. ISBN 8486763757.

GRANDE, Nuno – **O verdadeiro mapa do universo : uma leiura diacrónica da cidade portuguesa**. Coimbra : Edições do Departamento de Arquitectura da FCTUC, 2002. 190 p. ISBN 9729738378.

GRANDE, Nuno – **Sinais estranhos: a casa da música de Koolhaas na cultura urbana do Porto**. In García-Herrera, Adela; Milheiro, Ana Vaz - *Portugal 2000-2005: 25 edifícios do século XXI*. Barcelona : Editorial Gustavo Gili, 2002. ISBN 8225220238. p. 128-129.

IGNARRA, Luiz Renato – **Fundamentos do Turismo**. São Paulo : Cengage Learning Editores, 2003. 205 p. ISBN 9788522103331.

JACOBS, Jane - **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo : Livraria Martins Fontes Editora, 2003. 510 p. ISBN 853361214.

JESUS, João Ferreira Marques – **Complementaridade(s): a cidade histórica e a arquitectura/sociedade contemporânea**. Porto : [s. n.], 2008, 115 p. Prova Final de Licenciatura apresentada à Faculdade de Arquitectura.

JORGE, Vitor Oliveira – **Conservar para quê?**. Porto : Edição Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto, 2005. 404 p. ISBN 9729350876.

KHAN, Hassan-Uddin – **International style: Modernist Architecture from 1925 to 1965**. Koln : Taschen, 2001. 237 p. ISBN 3822812293.

KAPPERT, Joachim – **Os desafios de gestão do turismo urbano**. Porto : Faculdade de Arquitectura, 1999. 142 p. Dissertação de Mestrado.

KRIS, Mateo, ed. – **Le Corbusier: the art of architecture**. Weil am Rhein : Vitra Design Museum, 2007. 398 p. ISBN 9783931936723.

LOBO, Susana - **A colonização da linha da costa: da marginal ao resort** . *Jornal Arquitectos*. Porto. ISSN 08701504. 227(2007) 18-25.

METHAN, Kevin - **Imaginando a cidade para o turismo**. *NOZ*. Rio de Janeiro. ISSN 1981 9412. 2 (2008) 27-39.

MCINTOSH, Robert; GUPTA, Shashikant – **Turismo: planeación, administración y perspectivas**. Cidade do México : Limusa Noriega Editores, 1993. 593 p. ISBN 9681858220.

MONS, Alain - **La métaphore sociale**. Paris : Presses Universitaires de France, 1992. 270 p. ISBN 9782130443827.

MONTANER, Josep Maria – **Depois do movimento moderno : arquitectura da segunda metade do século XX** . Barcelona : Editorial Gustavo Gili, 2001. 271 p. ISBN 9788425218286.

MORA, Alfonso Álvarez- **El mito del centro histórico**. Puebla : Universidad Iberoamericana Puebla Publicaciones, 2006 . 191 p. ISBN 9709720198.

MORAIS, Margarida, coord. – **Guimarães: cidade património Mundial**. Guimarães : Câmara Municipal de Guimarães, 1998. 70 p. ISBN 972805002X.

MOREIRA, Nelson José da Silva – **O espaço do turismo: enquadramento, estrutura e tendências**. Porto : [s. n.], 2001. 94 p. Prova final de Licenciatura apresentada à Faculdade de Arquitectura.

MOURA, Eduardo Souto de [et.al.] – **Des-continuidade**. Barcelos : Civilização Editora, 2005. 319 p. ISBN 9722623737.

OLIVA, Miguel - **Arquitectura e turismo: evolução do modelo hoteleiro moderno português**. Coimbra : [s. n.], 2008. 139 p. Prova final de Licenciatura apresentada ao Departamento de Arquitectura.

OLIVER, Paul – **Dwellings**. London : Phaidon Press Limited, 2003. 288 p. ISBN 9780714847931.

OLIVEIRA, António Ricardo de – **Os centros históricos como tema de planeamento urbano: o exemplo de Montemor-o-Velho, Viana do Castelo e Guimarães**. Porto : Faculdade de Arquitectura, 2006. 189 p. Dissertação de Mestrado.

Património e Turismo, desenvolvimento e turismo: ciclo de debates, 1999: livro de actas. Lisboa : Instituto de Financiamento ao Turismo, 2002. 169 p. ISBN 9729533938.

PEIXOTO, Paulo - **Imagens e Usos do Património no Contexto da Globalização**. Coimbra : Faculdade de Economia, 1997. 146p. Dissertação de Mestrado.

PERALTA, Elsa; ANICO, Marta - **Patrimónios e identidades: ficções contemporâneas**. Oeiras : Celta Editora, 2006 . 217 p. ISBN 9727742335.

PEREIRA, Arnaldo, MIDÕES, Ágata – **Regionalização e identidades locais: preservação e reabilitação dos centros históricos**. Lisboa : Edições Cosmos, 1997. 349 p. ISBN 9727620612.

PEREIRA, José Fernandes – **Óbidos**. Lisboa : Editorial Presença, 1988. 83 p.

PESTANA, Benedita - **Linha do oeste: Óbidos e momentos artísticos circundantes**, Lisboa : Editora Assidio e Alvim, 1998 . 333 p. ISBN 9723704897.

PINA, Ana Patrícia – **A ruína histórica: qual o seu papel na cidade contemporânea?** , Porto : [s. n.], 2004. 99 p. Prova Final de Licenciatura apresentada à Faculdade de Arquitectura.

PORTAS, Nuno – **Arquitectura para hoje** . 2ª ed. Lisboa : Livros Horizonte, 2008. 134 p. ISBN 9789722415668.

REIS, Ana Raquel - **American psycho: Mall, Las Vegas, Disneyland: 3 cidades absolutamente falsas**, Coimbra : [s. n.], 2002. 96 p. Prova Final de Licenciatura apresentada ao Departamento de Arquitectura.

RIBEIRO, Irene – **Raul Lino: pensador nacionalista da arquitectura**. 2ª ed. Porto : FAUP Publicações, 1994. 207p. ISBN 9729883043.

RICHARDS, Greg – **Cultural Tourism in Europe** [Em linha]. Wallingford : ATLAS, 2005. [Consult. 2009]. Disponível na Internet: <URL: <http://www.atlas-euro.org/pages/pdf/cultural%20tourism%20in%20europe.PDF>.

RICHARDS, Greg - **The European cultural capital event: strategic weapon in the cultural arms race?**. *Cultural Policy*. Tilburg. 6:2 (2000)159-181.

RIEGL, Alois - **El culto moderno de los monumentos, su carácter y sus orígenes**. Sevilla : Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico, 2007. 120p. ISBN 9788482667287.

ROSSI, Aldo – **A arquitectura da cidade**. 2ªed. São Paulo: Martins Fontes Editora, 2001. 308 p. ISBN 8533614012.

RUSKIN, John – **Las siete lámparas de la arquitectura**. Barcelona : Editorial Alta Fulla, 1987. 250p. ISBN 8486556171.

SEABRA, Matilde Ribeiro - **Desconstruir, reconstruir, construir: perspectivas de intervenção para a recuperação subsidiada do património habitacional**. Porto : [s. n.], 2005. 136 p. Prova Final de Licenciatura apresentada à Faculdade de Arquitectura.

SORKIN, Michael - **Variaciones sobre un parque temático: la nueva ciudad americana y el fin del espacio público**. Barcelona : Editorial Gustavo Gil, 2004. 262 p. ISBN 8425219698.

SOUSA, Eugénio de – **O projecto e a gestão da cidade existente: a intervenção do G.T.L. no centro histórico de Guimarães**, Coimbra : [s. n.], 1995. 60 p. Prova Final de Licenciatura apresentada ao Departamento de Arquitectura.

STEMSHORN, Max – **Dream city**. Ulm : Hatje Cantz Publishers, 2001. 141 p. ISBN 3775710612.

TÁVORA, Fernando – **Da organização do espaço**. 3ª ed. Porto : FAUP Publicações, 1996. 75 p. ISBN 9729483221.

Teoria da arquitectura: do renascimento até aos nossos dias, Köln : Taschen, 2003. 845 p. ISBN 3822826936.

URRY, John - **Consuming places**. London : Routledge Editions, 1995. 257 p. ISBN 0415113105.

bibliografia |

URRY, John - **The tourist gaze: leisure and travel in contemporary societies** . 10th ed. London : Sage Publications, 2000. 176 p. ISBN 0803981821.

VENTURI, Robert – **Aprendiendo de Las Vegas**. 4^a ed. Barcelona : Editorial Gustavo Gili, 2000. 228 p. ISBN 8425217490.

VENTURI, Robert – **Complexidade e contradição em arquitectura**. 2^a ed. São Paulo : Martins Fontes Editora, 2004. 217 p. ISBN 853361957X.

Websites

<http://www.ippar.pt/apresentacao/apresentacao.html>[Consult.2009]

<http://www.monumentos.pt>[Consult.2009]

<http://www.unesco.pt> [Consult.2009]

<http://www.unesco.org> [Consult.2009]

<http://mestrado-reabilitacao.fa.utl.pt/disciplinas/jaguiar/jaguiarcongressooa2000.pdf>
[Consult. 2009]

<http://www.encontro2008.rj.anpuh.org> [Consult. 2009]

http://www.scielo.php?pid=S0102-01882002000200003&script=sci_arttext&tlng=en [Consult. 2009]

<http://books.google.com.br>[Consult.2009]

Filmografia

Playtime. Lisboa : Atlanta Filmes, 2004. 1 disco (DVD).

Imagens

1| *Guimarães:património e turismo*

<http://www.flickr.com>

2| *Óbidos* | M. José Almeida

<http://www.flickr.com/photos/44086533@N00/407769956>

3| *ruína ephesus*, fotografia da autora.

4| capa de *Alegoria do Património* de Françoise Choay.

5| *Boulevard Richard Lenoir, Paris, baseado no plano de Haussmann, 1861-1863*

- Dream city, p. 89.
- 6| *Cerdá, projecto para a expansão de Barcelon, 1858. A cidade velha aparece a preto.*
História crítica da arquitectura moderna, p.19.
- 7| Desenho de pormenor de catedral, John Ruskin
http://4.bp.blogspot.com/_M6o2YmPwpQQ/RycsG0BTkrI/AAAAAAAAHLk/a20JIFcVA9Q/s1600-h/Scan0002.jpg
- 8| Capa de *Las siete lámparas de la arquitectura* de John Ruskin.
- 9| Desenho de pormenor construtivo da Basílica de Fano de Viollet-le-Duc.
http://4.bp.blogspot.com/_M6o2YmPwpQQ/RycsG0BTkrI/AAAAAAAAHLk/a20JIFcVA9Q/s1600-h/Scan0002.jpg
- 10| Desenho de pormenor do castelo de Pierrefonds de Viollet-le-Duc.
<http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/1/18/Hourd.Pierrefonds.apres.restauration.png>
- 11| capa de *L'art de bâtir les villes: L'urbanisme selon ses fondements artistiques* de Camillo Sitte.
- 12| Ringstrasse, Viena.
<http://www.gutenberg.org/files/13399/13399-h/ilustrations/8a.png>
- 13| Grand Place, Bruxelas, 2006.
<http://www.flickr.com/photos/nier/84538497>
- 14| capa de *El culto moderno a los monumentos* de Alois Riegl.
- 15| Desenho de estudo urbano de um quarteirão do centro de Florença por Gustavo Giovannoni.
Vecchie città ed edilizia nuova, Gustavo Giovannoni.
- 16| capa de *Vecchie città ed edilizia nuova* de Gustavo Giovannoni.
- 17| Plano da reabilitação da cidade de Amsterdão, plano *Zuid*, 1928.
theurbanearth.wordpress.com/2009/05/
- 18| O primeiro CIAM, fotografia de grupo em frente à Chapel of Chateâu La Sarraz, 1928.
International Style: Modernist Architecture from 1925 to 1965, Hasan-Uddin Khan, p. 37.
- 19| Carta de Atenas.
- 20| Carta de Atenas, ponto 65.
- 21| Carta de Atenas, ponto 66.
- 22| Carta de Atenas, ponto 67.
- 23| Carta de Atenas, ponto 68.
- 24| Carta de Atenas, ponto 69.
- 25| Carta de Atenas, ponto 70.
Carta de Atenas, trad. Maria de Lourdes e F. Castro Rodrigues, 1941.
- 26| “*Esta é a acção proposta pelo ‘Plano Voisin’ de Paris: em baixo, os bairros antigos que se projectou destruir; em cima, os que se projectou construir em seu lugar.*” Le Corbusier citado por, Françoise Choay - *Alegoria do Património*, p.160.
- 27| Centro histórico de Florença.
<http://www.flickr.com/photos/marcosmoura/2041245426>
- 28| Planta parcial de Veneza desenhada por Le Corbusier.
O último capítulo da arquitectura moderna, Leonardo Benevolo. p.153.
- 29| Bolonha, plano para a conservação do centro histórico. O centro em princípios do século XIX e a área protegida pelo plano de ordenamento de 1969
O último capítulo da arquitectura moderna, Leonardo Benevolo. p.156.
- 30| Bolonha, projecto de um dos espaços públicos no interior de um quarteirão estabelecido em 1973.
O último capítulo da arquitectura moderna, Leonardo Benevolo. p.157.
- 31| Paisagem cultural de Sintra, Património da Humanidade.
<http://www.flickr.com/photos/fidalgo72/2533622430/>
- 32| Claustro Real do Mosteiro de Santa Maria da Vitória, Batalha, Património da Humanidade.
<http://www.flickr.com/photos/bibllarte/2720140766>
- 33| *Perdidos em Afrodísias, Turquia.*
Fotografia de Ana Coelho.

- 34| Nomadismo, camelos prontos para a viagem, no Norte do Quênia.
Dwellings, Paul Oliver. p.29.
- 35| Corte Portuguesa em viagem no Brasil.
http://3.bp.blogspot.com/_4DQB1Is9pDY/SIhkrh3OaI/AAAAAAAAA0U/1ZyDsVVO9Tg/s400/sege.jpg
- 36| capa de *The Tourist Gaze* de John Urry.
- 37| *O viajante sobre o mar de neblina*, pintura de Caspar David Friedrich.
Jornal Arquitectos, 227. p.32.
- 38| *A journey through Albania, and other provinces of Turkey in Europe and Asia, to Constantinople*.
John Cam Hobhouse, 1813.
<http://www.klc.ac.uk/..exhitions/nf/eg1.html>
- 39| 'Another year...still standing...', o flâneur.
http://images.google.pt/imgres?imgurl=http://photos4.flickr.com/4389314_d28ddb0e41.jpg&imgrefurl=http://flaneurnyc.blogspot.com/2005/12/flaneur-finds-facts-and-follies.html
- 40| Le Corbusier na praia de Long Island em 1946.
Le Corbusier: the art of architecture. Mateo Kris. p.306.
- 41| *Your Own KdF-Car* poster, 1939.
http://www.bbc.co.uk/history/worldwars/wwtwo/nazi_propaganda_gallery_04.shtml
- 42| Turismo de massas à beira-mar.
The Tourist Gaze, John Urry. p.25.
- 43| postal de Morecambe, estância balnear britânica.
The Tourist Gaze, John Urry. p.29.
- 44| capa de *Consuming Places* de John Urry.
- 45| *ver e ser visto*.
<http://www.flickr.com/photos/69583230@N00/3365056751>.
- 46| Espécies exóticas no British Museum, 1759.
<http://www.britishmuseum.org>.
- 47| British Museum, 2009.
Fotografia da autora desta dissertação.
- 48| *momento de pausa*.
<http://www.flickr.com/photos/poseidonsimage/300808166>
- 49| Centro histórico de Serpa.
<http://www.flickr.com/photos/gabrielfm/2310423287/in/set-725157601642024631>
- 50| multidão de turistas na Capela Sistina, Vaticano.
<http://www.flickr.com/photos/davisom/3633559530>
- 51| turistas estrangeiros em frente ao Mosteiro dos Jerónimos, Belém.
<http://www.flickr.com>
- 52| passeios de barco para o Castelo de Almourol.
<http://www.flickr.com/photos/franciscoantunes/2618914057/>
- 53| Castelo de Évoramonte *perdido* na paisagem.
<http://www.flickr.com/photos/fidalgo72/3400738345>
- 54| Amolador.
<http://www.flickr.com/photos/44755885@N00/251859332/>
- 55| Vendedora de castanhas no Centro Histórico do Porto.
Fotografia da autora desta dissertação.
- 56| Vendedoras do Mercalho do Bolhão, anos 70.
<http://www.flickr.com>
- 57| Vendedora do Mercado do Bolhão de hoje.
http://www.flickr.com/photos/david_fisher/3362511853
- 58| Identidade viva, Centro Histórico de Guimarães.
Fotografia da autora desta dissertação.
- 59| Património vivo, Óbidos.

- <http://www.flickr.com/photos/44086533@N00/407769956/>
60| *above*, vista da Torre dos Clérigos sobre o centro histórico do Porto.
Fotografia de Carlos Azevedo.
- 61| Planta de reabilitação do Centro Histórico de Guimarães em contraste com a restante cidade, trabalho do G.T.L.
O A' UIA Cadernos Berlim, edição Ordem dos Arquitectos. p.12.
- 62| Cine Águia, Porto. O edifício antigo espera há vinte anos por novo destino.
<http://www.flickr.com/photos/27936199@N02/2677425123/>
- 63| Edifícios abandonado na Rua Miguel Bombarda, centro histórico do Porto.
Fotografia da autora desta dissertação.
- 64| *Novos habitantes do n°170*. Rua Miguel Bombarda, Porto.
Fotografia da autora desta dissertação.
- 65| capa de *Variaciones sobre un parque temático* de Michael Sorkin.
- 66| Montra de souvenirs em Coimbra, *escolha um*.
<http://www.flickr.com/photos/cjulio/2578222901>
- 67| Arquitectura consumível.
<http://www.flickr.com/photos/elisabeth85/444724221>
- 68| Artesão na Feira medieval.
Fotografia da autora desta dissertação.
- 69| *Festival Mickey Ballon*.
<http://www.flickr.com/photos/angiev/3072481361>
- 70| *who's who?*, Porto.
Fotografia de Carlos Azevedo.
- 71| Estudo sobre o objecto de interesse turístico em Coimbra e Évora.
Cidade, Cultura e Globalização, Carlos Fortuna. p.249.
- 72| cartazes turísticos do Brasil e dos Estados Unidos.
Playtime. Jacques Tati.
- 73| cartaz turísticos de Londres, de notar que é idêntico aos anteriores.
Playtime. Jacques Tati.
- 74| A cidade de Paris é também idêntica aos cartazes.
Playtime. Jacques Tati.
- 75| Os monumentos surgem apenas espelhados nas paredes envidraçadas dos edifícios modernos, remetendo a uma identidade perdida.
Playtime. Jacques Tati.
- 76| *Saturday afternoon*, Praça dos Leões, Porto.
Fotografia de Carlos Azevedo.
- 77| capa de *Cidade, Cultura e Globalização* de Carlos Fortuna.
- 78| Praça do Giraldo, assim como o centro histórico de Évora repleta de esplanadas e lojas de artesanato.
<http://www.flickr.com>
- 79| Casa de Chá de João Mendes Ribeiro inserida no Castelo de Montemor-o-Velho, renovando a sua função.
Des-continuidade, Eduardo Souto de Moura. p.241.
- 80| *Way out*, hall de entrada da Casa da Música enquadra a arquitectura histórica envolvente. O edifício de contraste, mostra-se também como um próprio 'acontecimento' na vida da cidade.
Fotografia de Carlos Azevedo.
- 81| turistas no Parthenon, edifício carismático de Atenas.
<http://www.flickr.com/photos/arrano/2681883706>
- 82| centro histórico de Glasgow.
<http://www.flickr.com/photos/soudman2006/1419858851>
- 83| *Porto downtown*.
Fotografia de Carlos Azevedo.

- 84| Rua Direita repleta de turistas, Óbidos.
<http://www.flickr.com/photos/adrifil/3129536040>
- 85| Monsanto, Aldeia mais portuguesa de Portugal.
<http://www.flickr.com>
- 86| Inauguração da Exposição do Mundo Português, 1940.
<http://www.flickr.com/photos/biblarte/3788450410>
- 87| crianças a jogar à bola no centro histórico de Serpa.
<http://www.flickr.com/photos/gabrielfm/2476053857>
- 88| *janela indiscreta*, centro histórico de Guimarães.
Fotografia da autora desta dissertação.
- 89| *casario elegante*, centro histórico de Guimarães.
Fotografia da autora desta dissertação.
- 90| Reabilitação do Paço de Pirescoxe pelo IPPAR, Santa Íria de Azóia. O conjunto patrimonial está perdido no centro de uma praça e rodeado de prédios dos anos 80, perdendo qualquer relação com a envolvente.
Fotografia da autora desta dissertação.
- 91| casario da vila de Óbidos, década de 50.
A Arquitectura Popular em Portugal. João Afonso; Fernando Martins; Cristina Meneses, coord. Vol2. P.26.
- 92| praça central de Óbidos, década de 50.
A Arquitectura Popular em Portugal. João Afonso; Fernando Martins; Cristina Meneses, coord. Vol2. P.38.
- 93| senhor sentado na arcada da Praça, década de 50.
A Arquitectura Popular em Portugal. João Afonso; Fernando Martins; Cristina Meneses, coord. Vol2. P.38.
- 94| rua sinuosa na década de 50, que se mantém ainda hoje intacta, apenas a habitação foi ocupada por um bar.
A Arquitectura Popular em Portugal. João Afonso; Fernando Martins; Cristina Meneses, coord. Vol2. P.39.
- 95| conjunto habitacional, 2009.
<http://www.flickr.com/photos/fidalgo72/1930649397>
- 96| habitação transformada em loja de artesanato.
<http://www.flickr.com>
- 97| Óbidos desertificada.
<http://www.flickr.com/photos/deza/385949044/>
- 98| casario habitacional, década 50.
A Arquitectura Popular em Portugal. João Afonso; Fernando Martins; Cristina Meneses, coord. Vol1. P.84.
- 99| pormenor da habitação, década de 50.
A Arquitectura Popular em Portugal. João Afonso; Fernando Martins; Cristina Meneses, coord. Vol1. P.84.
- 100| Praça de Santiago, década de 50.
A Arquitectura Popular em Portugal. João Afonso; Fernando Martins; Cristina Meneses, coord. Vol1. P.84.
- 101| Planta geral da reabilitação do centro histórico pelo GTL, 1983.
O A' UIA Cadernos Berlim, edição Ordem dos Arquitectos. p.12.
- 102| Planta de reabilitação do Largo João Franco.
O A' UIA Cadernos Berlim, edição Ordem dos Arquitectos. p.18.
- 103| Planta de reabilitação da Praça de Santiago.
O A' UIA Cadernos Berlim, edição Ordem dos Arquitectos. p.20.
- 104| Praça de Santiago, 2009.
Fotografia da autora desta dissertação.

bibliografia |

105| Largo da Oliveira animado pela população.

Fotografia da autora desta dissertação.

106| A tradição presente em cada rua.

Fotografia da autora desta dissertação.

107| rua *construída*.

Fotografia da autora desta dissertação.

108| tradição das formas e materiais.

Fotografia da autora desta dissertação.

109| *Guimarães:património e turismo*

<http://www.flickr.com>

110| gráfico património/turismo.

Gráfico da autora desta dissertação.

111| gráfico autenticidade/turismo.

Gráfico da autora desta dissertação.

